UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Mestrado Acadêmico em Memória Social
e Patrimônio Cultural

Dissertação

Interface entre Arquitetura e Arqueologia na Preservação do Patrimônio Cultural Urbano

Nadja Ferreira Santos

Pelotas, 2009

NADJA F. SANTOS

INTERFACE ENTRE ARQUITETURA E ARQUEOLOGIA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof[a]. Dr[a]. Úrsula Rosa da Silva
Co-Orientador: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Pelotas, 2009

Dados de catalogação na fonte:
Aydê Andrade de Oliveira CRB - 10/864

S237i Santos, Nadja Ferreira.
Interface entre arquitetura e arqueologia na preservação do patrimônio cultural urbano / Nadja Ferreira Santos. - Pelotas, 2009.
156f.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

1. Patrimônio urbano. 2. Arqueologia. 3. Arquitetura. 4. Restauração. 5. Políticas patrimoniais. I. Silva, Úrsula Rosa da, orient. II. Título.
CDD 711.409

Banca examinadora:

Profª. Drª. Beatriz Valladão Thiesen
Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira
Profª. Drª. Úrsula Rosa da Silva

Para Bárbara Marina
e Mariana Raquel, minhas filhas.

Agradecimentos

Agradeço aos professores do curso de mestrado, Francisca Ferreira Michelon, Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, Margarete Regina Freitas Gonçalves e Sílvia Helena Zanirato.

A minha orientadora Úrsula Rosa da Silva, e ao co-orientador Fábio Vergara Cerqueira.

Sou grata aos professores Pedro Paulo Funari, Lourdes Dominguez e Beatriz Thiesen pelos conhecimentos 'arqueológicos' transmitidos em suas aulas e publicações.

À amiga Fernanda B. Tocchetto pelo permanente incentivo.

A Daniel Schávelzon, responsável por meu "despertar" para a arqueologia das cidades, através de seu trabalho em Buenos Aires.

A Guillermo Paez e Mónica Carminati que me receberam em um encontro de meia hora que durou três, em que conversamos muito sobre arqueologia e arquitetura, me ofereceram seus trabalhos e me permitiram folhear os belos volumes do Plano Diretor da Catedral de Santa Maria de Vitoria-Gasteiz.

À colega e amiga Luciana Peixoto pelo material que reuniu para meu estudo de caso.

À amiga e colega Eunice Batista Laroque e a seus pais, Osvaldo e Lindomar, que me acolheram tão carinhosamente durante os tempos de aulas em Pelotas.

A Bárbara Santos Zir que deixou trabalho, casa e família em Buenos Aires para vir a Porto Alegre ajudar na formatação, imagens, etc.

A Mariana Santos Zir que entre traduções, monografias e gripe A, conseguiu tempo para revisar vários textos.

Resumo

SANTOS, Nadja Ferreira. **Interface entre arquitetura e arqueologia na preservação do patrimônio cultural urbano**. 2009. 156f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

Este trabalho trata da relação entre arquitetura e arqueologia nas práticas de preservação do patrimônio material urbano, considerando a necessidade de abordagem multidisciplinar nos projetos e nas equipes de trabalho de restaurações. Partindo do estudo teórico dos campos da Arqueologia Histórica que se relacionam com o urbano – Arqueologia Urbana, Arqueologia da Paisagem e Arqueologia da Arquitetura – procuro identificar de que forma esses campos convergem e podem contribuir nos trabalhos de restauração de edifícios e nas re-qualificações de espaços da cidade e de que maneira eles interatuam com as práticas arquitetônicas que, além das técnicas especificas, se fundamentam na História da Arquitetura. Depois de revisar os principais conceitos teóricos referentes ao patrimônio, à arqueologia e à legislação, incluindo as principais políticas públicas nacionais, completo com a leitura de alguns trabalhos sobre arqueologia em restaurações, procurando manter o foco sobre a interface entre as duas áreas e as políticas públicas a ela associadas. Finalmente, verifico essa relação em estudo de caso que tem como objeto três casarões do Centro Histórico de Pelotas/RS: as Casas 2, 8 e a Casa da Banha.

Palavras chave: Patrimônio urbano. Arqueologia. Arquitetura. Restauração. Políticas patrimoniais.

Abstract

SANTOS, Nadja Ferreira. **Interface between architecture and archaeology in the preservation of the urban cultural heritage**. 156f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

This work deals with the relation between architecture and archaeology in the preservation practice of the urban material heritage, taking into account the necessity of a multidisciplinary approach in restoration projects and restoration work groups. Starting from the theoretical study of Historical Archaeology fields that relate to the urban - Urban Archaeology, Landscape Archaeology and Archaeology of Architecture - we are looking forward to identify how these fields converge and can contribute in the buildings' restoration works and in the re-qualifications of spaces of the city. We also inquire about how they interact with the architectural practices based on the History of the Architecture and on specific techniques. The main theoretical concepts referred to heritage, archaeology and legislation are reviewed, including the main national public policies. The corpus completes itself with the reading of restoration reports where archaeological researches have been made, looking forward to keep the focus on the interface between the two areas and the public policies associated to them. Finally, this relation is verified in case studies whose objects are three houses of the Historical Center of Pelotas/RS: the Casas 2, 8 and Casa da Banha.

Keywords: Urban heritage. Archaeology. Architecture. Restoration. Heritage policies.

Lista de Figuras

Figura 1 *Sobrado dos Azulejos antes e depois da restauração..... 74*

Figura 2 *Antiga Escola Militar de Rio Pardo antes da restauração..... 75*

Figura 3 *Antiga Escola Militar de Rio Pardo depois da restauração..... 77*

Figura 4 *Pinacoteca Municipal de Porto Alegre - Corte hipotético da cisterna.....80*

Figura 5 *Pinacoteca Municipal de Porto Alegre - planta baixa hipotética do porão da casa original..... 81*

Figura 6 *Pinacoteca Municipal de Porto Alegre - Planta baixa hipotética após a primeira reforma, em azul a cisterna..... 82*

Figura 7 *Pinacoteca Municipal de Porto Alegre - Fachada da casa em 1916.....82*

Figura 8 *Pinacoteca Municipal de Porto Alegre - Planta baixa hipotética apósa reforma de 1917 letra "A" corresponde a estrutura existente na planta de 1939-41, letra "B" corresponde a cisterna..... 82*

Figura 9 *Pinacoteca Municipal de Porto Alegre - planta baixa hipotética após as reformas e ampliações na década de 1950.....83*

Figura 10 *Pinacoteca Municipal de Porto Alegre - três momentos do telhado..... 83*

Figura 11 *Antiga Cervejaria Brahma - Retirada de sedimentos com escavadeira..... 86*

Figura 12 *Antiga Cervejaria Brahma - Cervejaria Bopp Irmãos. Desenho: T. Wiederspahn.....87*

Figura 13 *Cine Teatro Paramount - Faixas estratigráficas..... 90*

Figura 14 *Cine Teatro Paramount - Vista da fachada restaurada, já como Teatro Abril, com iluminação artificial..... 92*

Figura 15 *Casa de Dona Yayá - Indicador Temporal 1..... 96*

Figura 16 *Casa de Dona Yayá - Indicador Temporal 2: Reconstituição Gráfica da composição ornamental da Parede C do Corredor 1 relativa ao segundo ciclo ornamental identificado na casa.....97*

Figura 17 *Casa de Dona Yayá - Indicador Temporal 3: Gráfico bidimensional e Registro fotográfico..... 98*

Figura 18 *Casa de Dona Yayá - Indicador Temporal 3: Desenhos tridimensionais..... 99*

Figura 19 *Casa de Dona Yayá - Indicador Temporal 3: Diferentes Argamassas....100*

Figura 20 *Estação Ferroviária de Piraju – Projeto: Ramos de Azevedo..... 101*

Figura 21 *EFP: Leitura Estratigráfica I.....104*

Figura 22 *EFP: Leitura Estratigráfica II.....105*

Figura 23 *EFP: Leitura Estratigráfica III.....106*

Figura 24 *EFP: Leitura Estratigráfica IV..... 107*

Figura 25 *Vista do Muro da Rua Venezuela n° 543/7 sem reboco..... 110*

Figura 26 *Muro da Rua Venezuela - Leitura UE.....111*

Figura 27 *Muro da Rua Venezuela - Valorização da parede: Vista geral.....113*

Figura 28 *Ortofoto do Centro Histórico de Vitoria.....115*

Figura 29 *Muralha de Vitoria-Gasteiz.....116*

Figura 30 *Fases Construtivas da catedral de Santa María de Vitoria-Gasteiz.....120*

Figura 31 *Mapa da área do Programa Monumenta. Localização de Casa 2, Casa 8 e Casa da Banha..... 122*

Figura 32 *Planta da cidade de Pelotas,1935.....124*

Figura 33 *Casarões nº 08, 06 e 02, situados na Praça Coronel Pedro Osório..... 125*

Figura 34 *Casa nº 08.....126*

Figura 35 *Exemplo de material resgatado na Casa nº08.....130*

Figura 36 *Casa nº02 restaurada.....131*

Figura 37 *Estrutura soterrada no pátio da Casa nº2..... 133*

Figura 38 *Casa da Banha - Foto Antiga s/d..... 134*

Figura 39 *Casa da Banha na época do Tombamento.....135*

Figura 40 *Escavação da quadrícula 07.03 aberta em frente ao arco.....138*

Figura 41 *Casa da Banha depois da restauração, setembro 2007..... 139*

Lista de Tabelas

Tabela 1 *Esquema 1 - Pesquisa arqueológica: Modelo A*..... 51

Tabela 2 *Esquema 2 - Pesquisa arqueológica: Modelo B*..... 52

Tabela 3 *Diagnóstico Tocchetto: Identificação dos Sítios*.....72

Lista de abreviaturas e siglas

III PD - Terceiro plano diretor de Pelotas
AEIAN e **AEIAC** - Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural e Cultural ou Construído.
AEIARQ - Áreas Especiais de Interesse Arqueológico
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAU/UBA - Centro de Arqueología Urbana de la Universidad de Buenos Aires
CIAM - Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
CONAMA - Código Nacional do Meio Ambiente
COMPAHC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre
COMPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.
CPC/USP - Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo.
EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança
EFP Piraju - Estação Ferroviária de Piraju
FADU/UBA - Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires
FAU/UFRGS - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FEIC - Focos Especiais de Interesse Cultural
HC - Horizontes Cronológicos
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICH/UFPel - Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas
IMP - Instituto de Memória e Patrimônio
IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LEPAARQ/UFPel - Laboratório de Ensino e Pesquisa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas
LIC/RS - Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul
Monumenta/MinC - Programa Monumenta do Ministerio de Cultura do Brasil
ONU - Organização das Nações Unidas
PROPUR/UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira
SAB/Sul - Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira
SECULT/PMP - Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas
SMAM/PMPA - Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SMC/PMPA - Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UE - Unidades Estratigráficas
UFPel - Universidade Federal de Pelotas
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
ZPPC - Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural

Sumário

Introdução **14**

1. Patrimônio, Arqueologia e Arquitetura: conceitos e relações **20**

1.1. Patrimônio **20**

1.1.1. O mundo começa a se mobilizar pelo patrimônio **24**

1.1.2. O Patrimônio Cultural **28**

1.1.3. O patrimônio urbano da América Latina: os centros históricos **29**

1.1.4. Patrimônio Arqueológico **33**

1.2. Arqueologia **34**

1.2.1. Arqueologia Histórica **35**

1.2.2. Arqueologia Urbana **37**

1.2.3. Arqueologia e Arquitetura **39**

1.3. Arquitetura **41**

1.3.1. A prática da arqueologia nas restaurações arquitetônicas **42**

1.3.1.1. Arqueologia da Arquitetura **42**

1.3.1.2. Arqueologia nas restaurações brasileiras **45**

2. Legislação e políticas públicas no Brasil **55**

2.1. Legislação sobre patrimônio cultural **55**

2.1.1. Legislação sobre patrimônio arqueológico **58**

2.2. Arqueologia e planejamento urbano **63**

2.2.1. Pelotas – Legislação municipal **65**

3. Trabalhos nacionais e internacionais: a prática arqueológica em restaurações **70**

3.1. Sobrado dos Azulejos – Rio Grande/RS **73**

3.2. Antiga Escola Militar de Rio Pardo/RS **75**

3.3. Pinacoteca Municipal de Porto Alegre/RS **78**

3.4. Antiga Cervejaria Brahma - Porto Alegre/RS **84**

3.5. Cine - Teatro Paramount/SP **87**

3.6. Casa de Dona Yayá/SP **92**

3.7. Estação Ferroviária de Piraju/SP.....**101**
3.8. Análise estratigráfica de uma parede – Buenos Aires/AR.....**108**
3.9. Catedral de Santa Maria em Vitoria Gasteiz/Espanha.....**114**

4. Estudo de caso: práticas da relação arquitetura e arqueologia em Pelotas.....**122**
4.1. Casa 8.....**126**
4.2. Casa 2.....**130**
4.3. Casa da Banha.....**133**
4.4. Resultados do estudo de caso.....**140**

5. Considerações Finais.....**143**
Referências.....**147**
Anexos:
A. IIIº PD AEIARQ (Mapa) M-04.....**155**
B. IIIº PD ZPPC (Mapa) U-10M04.....**156**

Introdução

A cidade – balizadora da civilização – foi, desde seus inícios na Antiguidade, um lugar de concentração e de troca, um centro de energia, de criação e de transformação. Com a industrialização, no século XIX, este espaço de tensões e conflitos acelera sua transformação e crescimento. Processo que se aprofunda cada vez mais no século XX, especialmente no Terceiro Mundo onde as cidades incham com a crescente migração das populações do meio rural para o urbano, tornando-se, também no Brasil, um referencial para o homem contemporâneo.

É a partir dela e de seus componentes – o bairro, a rua, a vizinhança – que se constroem atores sociais mobilizados em torno de suas diferentes visões, dos problemas e conflitos que aí se travam. No espaço urbano real ou imaginado, convivem ou se enfrentam os interesses, os desejos e as sensibilidades desses atores urbanos. Nesse cenário também têm seu papel os interesses pessoais e os interesses econômicos que vêem o espaço urbano apenas como fonte de lucro.

A modernidade no contexto urbano veio associada a idéias de mudança e de ruptura com o passado, de substituição do velho pelo novo. As conseqüências de destruição e perdas no espaço da cidade podem ser percebidas mesmo quando elementos da cidade antiga permaneçam ao lado dos modernos.

Todas as cidades brasileiras – tanto as pequenas cidades e lugarejos do interior como as capitais – vêm sofrendo transformações em seus traçados, estéticas e densidades a partir dessa cadeia de transformações urbanas, sociais, econômicas e culturais. E em todas elas uma grande porção da materialidade, testemunha de sua gradativa evolução, vai se modificando e desaparecendo nas renovações e nas modernizações, processo em que desaparecem muitas marcas evocativas das memórias de diferentes grupos sociais (SANTOS, 2008).

Ainda que a memória se afirme nas continuidades urbanas, o esquecimento está presente na deterioração daquilo que já é passado. Como diz Paul Ricoeur (2001), a memória é indissociável do esquecimento, este pode existir a partir da lembrança daquilo que já não está. Os esquecimentos da cidade somente existem diante de traços das lembranças do que desapareceu, isto é, sem a lembrança não se saberia o que se perdeu no tempo. São estes traços e vestígios, marcas e

imagens que possibilitam rastrear as cidades passadas e permitem a construção de suas memórias, feitas de lembranças, esquecimentos e de sua história.

A idéia de multidisciplinaridade para a leitura e construção da memória da cidade perpassa a obra da historiadora Sandra J. Pesavento que manifesta que a diversidade de leituras da cidade é gerada pela multiplicidade de disciplinas e fontes. Além das fontes históricas tradicionais, a reconstrução do passado pode se valer de todo o tipo de representações do imaginário urbano expresso na oralidade, imagens, sons, discursos e práticas. Ela também ressalta que uma grande porção da memória da cidade – e de seus habitantes - vem se perdendo através do tempo, produto da dinâmica da cidade e, com freqüência, por ação deliberada como no caso das marcas da parcela "esquecida" da população: os pobres, os negros, as mulheres (PESAVENTO, 1995, 1998, 2002a, 2002b). Parte dessa "memória extraviada" (peças que talvez hoje faltem na construção de identidade da fração majoritária da população brasileira) pode estar escondida na materialidade da cidade – atrás das pedras e em seu subsolo. Seus indícios e vestígios certamente estarão impregnados dos sentidos atribuídos pela sociedade que então a construiu e usou. Ou seja, literalmente, os cacos dessa materialidade conservam os mesmos sentidos de então, são "cacos de memória" (SANTOS, 2008).

Uma disciplina capaz de fazer a leitura da materialidade urbana remanescente é a Arqueologia Urbana, no dizer de Daniel Schávelzon "... uma ciência que nos permite entender nossos comportamentos no passado, o que significa compreender-nos melhor no presente. Ao mesmo tempo em que escava para recuperar esse passado (...) recupera um patrimônio cultural que é de todos" (SCHÁVELZON, 2004) [1].

De forma similar – e na mesma época – em que o conceito de patrimônio cultural ampliou e substituiu a antiga noção de patrimônio histórico e artístico, passando a reconhecer a diversidade cultural, não mais se limitando à valorização dos bens culturais somente por seu caráter exemplar e excepcional, e a abranger as manifestações culturais dos povos além daquela limitada aos monumentos históricos e artísticos (CANDAU, 2006; FONSECA, 2005; FUNARI; PELLEGRINI, 2006), a arqueologia também foi ampliando seus conceitos e vertentes. Nas últimas décadas do século XX, entre as várias arqueologias – de etnias, de classes, de gêneros, etc.–

[1] Todas as traduções dos textos em espanhol, citados neste trabalho, são minhas.

surgiram a Arqueologia Urbana e a Arqueologia da Arquitetura para tratar da materialidade construída, enquanto deixou de ser uma prática limitada ao passado distante e à recuperação de artefatos em escavações. No Brasil, uma das abordagens da arqueologia da arquitetura é conhecida como arqueologia de restauração, quando trata especificamente da arqueologia feita nos edifícios que sofrem intervenções para sua preservação.

Certamente, a área com maior visibilidade dentro do patrimônio cultural e a que suscita maior preocupação para sua conservação e preservação provavelmente continue sendo o patrimônio arquitetônico, especialmente o urbano.

As restaurações e as requalificações de espaços urbanos são cada vez mais freqüentes e exigem uma abordagem interdisciplinar, necessária desde a formulação dos projetos. Um trabalho de restauração dificilmente possa ser levado adiante por um arquiteto e restaurador sem a colaboração de profissionais e técnicos de outras disciplinas, entre elas a arqueologia.

Por outro lado, o caráter interdisciplinar e transdisciplinar[2] da arqueologia (ORSER, 2000; FUNARI, 2002) favorece o intercâmbio com outras disciplinas, significando não somente a absorção do conhecimento de parte de uma área pela outra, mas a integração que se retro-alimenta e gera novos conhecimentos científicos (ALBUQUERQUE, 1992). Os novos enfoques da arqueologia histórica, que associam o estudo da cultura material ao conhecimento das sociedades mesmo num passado recente, norteiam esta pesquisa de forma a focar a interface entre as duas disciplinas nas ações de preservação do patrimônio edificado nas cidades.

Nas duas últimas décadas a arqueologia associada aos projetos de restauração vem sendo usada no Brasil. Mas ainda que sua contribuição para a geração de conhecimento sobre a cultura material e a preservação do patrimônio cultural das cidades venha tendo um crescente reconhecimento, todavia percebem-se algumas dificuldades e lacunas. Entre elas a não-execução de um projeto arqueológico em todos os projetos de restauro de edifícios patrimoniais e nas requalificações de áreas urbanas, e a ausência da pesquisa e da inclusão do patrimônio arqueológico nas legislações municipais.

---

[2] Entendidos aqui, 'interdisciplinar' como a "interação de duas ou mais disciplinas, podendo ir da simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa"; 'transdisciplinar' como uma abertura para o diálogo, não só das disciplinas entre si, mas entre as áreas da ciência e, mais ainda, da ciência com outros campos como a arte, a literatura, a religião (JAPIASSU, 1976, p.41-74).

Embora a prática de estudos arqueológicos nas restaurações de imóveis tombados em nível federal seja relativamente freqüente, a existência de projetos arqueológicos junto aos projetos de intervenção em tombados estaduais e municipais não é generalizada.

Nos inventários de bens indicados à preservação, raramente o valor arqueológico é considerado da mesma forma que o são os valores arquitetônico, social e ambiental, e o arqueólogo encontra sérias dificuldades para indicar a preservação de um edifício junto aos órgãos responsáveis.

Por outro lado, há poucos arquitetos no resgate arqueológico. A relação entre arquitetos e arqueólogos é muitas vezes conflituosa. É bastante comum que arquitetos e engenheiros, responsáveis pelos restauros e pelos empreendimentos com impacto ambiental, tenham má vontade com os arqueólogos que vão lhes “atrasar os cronogramas” ou “aumentar os custos”. A recíproca também é verdadeira ao encontrarem-se os arqueólogos com incompreensões respeito a suas pesquisas e ao patrimônio arqueológico.

Seria o caso de se perguntar que responsabilidades têm as instituições de preservação patrimonial e as políticas públicas, ou a falta delas, nesses desencontros e incompreensões. As instituições públicas dedicadas tanto à preservação do patrimônio como ao desenvolvimento das cidades muito raramente dão lugar ao trabalho arqueológico nem o incluem quando da formulação de suas políticas. Enfatizo particularmente as políticas públicas municipais.

A proposta desta pesquisa é trabalhar com a relação entre arquitetura e arqueologia nas obras de preservação do patrimônio material urbano. Isto é, dentro do tema da arqueologia da arquitetura e da arqueologia aplicada às restaurações, o objeto de estudo é a relação entre as duas disciplinas nas práticas de preservação do patrimônio material urbano, considerada a necessidade de abordagem interdisciplinar nos projetos e nas equipes de trabalho de restaurações.

É, portanto, uma pesquisa exploratória que, partindo do estudo teórico dos campos da Arqueologia Histórica que se relacionam com o urbano – Arqueologia da Arquitetura, Arqueologia da Paisagem e Arqueologia Urbana –, busca identificar de que forma esses campos convergem e podem contribuir nos trabalhos de restauração de edifícios e nas re-qualificações de espaços da cidade e de que maneira eles interatuam com as práticas arquitetônicas que, além das técnicas especificas, se fundamentam na História da Arquitetura.

A escolha de trabalhar com esta interface foi suscitada, principalmente, pela observação das mencionadas dificuldades enfrentadas pelos profissionais das duas áreas, na falta de aproveitamento dos resultados da pesquisa arqueológica (quando ela existe) nas obras de restaurações, e pela constatação de freqüentes vazios nas políticas públicas municipais relacionadas.

Na primeira etapa da pesquisa reviso os principais conceitos teóricos internacionais e brasileiros referentes ao patrimônio, à arqueologia e à legislação – nela incluídas as principais políticas públicas nacionais.

Completo com a leitura de alguns trabalhos sobre arqueologia em restaurações, procurando manter o foco sobre a interface entre as duas áreas e as políticas públicas a ela associadas.

Com esta fundamentação teórica construo uma base para poder verificar num estudo de caso:

a) o papel que tiveram as políticas públicas;

b) se houve interdisciplinaridade, denotada na existência de projeto arqueológico prévio ao projeto de restauro, no aproveitamento dos resultados arqueológicos na restauração e na relação entre os profissionais;

c) se os objetivos e a metodologia da pesquisa arqueológica foram adequados aos objetivos do restauro.

O estudo de caso tem como objeto três casarões do Centro Histórico de Pelotas/RS: as Casas 2 e 8 e a Casa da Banha. Trata-se de edifícios construídos no século XIX, os três tombados, as casas 2 e 8 sob tutela do IPHAN e a Casa da Banha tombado pelo IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul). A Casa 2 foi restaurada 2002, a Casa 8 sofreu apenas uma restauração parcial em 2003 e a Casa da Banha teve sua restauração feita pela iniciativa privada em 2007. Nas três foram feitas pesquisas arqueológicas sob responsabilidade do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPEL) e supervisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, uma vez que os prédios estão incluídos na área de preservação considerada pelo Programa Monumenta/MinC[3].

[3] O Monumenta é um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e

O estudo de caso será feito a partir da análise da documentação das pesquisas arqueológicas, seja na proposição dos projetos, nas ferramentas metodológicas utilizadas, no alcance dos objetivos propostos, seja na aplicação e utilidade dos resultados da pesquisa arqueológica no trabalho de restauro. Também serão verificados, na medida das possibilidades, a relação entre profissionais e o papel das políticas públicas nacionais e municipais.

A dissertação apresenta a seguinte sistematização:

O Capítulo I trata dos conceitos de patrimônio e patrimônio cultural; arqueologia histórica, arqueologia urbana e arqueologia da arquitetura; as trajetórias desses conceitos e as mudanças ocorridas nas ultimas décadas, muitas delas refletidas nas Cartas e Convenções Internacionais. Essas mudanças conceituais que vêm sofrendo tanto patrimônio como arqueologia incitam uma reflexão sobre o papel da arqueologia na preservação do patrimônio cultural urbano, focando especificamente na relação entre as duas disciplinas – arquitetura e arqueologia.

O Capítulo II refere-se ao contexto brasileiro. É feita uma leitura da legislação brasileira sobre patrimônio cultural urbano, destacando as leis e normas que tratam da preservação dos patrimônios arquitetônico e arqueológico e estabelecem-se as relações entre elas e as políticas públicas municipais (no caso, referidas a Pelotas).

O Capítulo III é dedicado à revisão de alguns trabalhos nacionais e internacionais nos quais foram feitas pesquisas arqueológicas cujos resultados, em diferentes medidas e proporções, foram aproveitados no processo de restauração.

Enfim, no Capítulo IV é abordado especificamente o estudo de caso. São analisados os documentos sobre a pesquisa arqueológica nos edifícios em questão, discutidos alguns aspectos da interface entre arqueologia e arquitetura, convergências e divergências, e verificadas as questões anteriormente propostas.

Na conclusão retomamos o percurso do trabalho e apontamos para os resultados obtidos frente aos objetivos indicados inicialmente.

---

social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. <http://www.monumenta.gov.br>.

1. Patrimônio, Arqueologia e Arquitetura: conceitos e relações

1.1. Patrimônio

> Bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornar(em) protegido(s), como, p. ex., pelo tombamento, deve(m) ser preservado(s) para o usufruto de todos os cidadãos (FERREIRA, 1975).

A noção de patrimônio, tal como a conhecemos hoje, não foi sempre assim, ela foi se modificando ao longo do tempo, perdendo e ganhando valores e referenciais. A origem do termo é latina: *patrimonium*. Entre os antigos romanos designava as propriedades pertencentes ao pai, *pater familias*, e que podiam ser legadas como herança. Essas propriedades, além dos bens móveis e imóveis, incluíam os escravos e a família (a mulher e os filhos), sendo portanto um valor privado e aristocrático passado de pai para filho. Foi somente bem mais tarde, no final da Antiguidade (séculos IV e V) e durante a Idade Média (séculos VI ao XV), que o conceito de patrimônio público se firmou como bem coletivo; quando, a partir do patrimônio religioso do catolicismo, ao caráter aristocrático do patrimônio se somou o simbólico, esse sim, ao alcance das massas e que se expressava nos cultos aos santos, na valorização dos objetos de culto, relíquias e lugares.

O conceito de patrimônio nos remete ainda em suas origens, além da transmissão de bens materiais por herança, à transmissão de conhecimentos, da historia familiar e, portanto, da memória dos povos e dos grupos sociais.

De acordo com Choay (2001, p.205) e também com Funari e Pelegrini (2006, p.13), é provável que o Antiquariato tenha sido o precursor do Patrimônio como o conhecemos atualmente. A partir do século XV, quando o Renascimento retomou os princípios humanistas, desenvolveu-se o gosto pela arte e objetos greco-romanos, o que resultou na formação de coleções e dessa especialidade que existe até hoje como colecionismo de antiguidades.

O conceito sofreu grande transformação com o surgimento dos Estados Nacionais no final do século XVIII, vinculando-se a ele as noções de povos unificados através do território, da língua e da cultura. Os patrimônios nacionais

reuniram bens materiais – monumentos, edifícios e objetos – aos quais se atribuíram valores simbólicos representativos da cultura nacional e que se supunham comuns a todo povo:

> A idéia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos (FONSECA, 2005, p.58).

Os dois sistemas jurídicos que basearam a formação dos Estados nacionais modernos, o direito romano ou civil e o direito consuetudinário anglo-saxão, são responsáveis por algumas características diferentes na concepção de patrimônio que se mantêm até hoje. Neles diferem os conceitos de propriedade: na tradição latina a propriedade privada é limitada pelos direitos de outros ou pelo direito coletivo, enquanto que no direito anglo saxão essas restrições são muito menores[4].

As características comuns na concepção de patrimônio de ambas as tradições são a valorização do belo, do artístico e do excepcional, privilegiando os bens materiais (monumentos, edifícios e objetos) portadores de valor material e simbólico para a nação e identidade nacional. As duas tradições também têm em comum a proteção e administração desses bens feitas através de instituições e legislação específicas.

O patrimônio nacional atingiu sua máxima valorização no século XX, especialmente no período entre as duas guerras mundiais, quando os nacionalismos se intensificaram, cada país buscando os símbolos representativos de suas origens, formação e identidade nacional. As transformações geopolíticas, sociais e econômicas que marcaram o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, caracterizaram um período em que se destacam as derrotas dos nacionalismos fascistas da Alemanha, Itália e Japão, a intensificação das lutas anticolonialistas nos países asiáticos e africanos dominados pela Grã-Bretanha, França e Portugal, a consolidação do bloco soviético e a chamada “guerra-fria” equilibrando as forças entre os dois blocos hegemônicos.

---

[4] Por isso em países de tradição latina, como a França e o Brasil, a proteção do patrimônio nacional se fez de acordo com o direito romano limitando os direitos de propriedade privada, isto é, os bens históricos ou do subsolo encontrados em propriedades privadas são considerados públicos e não podem ser disponibilizados livremente pelo proprietário. Já nos países de tradição consuetudinária como os Estados Unidos a proteção se deu no contexto limitado das propriedades públicas (Antiquities Act, de 1906), pois, de acordo com o direito anglo-saxão, os bens encontrados em propriedades privadas são de seu proprietário e podem ser vendidos ou transmitidos por herança (Funari; Pelegrini, 2006, p.16-17).

Nos países asiáticos e africanos dominados pela Grã-Bretanha, França e Portugal se intensificam as lutas anticolonialistas, enquanto que nos países capitalistas desenvolvidos do ocidente surgem novos agentes sociais junto a movimentos sociais que lutam pela diversidade cultural e política, pelos direitos civis, contra o racismo, pela emancipação feminina, etc. Esses movimentos abalavam as idéias do nacionalismo homogêneo baseado na unidade nacional, territorial, cultural e lingüística.

Os novos agentes sociais mobilizados nas diversas comunidades (mulheres, indígenas, homossexuais e outros grupos até então excluídos) somados a um contexto externo propenso a admitir a diversidade permitiram maior valorização dos patrimônios locais e regionais e maior visibilidade dos múltiplos interesses desses mesmos grupos. As diferenças sociais começam a ser consideradas nos conceitos de cultura e ambiente que se ampliam de forma a estender a necessidade de preservação aos bens comuns e cotidianos, e a valorizar os bens culturais não somente por seu caráter monumental e excepcional. Ao mesmo tempo se constrói a noção de imaterialidade do patrimônio (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.21-24).

Ainda que resultante da associação de estados nacionais, a criação da ONU e da UNESCO, em 1945, veio reforçar o fim dos nacionalismos imperialistas e estimular a consideração da diversidade humana e ambiental como valor universal. Antes disso, em 1931, a realização da 1ª Conferência Internacional sobre os Monumentos Históricos pela antiga Sociedade das Nações já promovera a salvaguarda do patrimônio da humanidade de forma independente dos nacionalismos. A primeira Carta de Atenas[5], resultante dessa conferência, dispôs sobre a conservação dos monumentos e instou à cooperação internacional para a salvaguarda dos “monumentos de arte e de história”.

Note-se que no item relativo à conservação dos monumentos depois de recomendações técnicas para o tratamento de ruínas a Carta dá por sentado que “a técnica e a conservação de uma escavação impõem a colaboração estreita do arqueólogo e do arquiteto”.

Nessa época, ressalte-se, preservação do patrimônio das cidades e planejamento urbano ainda não se encontravam. Isto se denota na segunda Carta

[5] A Carta de Atenas de 1931 assim como as demais Cartas Patrimoniais mencionadas neste trabalho podem ser encontradas no portal do IPHAN na internet: <http://portal.iphan.gov.br>.

de Atenas, de 1933, resultante do 4º CIAM[6] que conformou as diretrizes fundamentais para o urbanismo moderno, a necessidade de planejamento para as cidades e a definição das funções urbanas (habitar, trabalhar, recrear e circular), mas que apenas considerou o Patrimônio Histórico das Cidades na sua última parte antes das conclusões, e sempre desde o ponto de vista do monumento arquitetônico:

> A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano.

E logo adiante:

> A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insignes, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil.
>
> (...) Espíritos mais ciosos do estetismo do que da solidariedade militam a favor da conservação de certos velhos bairros pitorescos, sem se preocupar com a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam.
>
> (...) O crescimento excepcional de uma cidade pode criar uma situação perigosa, levando a um impasse do qual só se sairá mediante alguns sacrifícios. O obstáculo só poderá ser suprimido pela demolição. Mas, quando esta medida acarreta a destruição de verdadeiros valores arquitetônicos, históricos ou espirituais, mais vale, sem dúvida, procurar uma outra solução. Ao invés de suprimir o obstáculo à circulação desviar-se-á a própria circulação ou, se as condições o permitirem impor-se-lhe-á uma passagem sob um túnel.
>
> (...) É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente.

Demoro-me na leitura da Carta de 1933 porque creio que, mesmo em tempos de pós-modernismo e até de 'pós-posmodernismo', esse pensamento ainda

[6] Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

está muito impregnado na sociedade atual, nos gestores e administradores da cidade e nos produtores de espaço, entre eles nós os arquitetos que tivemos nossa formação acadêmica ainda dentro dos preceitos modernistas. A mesma Carta, em sua primeira parte (generalidades) reconhecendo a dinâmica das cidades, deixa no ar uma pergunta sem resposta explícita (embora se intua a resposta, tratando-se de um encontro de arquitetos e urbanistas):

> As razões que presidem o desenvolvimento das cidades estão, portanto, submetidas a mudanças contínuas. (...) À medida que o tempo passa, os valores indubitavelmente se inscrevem no patrimônio de um grupo, seja ele cidade, país ou humanidade; a vetustez, não obstante, atinge um dia todo conjunto de construções ou de caminhos. A morte atinge tanto as obras como os seres. **Quem fará a discriminação entre aquilo que deve subsistir e aquilo que deve desaparecer?** O espírito da cidade formou-se no decorrer dos anos; simples construções adquiriram um valor eterno na medida em que simbolizam a alma coletiva; constituem o arcabouço de uma tradição que, sem querer limitar a amplitude dos progressos futuros, condiciona a formação do indivíduo, assim como o clima, a região, a raça, o costume. Por ser uma pequena pátria, a cidade comporta um valor moral que pesa e que lhe está indissoluvelmente ligado. (Carta de Atenas, 1933)[7].

Então, a cidade do passado só é preservada em monumentos exemplares. Nem se fala em contexto. Os preceitos do modernismo – que foram muito importantes em vários aspectos da cidade como a busca de salubridades, insolação, áreas verdes, etc. – somados à destruição causada pela Segunda Guerra na Europa tiveram como resultado centros históricos "renovados", tecidos urbanos "modernizados". Isso na Europa. Já nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento as conseqüências foram ainda mais desastrosas, uma vez que foram potencializadas pela especulação imobiliária e pela banalização dos princípios modernistas.

1.1.1. O mundo começa a se mobilizar pelo patrimônio

A aceleração desse processo de urbanização assentado na destruição e mascarado como renovação "progressista" foi tão intensa que começou a gerar críticas e preocupação pela perda dos marcos de referência das cidades.

Sucederam-se os encontros internacionais e as conferências promovidas pela UNESCO refletindo a preocupação pela integridade do patrimônio. Suas deliberações iam conformando novas teorias e recomendações práticas expressas

[7] Os grifos, nesta e nas subseqüentes citações, são de minha responsabilidade.

em documentos, cartas e declarações[8]. As mais importantes para o enfoque deste trabalho são:

- 1956 – Recomendação de Nova Delhi – UNESCO – define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas;
- 1962 – Recomendação de Paris – UNESCO – relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios;
- 1964 – Carta de Veneza – ICOMOS / Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios;
- 1967 – Normas de Quito – OEA – resolução sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico;
- 1968 – Recomendação de Paris – UNESCO – recomendação sobre a conservação de bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas;
- 1972 – Convenção de Paris – UNESCO – sobre a salvaguarda do Patrimônio mundial, cultural e natural;
- 1974 – Resolução de São Domingos – OEA – resolução do Seminário Interamericano sobre experiências na conservação e restauração do patrimônio monumental dos períodos colonial e republicano;
- 1975 – Declaração de Amsterdã – Conselho da Europa – declaração do Congresso do patrimônio arquitetônico europeu;
- 1975 – Manifesto de Amsterdã – Carta européia do patrimônio arquitetônico;
- 1976 – Recomendação de Nairóbi – UNESCO – relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea;
- 1977 – Carta de Machu Picchu – carta relativa ao Encontro Internacional de Arquitetos;
- 1980 – Carta de Burra/Austrália – carta relativa ao encontro do ICOMOS;
- 1981 – Carta de Florença – ICOMOS – relativa aos jardins e sítios históricos;

[8] Todos os textos das Cartas, Declarações e Recomendações podem ser encontrados na internet na página do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br>.

- 1982 – Declaração de Tlaxcala / México – ICOMOS – relativa ao Colóquio interamericano sobre a conservação do patrimônio monumental – revitalização das pequenas aglomerações;
- 1985 – Declaração do México – ICOMOS – relativa à Conferência mundial sobre as políticas culturais;
- 1986 – Carta de Washington – ICOMOS – Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas;
- 1990 – Carta de Lausanne – ICOMOS / ICAHM LAUSANNE – Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico;
- 1994 – Declaração de Nara / Japão – ICOMOS – declaração sobre o tema da autenticidade, entre outros;
- 1995 – Carta de Brasília – Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade e identidade;
- 1999 – Cartagenas de Índias - Decisão 460 – sobre proteção e recuperação do patrimônio arqueológico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina.

A Recomendação de Nova Delhi, de 1956, considera os vestígios arqueológicos tanto do interesse do país cujo território os abriga como seu conhecimento também interessa a toda a comunidade internacional. Recomenda ainda a seus Estados Membros a criação de órgãos nacionais que possam tomar as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico, à proteção e autorização de pesquisas, ao controle da exploração e do comércio ilegais, à educação patrimonial, à difusão das pesquisas, à conservação dos vestígios arqueológicos e, principalmente, à colaboração internacional na preservação e conservação do patrimônio arqueológico. Por pesquisa arqueológica se entende “todas as investigações destinadas à descoberta de objetos de caráter arqueológico, quer tais investigações impliquem numa escavação do solo ou numa exploração sistemática de sua superfície ou que sejam realizadas sobre o leito ou no subsolo das águas interiores ou territoriais de um Estado Membro”.

Reconhecida como um dos principais documentos internacionais, referência na maioria dos estudos relativos ao patrimônio, a Carta de Veneza, resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em

maio de 1964, foi aprovada pelo ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – em 1965.

A Carta define em seu artigo 1º: “a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sitio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”.

E no Artigo 2º conclama à multidisciplinaridade: “A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental”.

O documento recomenda sobre a conservação dos monumentos que sua manutenção seja permanente e que mesmo adaptados a uma função útil à sociedade os edifícios não sejam alterados em sua forma, escala, decoração e cor.

Dos cinco artigos da Carta de Veneza dedicados à restauração destaco os seguintes:

> Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjeturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.
>
> Artigo 11º - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

E no referente a escavações, remete ao que já havia sido recomendado em Nova Delhi em 1956:

> Artigo 15º - Os trabalhos de escavação devem ser executados em conformidade com padrões científicos e com a "Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a serem aplicados em Matéria de Escavações Arqueológicas", adotada pela UNESCO em 1956.
>
> Devem ser asseguradas as manutenções das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas

> todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz sem jamais deturpar seu significado.

Embora nem sempre tenham sido plenamente atendidas e seguidas por todos os países e em todas as circunstâncias, as Cartas e Recomendações Internacionais vêm se constituindo em importante marco referencial na preservação de todo o patrimônio cultural e ambiental no mundo. As legislações nacionais sobre patrimônio aos poucos vão se modificando e adaptando aos conceitos e ações nelas contidos. A elas voltaremos algumas vezes no decorrer deste trabalho, especialmente às referentes ao patrimônio construído e ao arqueológico.

1.1.2. O Patrimônio Cultural

Além da Carta de Veneza, a outra convenção que produziu um documento referencial para o entendimento que temos hoje do patrimônio e de sua preservação foi a Convenção de Paris de 1972. Ela foi a primeira convenção sobre o patrimônio mundial, cultural e natural, ratificada pelo maior número de países, que reconheceu a diversidade e considerou todos os sítios declarados patrimônio da humanidade como pertencentes a todos os povos do mundo. De acordo com ela, o patrimônio da humanidade abrange os *monumentos* (edificações, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, inscrições e grutas de valor universal excepcional para a historia, arte ou ciência); os *conjuntos* (grupos e conjuntos edificados que por sua unidade e integração na paisagem são considerados de valor universal excepcional); os *sítios* ou *lugares* (obras humanas e naturais, de interesse científico, etnográfico, histórico ou estético); os *bens naturais* (monumentos naturais; formações geológicas e fisiográficas, zonas de hábitat de espécies animais e vegetais ameaçadas) (GALLARDO, 1996, p. 96-98).

A Convenção de 1972 fundamentou-se para deliberar nos resultados da Conferência de Estocolmo[9] e, principalmente, na Declaração de Princípios da Comissão Franceschini, comissão italiana que realizou estudos entre 1964 e 1967. A importância desta comissão foi reconhecida pelo governo italiano que, em 1975, criou o Ministério para os Bens Culturais e Ambientais. De seus estudos surgiram as

[9] Também em 1972 a convenção de Estocolmo promovida pela Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente – UNEP recomendava: a eficácia da conservação do patrimônio na manutenção da vitalidade urbana, e a necessidade de um planejamento racional na utilização dos recursos naturais de forma que as políticas ambientais colaborem e estimulem o desenvolvimento econômico e social.

definições de uma série de categorias de objetos do patrimônio como a de *bens culturais* e suas derivações: *bens arqueológicos*, *artísticos* e *históricos*, *arquivísticos, bibliográficos e ambientais*. Os bens ambientais foram por sua vez classificados em *paisagísticos* ou *urbanísticos* (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.257).

A consideração dos bens patrimoniais como criações da cultura e da natureza leva à compreensão de que o homem interage com a natureza e que o equilíbrio entre eles deve ser preservado. Essa maneira de apreender a natureza difere da forma ocidental presente desde o início da modernidade, “cujo coroamento é o uso dos recursos naturais que o utilitarismo assentou e que, combinado com o capitalismo, transformou atributos naturais em fonte de acumulação de capital” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.258).

A Declaração de Amsterdã de 1975 (Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu) recomendou a abordagem da questão do patrimônio urbano a partir das noções de integração à vida social e à cidade, e de responsabilização do poder público na elaboração de programas de conservação integrada e na aplicação de recursos financeiros dotados para esse fim. O documento recomenda ainda o envolvimento e a participação da população nos processo de preservação, de forma a evitar a pressão da especulação imobiliária e garantir o respeito aos valores locais.

A discussão no âmbito internacional se estendeu ao longo da segunda metade do século XX. E todas as várias convenções e conferências resultaram em cartas e recomendações sobre restauração, normas internacionais de proteção e ampliação do conceito de patrimônio cultural. A ampliação do conceito de monumento, a recomendação da preservação de obras modestas com significação cultural, a proteção de conjuntos, bairros ou aldeias tradicionais que apresentassem interesse histórico e cultural foram alguns dos novos parâmetros de análise da preservação do patrimônio expressos pelas cartas resultantes dos congressos internacionais.

Contudo, todas essas recomendações não foram sempre plenamente seguidas pelos países signatários e muitas vezes, mesmo quando foram aplicadas, isso não aconteceu simultaneamente em todas as partes do mundo.

De qualquer modo as discussões internacionais, especialmente européias, influenciaram as iniciativas com relação ao patrimônio no âmbito latino-americano.

1.1.3. O patrimônio urbano da América Latina: os centros históricos

Cabe verificar como as normas e práticas internacionais de proteção ao patrimônio repercutem no âmbito latino-americano. Principalmente se levarmos em conta as grandes transformações econômicas e tecnológicas ocorridas no mundo nas duas últimas décadas do século XX e cujas conseqüências se manifestam também nas cidades e no ambiente latino-americano.

Em todo o mundo os critérios e as políticas de preservação patrimonial vêm sendo afetados pelas mudanças da economia mundial, a internacionalização do capital e da produção, o enfraquecimento das sociedades industriais, o aumento da taxa de urbanização, do consumo, e também pela grave deterioração do meio ambiente.

O patrimônio tornou-se um dos campos prediletos das indústrias culturais e turísticas urbanas. A partir da difusão de imagens que salientam o potencial competitivo das cidades, o espírito do lugar e seus símbolos representativos, as identidades urbanas também se transformam (CHOAY, 2001, p.225). Muito especialmente nas 'cidades históricas'. Nelas as políticas locais e urbanas se caracterizam pela pressão midiática e pela prática de estilos de gestão empresariais que aproveitam os particularismos locais como recursos e vantagens competitivas. Como diz Paulo Peixoto (2001, p.14): "Neste contexto, as chamadas 'cidades históricas' encontraram no *genius loci* um trunfo para fazer face à erosão do seu tecido econômico e à perda de competitividade".

A recuperação dos centros históricos e o desenvolvimento sustentável das cidades são os temas que hoje concentram os debates sobre a valorização do patrimônio cultural da América Latina. A partir da compreensão de que no centro está sintetizada a diversidade da própria cidade, sua reabilitação potencializa a identidade coletiva de seus habitantes e promove a preservação de seus bens culturais materiais e imateriais. Também contribui para o desenvolvimento econômico e social uma vez que aproveitar a infra-estrutura das regiões centrais significa diminuir os custos financeiros e ambientais do desenvolvimento urbano enquanto se fomenta a indústria turística (SANTOS, 2007, p.172).

Como já foi assinalado, os estudos da questão urbana não são muito antigos. Na Europa, começaram a se desenvolver a partir do crescimento industrial e do aumento populacional das metrópoles, ocorridos nos séculos XIX e XX, e que

legitimaram as grandes reformas urbanas com seu rastro de demolições nas áreas históricas (CHOAY, 2001, p.179). Destruição agravada muito mais tarde pelos bombardeios da Segunda Guerra Mundial e que levaram à necessidade de reconstrução das cidades européias (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.30-31). Foi também naquele momento que o urbanismo e a arqueologia histórica se constituíram como novas disciplinas.

Na América Latina, as políticas sistemáticas de preservação e recuperação do patrimônio urbano contido nos centros históricos são ainda muito mais recentes. Na prática elas surgiram somente depois que alguns bens latino-americanos foram classificados pela UNESCO como *patrimônio da humanidade*. Mas, sem dúvida, as discussões internacionais em torno do patrimônio e do meio ambiente e que resultaram nas cartas, declarações e recomendações produzidas ao longo da segunda metade do século XX pelas convenções e conferências, mesmo com algum atraso, tiveram sua influência no âmbito latino-americano. Este reflexo se revela na Carta de Machu Picchu de 1977, elaborada no Encontro Internacional de Arquitetos, nas Declarações de Tlaxcala de 1982 e do México de 1985, ambas realizadas pelo ICOMOS.

O Encontro Internacional de Arquitetos realizado no Peru em 1977 finalizou com a Carta de Machu Picchu que se constitui um marco nas reflexões acerca da preservação do patrimônio latino-americano ao referendar as questões levantadas pela convenção de Estocolmo de 1972, isto é, a eficácia da conservação do patrimônio na manutenção da vitalidade urbana, e a necessidade de um planejamento racional na utilização dos recursos naturais de forma que as políticas ambientais colaborem e estimulem o desenvolvimento econômico e social.

A Declaração de Tlaxcala (ICOMOS) de 1982 reforçou essas posturas, indicando a conservação de pequenas aglomerações testemunhas da diversidade cultural e portadoras de práticas sociais capazes de manter os traços identitários das populações residentes. Em 1985, a Declaração do México (ICOMOS) também tomou o conceito de identidade como elemento constitutivo de valores nacionais e locais e ratificou o respeito às tradições e formas de expressão de cada povo.

Na realidade, foi somente nessa mesma década de 1980 que se consolidou na América Latina o conceito de patrimônio ampliado de forma a reconhecer as expressões da criatividade dos povos, suas singularidades de língua, seus ritos, festas, lugares, monumentos históricos e produções artísticas e científicas

populares; difundindo-se também a idéia de que valorizar o *patrimônio cultural* estimula os povos a salvaguardar a soberania e reforçar suas identidades culturais e sociais. Isto significa que, sintonizadas com as políticas internacionais de proteção, as práticas preservacionistas latino-americanas estão instadas a associar a preservação do patrimônio cultural e da memória social ao desenvolvimento urbano.

À grande diversidade cultural, temporal e tipológica dos centros urbanos latino-americanos somam-se as urgências sociais e econômicas, a escassez de recursos e a enorme extensão territorial. Os patrimônios urbanos não podem ser tratados com os mesmos parâmetros devido à grande heterogeneidade social, política e cultural. Cada caso precisa ser convenientemente analisado em todos seus aspectos históricos, estéticos, tipológicos, econômicos e populacionais antes de serem definidas as metodologias de preservação. Apesar dessa heterogeneidade, os núcleos urbanos latino-americanos enfrentam problemas que, estes sim, são comuns a todos eles – tais como a degradação do patrimônio edificado, a privatização de espaços públicos, baixa renda e subemprego entre a população residente, ausência de equipamentos e ineficiência dos serviços urbanos, inadequação e obsolescência de infra-estrutura, agressão ambiental, etc. Esta situação dificulta enormemente qualquer ação na área da preservação e cada vez mais precisa mobilizar especialistas, técnicos e agentes envolvidos (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.34).

Os padrões de gestão e as estratégias de reabilitação que devem ser usados com relação à reabilitação de núcleos históricos continuam sendo muito discutidos e questionados principalmente quanto à forma de buscar a integração do patrimônio à dinâmica da cidade. A recuperação do centro histórico de Quito, Equador, foi emblemática neste sentido. Situado sobre as ruínas de uma das capitais do Império Inca e reconhecido pela UNESCO, em 1978, como patrimônio da humanidade, entre 1994 e 1997 finalmente pôde ser reabilitado e incorporado totalmente à vida da cidade.

Este caso se diferencia de outras experiências latino-americanas por ter associado a defesa do patrimônio à manutenção da função habitacional, à inclusão social e ao investimento turístico. Nele foi adotado um conceito de gestão que requalificou a cidade através de uma série de intervenções objetivando valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais de cada lugar. Ao melhorar as características tipológicas e paisagísticas da área, o programa investiu na

recuperação das identidades locais e na restauração arquitetônica e artística da materialidade construída.

O caso de Quito foi inspirador do Programa Monumenta no Brasil.

Entretanto, na maior parte dos casos, as políticas de preservação efetuadas na América Latina e no Brasil a partir da década de 1990 distanciaram-se dessa concepção. Com freqüência as adaptações dos espaços a novos usos e a exclusão da população residente não revelaram processos integrados de reabilitação como propunham as cartas patrimoniais internacionais que defendiam a conservação integrada e o desenvolvimento sustentável. Ao contrário, as ações desse tipo se caracterizaram pela ocorrência de gentrificação, enquanto a consolidação do espaço arquitetônico muitas vezes guiou-se pela superficialidade das restaurações e até mesmo pela criação de cenários.

Como ainda ocorre também no resto do mundo, a valorização dos bens culturais pelos critérios do mercado só faz aumentar o consumo cultural e transformar a paisagem historicamente construída e a cidade histórica em objetos de consumo, ou como mencionam Funari e Pelegrini (2006, p.52), em “ruínas patrimoniais de marketing citadino”.

1.1.4. Patrimônio Arqueológico.

Ao pesquisar a bibliografia dedicada ao Patrimônio Cultural, mais especificamente referida ao patrimônio material, chamou-me a atenção o fato de que o patrimônio arqueológico raramente seja mencionado, a não ser em enumerações do tipo “(...) bens materiais de valor arquitetônico, histórico, artístico, *arqueológico*, etc. (...)”. O patrimônio arqueológico, nesses casos e em geral, é subentendido como abrangendo os bens provenientes da paleontologia e da arqueologia pré-histórica. Nem falar nos bens arqueológicos históricos urbanos! Como se o patrimônio arqueológico não fizesse parte do patrimônio cultural como um todo. Na prática parece que patrimônio arqueológico só é estudado por arqueólogos e todos os “outros” patrimônios, o patrimônio cultural, pelos estudiosos do Patrimônio, em sua maioria historiadores e arquitetos.

Juliani (2002, p.59) explica o fato de que a arqueologia como suporte da memória das cidades seja um tema ainda pouco explorado no Brasil com três observações: “primeiro, os recursos arqueológicos são pouco visíveis; segundo, as

evidencias arqueológicas relacionadas com a evolução urbana ainda são mal apreendidas pelas comunidades urbanas; e por último que a interdisciplinaridade ainda é tênue na tomada de decisões sobre o patrimônio cultural no âmbito das administrações públicas municipais brasileiras".

Já Funari (2000, 2007) chama atenção para o fato de que o patrimônio no Brasil foi sempre uma escolha de elites sociais.

A prática da arqueologia nas cidades brasileiras é bastante recente, e ainda muito mais incipiente a arqueologia *das* cidades. A visibilidade dos recursos é pequena porque a arqueologia continua sendo vista como sinônimo de escavação. E a interdisciplinaridade na gestão e no planejamento das cidades é um tema em lento desenvolvimento.

O acompanhamento da trajetória da arqueologia na América e no Brasil revela algumas das dificuldades e outros tantos pontos positivos que a disciplina enfrenta principalmente no estudo do patrimônio urbano.

1.2. Arqueologia

Mesmo no resto do mundo a disciplina é relativamente recente, pelo menos como ciência com metodologia e sistematização. Na Europa, surgiu no século XIX voltada para o estudo da antiguidade greco-romana, da Europa medieval e do desenvolvimento do cristianismo como uma preocupação com as origens da civilização européia (FUNARI, 2007, p.49; ORSER, 2000). Também como a noção de patrimônio, foi antecedida pelo Antiquariato e pelo colecionismo, interessados nos objetos da antiguidade clássica como reconstituição da História da Arte. Em realidade, desde o século XVIII já se realizavam escavações (não sistematizadas e sem metodologia científica) como as de Pompéia (ALBUQUERQUE, 1992, p.132). A arqueologia constituiu-se como parte da História e também da Filologia, a partir do estudo dos documentos originais e, principalmente, das inscrições gregas, latinas e semitas. O contexto somente começou a ser valorizado quando se compreendeu que esses restos materiais podiam permitir a reconstituição de parte da história de uma sociedade e de sua relação com outras sociedades (ALBUQUERQUE, 1992, p.133).

Na América, a arqueologia como *estudo da cultura material* começou como um ramo da Antropologia. No início dedicou-se ao estudo dos grupos indígenas

nativos anteriores à colonização, isto é, definindo-se como um estudo do "outro". Na década de 1930 quando começaram as pesquisas em arqueologia histórica, estabeleceu-se uma divisão temporal em dois grandes períodos: a pré-história de 10.000 a. C. até a chegada dos colonizadores, e o período histórico que começa com a presença do europeu no Novo Mundo e se estende até o presente. Mas o momento do contato entre os europeus e os povos nativos é variável, aconteceu em tempos e formas diversos, o que torna impreciso o início do período histórico. (FUNARI, 1996, p.11; ORSER, 2000, p.61; LIMA, 2005, p.37).

1.2.1. Arqueologia Histórica

Foi somente na década de 1960 que o termo Arqueologia Histórica surgiu na América do Norte, expressando o estudo específico das sociedades letradas. Diferente da Europa, onde os arqueólogos continuavam tratando os períodos históricos de acordo com a evolução gradativa das sociedades, de iletradas para letradas. Como resultado da divisão temporal na América houve também uma divisão da disciplina e dos pesquisadores: de um lado a arqueologia pré-histórica feita pelos pré-historiadores, ligada à antropologia e estudando o modo de vida do "outro" (os nativos antes da colonização); por outro lado, a arqueologia histórica, ligada à história e dedicada ao estudo dos grupos europeus e euro-americanos pós-colonização. Segundo Funari (1996) foram essas diferenças conceituais entre Europa e América do Norte que dificultaram até mesmo a definição de arqueologia histórica.

Na América do Norte predominou até 1960 a vertente histórico-culturalista que estudou os modos de vida e os processos sociais no passado. Já nas últimas décadas do século XX prevaleceu uma orientação universalista que considera a arqueologia histórica como estudo do capitalismo focado na expansão européia e no colonialismo. Ou seja, o estudo desde o ponto de vista dos WASPs (White Anglo-Saxon Protestant) de mentalidade burguesa, individualista e nacionalista (FUNARI, 2007, p.50).

A essa postura se contrapõe a corrente marxista que inclui o estudo dos negros, dos imigrantes e dos irlandeses, e faz uma abordagem materialista dos conflitos sociais. É a partir deste ponto de vista que Orser (2000, p.5) define a arqueologia histórica como "*o estudo arqueológico dos aspectos materiais – em*

termos históricos, culturais e sociais concretos – dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo trazidos da Europa no final do século XV e que continuam em ação até hoje". De acordo com ele a modernidade se inicia com o capitalismo expandindo-se a partir do centro que é a Europa (europeísmo) e produzindo a globalização em que os fenômenos locais estão relacionados com o global.

Na América Latina, entretanto, a Arqueologia Histórica tem características próprias que a diferenciam do modo como ela é conceituada no resto do mundo, tanto na Europa como na América do Norte. Uma das razões que fazem esta diferença é que na América Latina convivem diferentes concepções de cidade: de um lado a espanhola, planejada e quadriculada como a cidade renascentista inspirada na cidade ortogonal criada pelos gregos e adotada pelos romanos; e de outro lado a cidade portuguesa, medieval, não planejada, com suas ruas como "rugas". Outra característica é que na América Latina o sistema capitalista se impôs, em tempos e formas diferentes, sobre uma estrutura social feudal e escravocrata, persistente nas relações sociais mesmo após a abolição da escravidão, e que continua manifesta no paternalismo e no caudilhismo.

De qualquer forma a definição dada por Orser na *Encyclopedia of Historical Archaeology* (2002 *apud* MORAIS, 2007) contempla essas diferenças de foco que coexistem e não se excluem. Segundo ele, a Arqueologia Histórica pode ser definida como "a investigação arqueológica de qualquer cultura do passado que desenvolveu uma tradição literária; ou ela pode ser vista como o estudo do 'mundo moderno', das condições históricas e culturais que modelaram nosso mundo desde aproximadamente 1500 d. C.".

Funari (2003, p.108) critica a dicotomização que "*divide o mundo moderno, dominado pelo capitalismo, dos períodos anteriores*", porque as características de outras épocas e civilizações são geradoras de parte importante das estruturas mentais e materiais modernas, e nelas se mantêm mesmo que de forma alterada. Pondera ainda que:

> Mesmo que não haja ligações genéticas entre realidades modernas e as outras, a comparação entre situações pode fornecer elementos úteis para o reconhecimento tanto da cultura material antiga como moderna, tanto do Oriente como do Ocidente, de qualquer maneira criações discursivas antes que realidades efetivamente separadas (FUNARI, 2003, p.108).

Vimos como o conceito de patrimônio se modificou e ampliou na segunda metade do século vinte, assim também o pensamento arqueológico vem adquirindo

dimensões mais amplas. Ele vem se expandindo para além da idéia de prática arqueológica limitada ao passado distante e à recuperação de artefatos em escavações, para uma nova amplitude tanto no que se refere aos marcos cronológicos como aos temas abordados e às metodologias utilizadas (ZARANKIN 2002, p.14). Tal como explica Funari (2003, p.15): "a Arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico".

A amplitude da definição nos remete a um aspecto que hoje é plenamente aceito nas discussões epistemológicas da Arqueologia Histórica, o seu caráter multidisciplinar. Pois, além da História e da Antropologia, o campo da Arqueologia Histórica inclui também a Geografia Histórica e Cultural, a Economia Política, a Sociologia, a Arquitetura, a Semiótica e, segundo alguns autores, também a Filosofia, o estudo do patrimônio e a História da Arte (ORSER, 2000, p.7; FUNARI, 1996).

Chegamos assim ao ponto conceitual que mais interessa e fundamenta esta pesquisa: a interdisciplinaridade da arqueologia e sua relação com a arquitetura, especialmente nos projetos de restauração os quais, por sua vez, também precisam ser interdisciplinares.

1.2.2. Arqueologia Urbana

Na América, nas últimas décadas do século XX, com a ampliação do conceito e do campo da Arqueologia Histórica, um dos seus ramos passou a considerar a cidade como um todo e a cultura material de seu subsolo como objeto de estudo da Arqueologia Urbana.

Nas cidades européias, a arqueologia vinha sendo feita, havia muito tempo, em monumentos isolados, representantes de todas as etapas históricas, inclusive configurando especialidades (medieval, antiga, religiosa, etc.). Segundo Galinié e Royo (1998, p.263) as grandes obras decorrentes das reestruturações dos centros históricos – construções subterrâneas, metrôs e estacionamentos, com grandes intervenções nos subsolos de onde se removiam milhares de metros cúbicos – levaram os arqueólogos a compreender a perda dos *arquivos que encerram a história das cidades*: "Espaço, tempo e destruição – o *maelström* que fez nascer a

arqueologia urbana". Ou seja, a cidade antiga começou a ser objeto do estudo da arqueologia e não só da história a partir da apreensão de sua dimensão espacial.

O conceito de arqueologia urbana difere de acordo com a tradição histórica ou antropológica dos diversos autores, e também de acordo com a perspectiva dos mesmos sobre fazer arqueologia na cidade ou da cidade. Na primeira, a cidade é o ambiente onde estão inseridos os sítios arqueológicos que são considerados isoladamente; a segunda perspectiva considera a própria cidade e seu ambiente como objeto de pesquisa e os vestígios arqueológicos são tratados de forma integrada ao sistema urbano.

A tendência é que de uma arqueologia *na* cidade, passe-se a fazer uma arqueologia *da* cidade. Dentro dessa última visão se insere a concepção de Staski (1982, p.97) para a arqueologia urbana como "o estudo das relações entre cultura material, comportamento humano e cognição em um contexto urbano".

Evocando, elaborando e recriando sentimentos a arqueologia urbana constrói uma "narrativa conjetural". Ela busca as "outras" cidades no tempo e no espaço, tentando assim revelar o que foi excluído e o que foi esquecido. Sua melhor qualidade como suporte de memória e da história é a de recuperar o sentido social e histórico da existência dos diferentes grupos que habitam a cidade, ou seja, suas identidades. Frequentemente constitui-se para alguns desses grupos como a *única forma de acesso* a seu patrimônio cultural (SANTOS, 2005, 2008 p.91).

No Brasil, a maior parte das pesquisas arqueológicas em áreas urbanas é feita a partir de sítios arqueológicos isolados, dentro do conceito de arqueologia *na* cidade. São pesquisas originadas por objetivos acadêmicos (dissertações e teses) ou vinculadas à restauração de bens. A primeira restauração de monumento histórico, na década de 1960, para a qual se realizou pesquisa arqueológica foi a da Igreja Nossa Senhora da Graça em Olinda (ALBUQUERQUE, 1992).

A maioria das reflexões sobre arqueologia urbana no Brasil começou a acontecer na década de 1990, mas houve uma publicação de 1984 que marcou pelo seu ineditismo e foi um dos disparadores desse processo de discussão: "*Sistemas construídos e memória social: uma Arqueologia Urbana?"* de autoria de Arno Vogel e Marco Antônio da S. Mello. Um trabalho de arqueologia urbana, feito a partir de um bairro do Rio de Janeiro, o Catumbi, que passava por um processo enorme de destruição resultante de intervenção urbana. Vogel e Mello assinalam o propósito da arqueologia da cidade como o de exumar, às vezes no sentido metafórico, pois nem

sempre arqueologia significa escavação, os “sistemas de relações que fundam a lógica operativa e simbólica dos espaços, elementos, conjuntos e equipamentos urbanos, (...) evitando destruí-los ou entregá-los ao esquecimento” (VOGEL; MELLO, 1984, p.47).

Com exceção desse trabalho, o desenvolvimento da arqueologia urbana no Brasil se iniciou mais tarde que em outros países, principalmente os europeus. Na França e Inglaterra já se trabalhava nesse sentido desde a década de 1960; na Espanha começou-se a substituir arqueologia de salvamento por uma arqueologia preventiva através do planejamento urbanístico já a partir da década de 80 (TEMIÑO *apud* TOCCHETTO; THIESEN, 2007 p.177).

No escopo desta pesquisa, tratando-se da relação entre arqueologia e arquitetura nos trabalhos de preservação do patrimônio edificado, talvez não seja muito relevante a posição teórica do arqueólogo no momento de escolher a metodologia a utilizar, no entanto considero que ela é de enorme importância no momento de definição dos objetivos da pesquisa arqueológica. Isto vale tanto para a arqueologia urbana em geral como para a especificidade da arqueologia dos edifícios, neste caso nas restaurações.

1.2.3. Arqueologia e Arquitetura

Sabe-se que a arquitetura vem se constituindo em fonte para a arqueologia desde seus inícios, nas escavações de ruínas. Mas o interesse da arqueologia foi se estendendo às estruturas acima do solo, chegando a abranger toda a edificação e mesmo a cidade.

Como foi assinalado anteriormente, no contexto da pós-modernidade nas últimas décadas do século XX tanto as sociedades como seus estudos através das ciências humanas e sociais passaram por transformações. Com relação à arqueologia, as mudanças de paradigma, expressas em uma variedade de estudos sociais, urbanos e culturais, influíram no campo teórico da arqueologia histórica. Produziram ampliação de temas, campos e abordagens. Assim, surgiram várias arqueologias – de etnias, de classes, de gêneros, etc. – entre elas, para tratar a cidade e o construído, a Arqueologia Urbana, a Arqueologia da Paisagem e a Arqueologia da Arquitetura.

Em sua *Introducción a la Arqueología Histórica,* Orser (2000, p.8-10) menciona a arquitetura, tanto a arquitetura da tradição acadêmica como a arquitetura vernacular, como importante fonte da Arqueologia Histórica. Ele se refere a todo o ambiente construído e diz que qualquer estrutura abaixo ou acima do solo é de interesse do arqueólogo. Ou seja, os elementos enterrados como fundações, valas, porões, cisternas são tão importantes como os que estão acima do solo e fazem parte da paisagem cultural como casas, edifícios, fortes, celeiros, fontes, ruínas.

Na Europa as estruturas arquitetônicas sempre foram estudadas sob um prisma histórico ligado à História da Arquitetura e à História da Arte, portanto em função da estética, dos estilos e das técnicas construtivas. Neste caso, a arqueologia era feita como complemento dos documentos históricos. Isto é, enquanto o arquiteto fazia a leitura dos elementos formais, o arqueólogo fazia a leitura das unidades estratigráficas[10]. Como tanto a arqueologia da materialidade arquitetônica como a História da Arquitetura têm como objeto o construído, entende-se que seus fundamentos teóricos, suas metodologias e técnicas convirjam, o que se dá principalmente na chamada arqueologia da restauração (ORSER 2002, *apud* MORAIS, 2007).

A importância da contribuição da arqueologia aos trabalhos de restauração não deveria deixar dúvidas, mas mesmo neles a arqueologia pode ser mais do que simples fonte e disciplina auxiliar. Um dos objetivos da arqueologia, seu objetivo material, busca o conhecimento da sociedade através do estudo das relações entre os elementos da cultura material, abre uma perspectiva mais ampla que a simples função auxiliar nas restaurações; envolve o contexto onde está inserido o edifício e leva a considerar outras relações com o espaço urbano, com a sociedade que produziu esse espaço e também com a sociedade atual que ainda o usa.

Com relação aos objetos Marcos Albuquerque (1992, p.135) estabelece uma diferença quando define dois objetos para a arqueologia, que são, segundo ele, o

[10] Estratigrafia arqueológica é um método proveniente da geologia e que é utilizado para datação arqueológica através do estudo da superposição das camadas ou estratos do terreno. Cada camada tem uma idade diferente e dependendo de onde se encontre um objeto pode-se estabelecer sua antiguidade. Para aperfeiçoar o registro de dados em escavações arqueológicas onde há muitas unidades estratigráficas, Edward Harris desenvolveu uma matriz (Matriz de Harris) com o objetivo de construir um esquema legível que evidenciasse as relações estratigráficas essenciais, mostrando a ordem de deposição e formação das mesmas ao longo do tempo e de forma organizada e seqüenciada. O Método foi enunciado em sua publicação "Princípios de Estratigrafia Arqueológica" editado em Londres em 1979.

o*bjeto material* e o *objeto formal*. O *objeto material* é a sociedade, pois a arqueologia pode ser definida de modo geral como o estudo das pessoas por meio da cultura material, ou seja, por meio de todos os produtos produzidos, utilizados ou apropriados pelo homem, de objetos a paisagens (FUNARI; ZARANKIN, 2005, p.4; ZARANKIN, 2002, p.44). O *objeto formal* é "a forma própria e única da abordagem arqueológica", ou seja, a produção técnica decorrente do objeto material. A prática operacional da arqueologia, suas técnicas, é o que atua nas restaurações e o que geralmente interessa aos restauradores (arquitetos e técnicos), que muitas vezes a utilizam empiricamente quando retiram um reboco ou cavam o solo em torno de uma estrutura em busca de mais informações sobre as técnicas construtivas utilizadas no edifício.

Ainda desde o ponto de vista de Albuquerque (1992, p.135), e concordo com ele, talvez seja a falta de entendimento dessa diferença de foco – e de objeto – uma das causas da geração de atritos entre arqueólogos e restauradores.

1.3. Arquitetura

De modo similar, no campo da arquitetura também há um aspecto formal e utilitário como o expressado na definição corrente de arquitetura encontrada nos dicionários: "a arte de criar espaços organizados e animados, por meio do agenciamento urbano e da edificação, para abrigar os diferentes tipos de atividades humanas" (FERREIRA, 1975).

Mas outros elementos foram introduzidos à definição de arquitetura. Lúcio Costa (2002, p.21) menciona a época, o meio e a intenção: "construção concebida com o propósito de organizar plasticamente o espaço e os volumes decorrentes, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica, de um determinado programa e de uma determinada intenção". Ou seja, arquitetura é espaço e tempo, é arte e técnica, é produto do meio e modificadora desse mesmo meio. Ainda a partir da definição de Lúcio Costa, há de se considerar *para que* (intenção) e *para qu*em (programa) é feita essa arquitetura. Esta ampliação conceitual conduz à percepção da arquitetura como manifestação social.

Lewis Mumford (1968, p.114) afirma que "a arquitetura é o cenário permanente de uma cultura sobre o qual pode se representar o drama social com a mais completa ajuda dos atores". Isto é, o drama social representado na arquitetura

vale-se, mais do que dos aspectos formais do edifício ou da cidade, dos significados a ela atribuídos em função de sua própria história e da história social e pessoal dos usuários, atores sociais. Ressalta Mumford (1968, p.113) que "nesta arte, dificilmente podem se separar, nem mesmo numa análise formal, símbolo e estrutura, significado e função prática; pois um edifício, por mais que careça de arte, por mais inocente que tenha sido o pensamento do construtor, não pode evitar dizer alguma coisa com sua simples presença".

Andrés Zarankin (2001) dedica o segundo capítulo de sua tese para tratar esse tema com maior profundidade. Analisa as diferentes posturas para definir a arquitetura, seja como uma função utilitária, um ato de comunicação, seja a relação da arquitetura com seu contexto histórico, social e simbólico, e também como tecnologia do poder. Considera que os edifícios fazem parte de uma narrativa cujo discurso está representado na arquitetura na forma de um tipo de linguagem não-verbal.

Neste pressuposto teórico apóia-se esta pesquisa. Os edifícios (e as cidades), como representações de uma cultura e de uma sociedade, são passíveis de uma narrativa e como tal podem ser lidos. Assim como expressa o arquiteto português José Aguiar (informação verbal) [11]:

> A cidade e a arquitetura são palimpsestos. (...) Como um pergaminho raspado onde a pesquisa e a ciência conseguem hoje fazer reaparecer os anteriores textos, os anteriores livros, o edifício histórico revela a quem o saiba ler (e não é fácil) os textos sobrepostos da sua história!

1.3.1. A prática da arqueologia nas restaurações arquitetônicas

1.3.1.1. Arqueologia da Arquitetura

A arquitetura foi sempre objeto de estudo tanto da História da Arte e da História da Arquitetura como da Arqueologia desde as origens desta disciplina no Renascimento. Mas, à raiz da renovação que vem acontecendo na disciplina, tanto na Europa como na América, os estudos realizados por arqueólogos tendo como objeto a arquitetura foram gerando um novo campo: a Arqueologia da Arquitetura. O termo arqueologia da arquitetura nasceu na Itália (MANNONI, 1990:28 *apud* QUIRÓS CASTILLO, 2002 p.27) com a finalidade de reunir pesquisas e trabalhos,

[11] Informação fornecida por J.Aguiar, no curso "Cor e conservação em Cidades Históricas" promovido pelo PROPUR na FAU/UFRGS, em dez. 2005.

realizados nos vinte anos anteriores, com os resultados da aplicação dos instrumentos, conceitos e problemáticas da disciplina arqueológica no estudo da arquitetura. Também é atribuído a Steadman que o utilizou em 1996, assim definindo arqueologia da arquitetura:

> A arqueologia da arquitetura é um campo interdisciplinar que lida com a edificação, identificando as amplas possibilidades de estudo do construído, no sentido lato. Dentre seus focos estão as questões sociais, a leitura de elementos arquitetônicos como indicadores do desenvolvimento técnico ou a compreensão da paisagem cultural em processo. Nos últimos anos foram publicados trabalhos originais focalizando a Arquitetura, particularmente a arquitetura doméstica, na perspectiva arqueológica. Como consequência, nota-se um crescente corpo de literatura relativa ao assunto cultura e ambiente construído; esta área de investigação recai na rubrica do que pode ser denominado Arqueologia da Arquitetura (STEADMAN, 1996 apud ZARANKIN, 1999, 2002).

O termo identifica uma variedade de estudos arquitetônicos que tanto se apóiam na Antropologia com foco nas questões sociais (STEADMAN,1996 *apud* ZARANKIN, 1999, 2002), como na História considerando a leitura dos elementos arquitetônicos da edificação como meio para chegar ao conhecimento do processo histórico nela expresso, independentemente das tipologias tradicionais (CABALLERO ZOREDA, 2002, p.83-100).

Portanto, a arqueologia da arquitetura abrange uma variedade de estudos arquitetônicos, com diferentes fundamentos teóricos, às vezes contraditórios e/ou opostos. Esses trabalhos podem pretender, aparentemente, apenas a análise formal e funcional da arquitetura tal como vimos que conceituou Albuquerque (1992), ou partir de posições que considerem o caráter social, simbólico e ideológico da arquitetura (ZARANKIN, 2002, p.45; ALBUQUERQUE, 1992). Neste último caso, encarando os edifícios – e as cidades – como objetos sociais ativos, impregnados de sentidos e valores da sociedade que os produziu (ZARANKIN, 2002; PESAVENTO 2002b, p.24).

Na Europa, a Arqueologia da Arquitetura se desenvolveu dentro da tradição da arqueologia histórica como até então vinha sendo feito o estudo da cultura material. Desenvolvendo-se primeiro na Itália e somente uns quantos anos mais tarde penetrando na Espanha, a disciplina apresenta, apesar de muitas similitudes, características diferentes nos dois países.

Luis Caballero Zoreda, na apresentação de conferência realizada em um ciclo sobre restauração do patrimônio arquitetônico promovido pela delegação em

Biskaia do Colégio de Arquitetos Basco-Navarro[12], diz que a consideração da 'cultura material':

> (...) pode ser analisada com os métodos próprios da Arqueologia e, conseqüentemente, ser interpretada não somente como 'signo' mas como 'documento' histórico. A Arqueologia da Arquitetura não pressupõe uma ruptura com os métodos tradicionais de estudo da arquitetura histórica, seja através da História da Arquitetura ou História da Arte ou da própria Arqueologia, mas sim, ao contrário, sua evolução, desenvolvimento e aplicação sistemática" (CABALLERO ZOREDA, 2008)[13].

Na verdade, somente o nome é novo, pois, como já foi assinalado, o estudo da arquitetura pela arqueologia vem do início da disciplina no Renascimento, sendo "a mais velha das arqueologias" (MORRISS, 2000:5 *apud* QUIRÓS CASTILLO, 2002, p.28). Este mesmo autor, Quirós Castillo (2002, p.28), menciona as várias linhas de trabalho que surgiram em diversos países europeus, como resultado da renovação dos estudos arquitetônicos realizados por arqueólogos nos últimos decênios: *Archéologie du bâti* ou *Archéologie des élévations* na França (PRINGENT; HUNOT, 2000; ESQUIEU, 1997; JOURNOT, 1999), a *Bauforschung e a chamada* "arqueologia da construção" na Alemanha (AA. VV., 1996; BEDAL, 1993; KIMPEL, 1995), ou a *Archaeology of Buildings* ou *Building Archaeology* na Inglaterra (WOOD, 1994; MORRISS, 2000; ROSKAMS, 2000:107-134). No entender do autor, as razões para esse renovado interesse pela arquitetura por parte da arqueologia são fundamentalmente duas:

> (...) o notável desenvolvimento adquirido por uma arqueologia implicada no estudo e gestão do patrimônio edificado como recurso finito no marco de intervenções de restauração e reabilitação da arquitetura histórica; (...) a renovação da disciplina arqueológica através de sua reconstrução estratigráfica e a ampliação de seus clássicos marcos cronológicos e temáticos (QUIRÓS CASTILLO, 2002, p.28).

O autor assinala que de qualquer forma não se pode falar de uma única disciplina, pois todas essas linhas de trabalho têm origens, desenvolvimento e aplicação diferentes, algumas inclusive ainda abordando o estudo da arquitetura histórica exclusivamente com instrumentos analógicos, tipológicos e estilísticos herdados da história da arte e da arquitetura. E citando Brogiolo (2002) afirma que a arqueologia da arquitetura italiana é a que conta com uma base crítica, uma codificação e uma normalização de instrumentos e conceitos mais sólidos (QUIRÓS CASTILLO, 2002, p.28).

---

[12] A informação e programação cultural do Colégio de Arquitetos Basco-Navarro pode ser encontrada em: <http://www.coavn.org/coavn/var/08>. Acesso: março de 2009.

[13] As traduções das citações de autores espanhóis são de minha responsabilidade.

Do ponto de vista instrumental, o que distingue a arqueologia da arquitetura é seu caráter estratigráfico, isto é, uma bagagem instrumental estritamente arqueológica, embora não excludente, pois para uma análise mais sólida dos edifícios históricos são usados outros instrumentos de caráter tipológico, formal, estrutural, arqueométrico e também se recorre às fontes escritas (QUIRÓS CASTILLO, 2002, p.31; AZKARATE GARAI-OLAUN; CABALLERO ZOREDA; QUIRÓS CASTILLO, 2002, p.7-10).

A Arqueologia da Arquitetura inova na visão da história da arquitetura, desligando-se da história dos estilos e fazendo que cada edifício não seja a representação de um modelo de estudo, mas sim um resultado único de uma experiência construtiva. Convertendo a história da arquitetura, mais do que a história do construído, em uma história dos modos de construir. Então a arqueologia da arquitetura como disciplina histórica pode ser reivindicada como um meio que contribui à elaboração de uma história social do passado através do registro arqueológico dos documentos materiais, neste caso, arquitetônicos. (AZKARATE GARAI-OLAUN; CABALLERO ZOREDA; QUIRÓS CASTILLO, 2002 p.8).

Outro critério que define a arqueologia da arquitetura é o compromisso com o estudo e a gestão do patrimônio edificado se for considerado o caráter bidimensional do Patrimônio edificado como documento das sociedades passadas e ao mesmo tempo como um recurso para as sociedades atuais. Nisto reside, segundo Quirós Castillo (2002, p.28), a diferença entre a arqueologia da arquitetura e outros estudos arquitetônicos realizados por arqueólogos.

Além disso, a arqueologia da arquitetura defende o desenvolvimento de modelos interpretativos desde orientações antropológicas, funcionalistas ou materialistas, que se contraponham aos princípios idealistas e positivistas enraizados na historiografia da arquitetura. Neste sentido questionando aspectos da teoria de estilos e promovendo a construção de uma história social da produção arquitetônica (QUIRÓS CASTILLO, 2002, p.29).

1.3.1.2. Arqueologia nas restaurações brasileiras

A aplicação da arqueologia da arquitetura às intervenções de restauração e de reabilitação do patrimônio edificado e a relação entre arqueólogos e arquitetos restauradores envolvidos são temas desta dissertação. Foi muito interessante

verificar como esses assuntos ainda ocupam a literatura de países como a Itália e a Espanha, considerando que neles o desenvolvimento da disciplina está muito mais avançado que no Brasil. Por exemplo, o debate na Itália já há vários anos se dá em torno de que forma os arquitetos utilizam os instrumentos estratigráficos convertendo-se em arqueólogos e, por outro lado, de que forma os arqueólogos se ajustam às necessidades suscitadas pela prática de restauro.

Nesses países foram arquitetos os que deram grande impulso à experimentação dos instrumentos arqueológicos no âmbito dos restauros, mas ainda há uma tendência à simplificação e à redução da disciplina a um "método" ou apenas a uma ferramenta. Como menciona Brogiolo (1997, *apud* QUIRÓS CASTILLO, 2002, p.34), somente a partir do maior desenvolvimento e amadurecimento da arqueologia é que poderá ser superada "a identificação entre arqueologia e estratigrafia, entre arqueólogo e técnico-que-nos-proporciona-informações".

Mais chamativo foi a constatação do atraso em que nesse sentido estamos no Brasil, onde são muito raros os casos em que se fazem pesquisas arqueológicas prévias aos restauros, onde a estratigrafia de muros e paredes[14] ainda é uma raridade, e onde ainda é mínimo o aproveitamento das informações proporcionadas pelos arqueólogos no projeto de restauração. Mesmo tratando-se de edifícios protegidos pelas várias instâncias de salvaguarda patrimonial, onde a "pesquisa histórica e arqueológica [deveria constituir-se] em fonte e instrumento capaz de dotar de significados e valores a uma arquitetura [e desta maneira permitir] sua socialização e, portanto, sua preservação" (QUIRÓS CASTILLO, 2002, p.34).

Na Espanha ainda há desigualdade de critérios de intervenção, variando da plena integração dos arqueólogos ao projeto (como na catedral de Vitória-Gasteiz[15], pesquisa arqueológica de Agustín Azkarate Garai-Olaun) até intervenções em que frequentemente a arqueologia continua tendo um papel limitado à etapa prévia como provedora de informações.

---

[14] A estratigrafia de paredes ou estratigrafia vertical consiste na ordenação e datação das etapas pelas quais passaram os edifícios até chegar a seu estado atual, analisando todos seus elementos constitutivos, tanto os agregados como os suprimidos, de acordo com as ações e processos construtivos ou destrutivos que sofreram.

[15] A documentação de todo o processo de requalificação do centro histórico de Vitoria-Gasteiz e da restauração da Catedral de Santa Maria e de outros edifícios da cidade podem ser encontradas na página da Fundação Catedral Santa Maria: <http://www.catedralvitoria.com/home.html>.

Além da interdisciplinaridade no projeto e na prática das intervenções, entre as questões que ainda preocupam os arqueólogos espanhóis estão as relacionadas com a difusão e a recepção crítica da arqueologia da arquitetura, no entender deles causada por deficiências na formação sistemática tanto de arqueólogos como de arquitetos restauradores.

A outra questão levantada é que a arqueologia da arquitetura acontece principalmente nas intervenções em conjuntos e edifícios monumentais. Mas, segundo Brogiolo (*apud* QUIRÓS CASTILLO, 2002, p.35), o patrimônio edificado mais frágil e mais sujeito a transformações radicais se encontra justamente na arquitetura rural e na arquitetura residencial dos centros históricos para os quais é necessário desenvolver instrumentos e estratégias adequadas, de forma a gerar uma "arqueologia de intervenção" na arquitetura, ao mesmo tempo em que se vão desenvolvendo formas adequadas para a aplicação da arqueologia da arquitetura no planejamento e ordenação do território.

No Brasil, a arqueologia da arquitetura, da forma e com os conceitos e métodos que está sendo aplicada na Europa (Itália, Espanha e Portugal), é muito incipiente. Como já mencionamos apenas se revela em alguns trabalhos pontuais. Ainda que alguns deles sejam muito completos (ver capítulo referente a trabalhos nacionais e internacionais) noutros ela é aplicada parcialmente, mais como estudo das tipologias feito tradicionalmente pela história da arquitetura.

A vinculação que o IPHAN, especialmente através do Programa Monumenta, vem tentando fazer das intervenções para restauração de imóveis tombados com a necessidade de pesquisa arqueológica nem sempre resulta em bom trabalho arqueológico nem em produção de conhecimento novo sobre as edificações. Mesmo assim destacamos a labor da arqueóloga Rosana Najjar que, através de artigos e de um manual guia para pesquisa arqueológica em restauros de imóveis sob a guarda do IPHAN, introduz novas abordagens ao trabalho arqueológico, enquadrando-se em uma releitura da 'arqueologia da restauração' surgida na Europa com anterioridade à 'arqueologia da arquitetura'.

Segundo Najjar (2007, p.202), no Brasil, a chamada "arqueologia da restauração" é um campo mais amplo do que o praticado até então onde a arqueologia não passava de "técnica auxiliar da história e acessória à arquitetura" e a grande maioria das pesquisas "era descritiva e dedicada somente a tratar das características especificas do bem em restauração" para aclarar lacunas históricas

do projeto arquitetônico, portanto subjugada a sua dinâmica. A pesquisadora apóia-se na premissa de que “uma edificação sempre é produzida a partir de uma concepção vigente e é necessariamente (re) produtora dessa concepção” e que “o artefato arquitetônico refletirá na sua materialidade toda a sua história, sua trajetória no tempo e no espaço. O resultado dessa trajetória é o que virá a ser objeto da arqueologia, da arquitetura e da história em um projeto de restauração”. Então, sendo o objeto arquitetônico um artefato cultural ele é objeto de estudo da arqueologia. Esta é a base para sua afirmação de que “no bojo de projetos de restauração de bens culturais tem de haver projetos de pesquisa arqueológica”. E assinala que a arqueologia contribuiu para a preservação do patrimônio, pois sempre existe produção de conhecimento sobre o bem, mesmo quando os objetivos dos arqueólogos não coincidem com os da restauração como, por exemplo, “quando o pesquisador centra seus objetivos de pesquisa nos artefatos móveis, buscando analisar quem vivia na edificação e como transcorria cotidianamente essa vida” (NAJJAR 2007, p.206).

A arqueóloga chama a atenção para o fato de que a falta de convergência de objetivos é apontada pelos arquitetos como um dos motivos das tensões entre eles e os arqueólogos:

> A imagem do arqueólogo catando caquinhos no meio de uma obra, atrapalhando, sem diálogo direto e imediato com o projeto restaurativo, tem sido até hoje a imagem disseminada no meio das instituições responsáveis pelos projetos de restauração, nelas incluída o próprio IPHAN (NAJJAR 2007, p.206).

Entretanto ela percebe que hoje no Brasil há uma tendência, ainda de forma pontual, de maior comprometimento das instituições em “pautar suas ações de forma a efetivar projetos [de restauração] nos quais a interdisciplinaridade (...) seja tida como princípio fundamental, especialmente a partir do diálogo entre a arquitetura, a arqueologia e a história” (p.206).

Apesar disso, e admitindo que várias experiências tenham sido bem sucedidas, tanto em projetos de instituições oficiais de preservação quanto nos privados, Najjar (p.208) observa que nas instituições oficiais ainda há grande dificuldade na efetivação de políticas que valorizem e incentivem a presença da arqueologia como mais uma das fontes produtoras de conhecimento. Nesse sentido, de acordo com a pesquisadora, muitos arqueólogos fazem restrições à falta de visão das instituições especialmente quando elas mesmas deixam de observar os

dispositivos legais de preservação existentes e nem os cobram aos projetos de responsabilidade da iniciativa privada. Em seu entender, essa incoerência se explica em parte pela falta de arqueólogos nas instituições, mas também por desconhecimento da potencialidade da arqueologia nas restaurações. A falta de conhecimento gera argumentos – certamente todos já ouvimos algum deles – que são do tipo:

- Já sabemos tudo sobre o prédio;
- Há falta de verbas (pode ser lido como: há falta de previsão de verbas);
- Temos pouco tempo para a obra (leitura: a arqueologia demora!);
- Não estamos procurando índios (sem comentários!).

Considerando o fato de que se realizam pouquíssimas pesquisas arqueológicas em restaurações em todo o Brasil, Najjar (2007, p.209) enumera alguns dos contextos equivocados ou potencialmente negativos em que elas se dão, a partir da decisão das próprias instituições de preservação:

- O projeto de arqueologia só é incorporado ao de restauração no final de sua elaboração, seja por esquecimento ou excesso de tarefas, gerando atrasos e atropelos na sua finalização em função da necessidade de compatibilizar os objetivos, os custos e os prazos do projeto de restauração com a arqueologia.
- A arqueologia entra durante a realização de obras civis, geralmente para responder a alguma questão não resolvida pelos projetistas, prejudicando o projeto arqueológico porque muitos vestígios podem ter sido modificados ou destruídos pelas obras.
- A arqueologia entra por demandas externas, seja por motivação jurídica ou por demandas da sociedade civil. Geralmente não há verbas e os cronogramas têm de ser compatibilizados gerando tensões entre as parte envolvidas.

A arqueologia de restauração pressupõe um projeto de arqueologia inserido no projeto de restauração que, sendo sempre interdisciplinar, deve contê-lo. Mas além das dificuldades provenientes da abordagem institucional é preciso avaliar as responsabilidades dos próprios profissionais envolvidos nas restaurações nos desencontros e tensões entre eles. Sobre este tema também opina Najjar (2007, p.209), mencionando algumas das principais dificuldades encontradas tanto por

arqueólogos como por arquitetos e técnicos em restauração, opinião que merece muito ser levada em conta porque provém da prática da arqueologia em restaurações e não só de conceitos teóricos:

a) Dificuldades dos arqueólogos:
   - Como o projeto de arqueologia deve estar em consonância com o projeto de restauração, o arqueólogo precisa ter capacidade e visão para conceber um projeto para a restauração e a partir dela. Que um dos objetivos do arqueólogo em uma restauração seja fazer parte dela é coisa que eles nem sempre entendem. Arqueólogos se resistem a escutar e a entender os pontos de vista de outros profissionais do projeto;
   - Recomendam a preservação da maior quantidade de vestígios testemunhos das diferentes épocas reveladas pela pesquisa;
   - Não entendem a necessidade de que na restauração se opte por um momento histórico materializado na edificação em detrimento de outro. Esta é uma questão conceitual que faz parte das teorias do restauro que poderiam ser mais estudadas também pelos arqueólogos.

b) Dificuldades dos arquitetos:
   - Não fazer pesquisa arqueológica também pode ser uma opção consciente nos casos em que os próprios arquitetos consideram a restauração uma obra menor, quase uma reforma ou obra de conservação;
   - Uma visão corporativa dos arquitetos produz estranhamento da presença e pertinência de arqueólogos e historiadores nos ‘seus projetos’;
   - Arquitetos têm de se sensibilizar e viabilizar um projeto arquitetônico de restauração que comporte e traduza os vestígios arqueológicos inserindo-os no conceito/contexto da restauração.

Concordo plenamente com Najjar (2007, p.209), quando afirma que a prática da interdisciplinaridade implica que as dificuldades acima mencionadas devam ser resolvidas através do diálogo entre os profissionais, durante todo o processo de projeto e de execução das restaurações. A falta de diálogo é um mal de arquitetos e também de arqueólogos, mas também é responsabilidade das instituições.

Na tentativa de esclarecer dúvidas e alguns problemas relacionados à pesquisa arqueológica nos imóveis tombados, o Programa Monumenta/BID produziu o *Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração* como parte de um conjunto de manuais previstos para o fortalecimento institucional do IPHAN. O Manual é de autoria da mesma arqueóloga Rosana Najjar, funcionária da 6ª Superintendência Regional do IPHAN e da arquiteta Maria Cristina Coelho Duarte.

O objetivo do Manual é atender exigências de orientação técnica na gestão dos projetos de restauração e conservação dos bens imóveis tombados sob tutela federal. Também tem a "intenção de suprir a necessidade de estabelecimento de procedimentos padrões, a serem adotados pelo IPHAN, no que se refere às Práticas de Arqueologia" (NAJJAR; DUARTE, 2002, p.4).

De acordo com as autoras, o Manual se insere numa abordagem de arqueologia pós-processualista, propondo que a edificação seja estudada como se fosse, ela própria, um superartefato - e não meramente o lugar onde estão localizados os objetos. Entretanto elas mantêm o termo "Arqueologia de Restauração" surgido, segundo o próprio manual, em meados do século XX na fase histórico-culturalista da Arqueologia em que o objetivo era de apenas fornecer elementos para os projetos de restauração de monumentos, caracterizando a arqueologia como acessória da arquitetura. Apesar disso, o Manual atualiza o significado do termo ao considerar que a restauração de um bem demanda uma igualdade interdisciplinar entre as partes envolvidas, e onde os diversos profissionais participantes - arqueólogos, historiadores e arquitetos, dentre outros - têm seus objetivos e metodologias próprias, sendo que o denominador comum entre eles é a necessidade de contar a história do bem da forma mais completa possível, ou seja, identificando as alterações físicas e suas respectivas (ou não) mudanças de uso (NAJJAR; DUARTE, 2002, p.9).

Partindo dos trabalhos de arqueologia já realizados em bens imóveis tombados que são objetos de projetos de restauração, são apresentados dois modelos de pesquisa arqueológica (NAJJAR; DUARTE, 2002, p.12-13):

O primeiro modelo, mais usual e mais tradicional, se corresponde àquela abordagem histórico-culturalista, onde a arqueologia é tomada apenas como um instrumento para responder, da forma mais pragmática possível, às demandas do projeto de restauração. Ou seja, a função da pesquisa arqueológica se restringe em aclarar algumas lacunas presentes no conhecimento do arquiteto sobre o bem a ser

restaurado sem se aprofundar na história contada pelo edifício. Ele pode ser representado pelo seguinte esquema:

MODELO A
PESQUISA ARQUEOLÓGICA 1 produz resultados exclusivos para a RESTAURAÇÃO 1
PESQUISA ARQUEOLÓGICA 2 produz resultados exclusivos para a RESTAURAÇÃO 2
NÃO EXISTE RELAÇÃO ENTRE EXPERIÊNCIAS

Tabela 1 – Esquema 1 - Pesquisa arqueológica: Modelo A.
Fonte: NAJJAR; DUARTE, 2002, p.12-13.

Para ir além do pragmatismo do modelo anterior, as autoras propõem outro em que a Arqueologia contribua de modo imediato para o projeto de restauração, mas também aproveite o rico momento de intervenção aprendendo mais sobre o bem preservado, construindo modelos explicativos da realidade social à qual esse bem está relacionado e produzindo conhecimento para melhor gestão pública (NAJJAR; DUARTE, 2002, p.13).

Segundo as autoras, esta outra perspectiva, já presente em alguns trabalhos do IPHAN, é considerada como a ideal, uma vez que supre as necessidades do IPHAN no que se refere à produção de dados imediata e de médio e longo prazo. Representa-se pela seguinte forma esquemática:

MODELO B
1º passo: PESQUISA ARQUEOLÓGICA 1 produz um MODELO EXPLICATIVO para a RESTAURAÇÃO 1
2º passo: o MODELO EXPLICATIVO é aplicado à PESQUISA ARQUEOLÓGICA 2 na RESTAURAÇÃO 2,
que, por sua vez, produz um NOVO MODELO EXPLICATIVO, que incorpora e supera o primeiro.
A RELAÇÃO ENTRE AS PESQUISAS É O MOTOR DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Tabela 2 – Esquema 2 - Pesquisa arqueológica: Modelo B.

Fonte: NAJJAR; DUARTE, 2002, p.12-13.

As pesquisadoras, assim como aqui foi feito ao tratar do patrimônio cultural, se apóiam na Carta de Veneza e no Decreto Lei n° 25/37, para justificar a

importância da presença da Arqueologia nas ações de preservação do patrimônio cultural considerada como disciplina participante do trabalho da preservação, necessariamente interdisciplinar. E como única fonte de conhecimento, dentre as disciplinas que usualmente participam dessas ações, capaz de produzir conhecimento a partir da cultura material. A associação entre os dados produzidos pelos levantamentos histórico e arquitetônico, acrescidos dos resultados das pesquisas arqueológicas, fornece ao gestor do patrimônio bases muito mais sólidas para executar sua tarefa. Lembram também que toda a intervenção nas edificações consideradas monumento nacional é uma interferência radical e potencialmente danosa, onde sempre devem ser feitas escolhas e que, portanto, as opções devem estar alicerçadas nos mais rígidos parâmetros da preservação (NAJJAR; DUARTE, 2002, p.13).

As autoras recomendam que, tanto para os projetos de restauração como para a conservação dos edifícios, as equipes sejam multidisciplinares reunindo "Arquiteto e Engenheiro especialistas e/ou com experiência em restauração e Arqueólogo (mesmo no caso de Arqueólogo externo aos quadros do IPHAN), de preferência com experiência anterior em Arqueologia histórica". E acrescentam que "essa composição multidisciplinar deve ser observada, inclusive, nas equipes de técnicos externos ao IPHAN, no caso de intervenções em que o IPHAN não participe diretamente, quando acompanha e/ou fiscaliza" (NAJJAR; DUARTE, 2002, p.15).

A partir do Modelo B acima, Najjar e Duarte (2002, p.17-24) caracterizam da seguinte forma as três etapas necessárias aos trabalhos arqueológicos nos projetos de restauração:

a) Etapa I - A Avaliação do Potencial Arqueológico;
   - 1ª fase: Elaboração do Projeto de Prospecções Arqueológicas,
   - 2ª fase: Execução das Prospecções Arqueológicas.

b) Etapa II - A Pesquisa Arqueológica;
   - 1ª fase: Elaboração do Projeto de Pesquisa Arqueológica,
   - 2ª fase: Execução da Pesquisa Arqueológica.

c) Etapa III - A utilização dos vestígios.

Especificando que:

A Etapa I acontece no período de elaboração dos projetos de arquitetura, portanto, anterior às obras civis, o que se justifica pelo fato de que a arqueologia

produz dados necessários à definição do projeto. O uso da edificação e o anteprojeto de restauração devem ser definidos pela equipe de restauração nesta Etapa e somente após os resultados das pesquisas arqueológicas decidem-se quais vestígios arqueológicos serão ou não incorporados ao uso do bem.

A Etapa II pode ser executada durante, ou mesmo antes, da realização das obras civis previstas no projeto de restauração propriamente dito, sempre e quando os cronogramas das diferentes atividades estejam coordenados para se transformarem em um único, definido pela equipe de restauração.

A Etapa III ocorre no final das obras civis. Sua realização depende da decisão quanto à incorporação, ou não, dos vestígios evidenciados pela pesquisa arqueológica ao uso do bem, o que, segundo as autoras, muitas vezes se traduz na exposição de alguns dos vestígios para se transformarem em um museu-sítio arqueológico.

Observo que, se aplicado, o Manual pode ser de grande importância ao estimular a multidisciplinaridade nas equipes e a avaliação de potencial arqueológico antes das obras civis, além da coordenação nos cronogramas. Embora indique prospecções de paredes, muros e fundações, as técnicas utilizadas ainda não são as da Arqueologia da Arquitetura, as leituras estratigráficas, pouco invasivas e que muitas vezes prescindem de escavações.

A revisão feita até aqui das mudanças conceituais que tanto patrimônio como arqueologia vêm sofrendo no Brasil e no mundo, levou a verificar a situação em que se encontra a relação entre arquitetura e arqueologia na prática brasileira em restaurações. Cabe ainda indagar o papel exercido pelo marco legal e institucional que envolve e direciona essa prática, o que será feito no capítulo II.

2. Legislação e políticas públicas no Brasil

Para melhor situar as ações de preservação do patrimônio edificado, considerei importante fazer uma revisão da legislação brasileira, principalmente as leis e normas que concernem à proteção do patrimônio cultural no Brasil e em especial ao patrimônio arqueológico. Esta revisão tem também como objetivo detectar as políticas públicas, nacionais e municipais, que seriam necessárias ao melhor desenvolvimento dos processos de preservação, especialmente aqueles referidos a restaurações urbanas.

2.1.Legislação sobre Patrimônio Cultural

No Brasil, as políticas públicas na área cultural e de proteção patrimonial quase sempre dependeram da atuação do poder federal e se inspiraram e apoiaram nas idéias e projetos de diferentes grupos de intelectuais. Em consequência, as concepções e diretrizes variaram com o poder político de turno. Muitas vezes elas perderam transparência ou até mesmo se mostraram contraditórias. A participação da sociedade em geral inexistiu ou se reduzia a um mínimo em situações localizadas (FONSECA, 2005, p.22-25).

O tema do patrimônio foi contemplado em todas as constituições federais desde 1930:

A Constituição Nacional de 1937 se constituiu num marco quanto à proteção do patrimônio brasileiro quando viabilizou a sanção do Decreto-lei nº25/1937. A chamada lei de tombamento[16] submeteu a propriedade privada ao interesse coletivo e passou a ser o principal instrumento jurídico de preservação do recém criado SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, 1936). Dentro do espírito nacionalista e de integração social do governo Vargas, os primeiros tombamentos foram feitos a partir de uma seleção de edifícios barrocos do período colonial e palácios governamentais em geral de estilo neoclássico e eclético, demonstrando a

[16] Tombamento é ato administrativo da autoridade competente, que declara ou reconhece valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural ou cientifico de bens, que por isso passam a ser preservados (SOUZA FILHO, p.81).

vinculação com a história oficial da nação e fortalecendo a imagem de identidade nacional expressada na arquitetura.

O Decreto-Lei 25/37 foi também o primeiro passo no âmbito federal para preservação arqueológica, instituindo o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e reconhecendo os bens arqueológicos como patrimônio histórico, artístico e nacional. Entretanto, este instrumento foi aplicado apenas a alguns bens (sítios e coleções excepcionais). Na prática, a generalização do tombamento, ou seja, a aplicação do decreto-lei 25 a todo o conjunto de bens arqueológicos tornou-se quase impossível pelo grande número de coleções e sítios, e também pelo conflito existente entre o entendimento de que um bem tombado não pode ser destruído, demolido ou mutilado e a característica própria da pesquisa arqueológica de campo (SILVA, 2007, p.60).

A Constituição de 1946 manteve os preceitos da Constituição de 37, além de promover a proteção de documentos históricos. Durante o período democrático de 1946 a 1964, vários estudos, comissões e elaborações de anteprojetos foram feitos, mas foi somente em 1961 que se aprovou a única lei de proteção ao patrimônio arqueológico. A lei nº 3.924/1961, conhecida como “lei dos sambaquis”, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza, existentes no território nacional e que até então continuavam sendo destruídos, utilizados como jazidas de calcário para a indústria e a construção civil.

Segundo a arqueóloga Regina Coeli Pereira da Silva (2007, p.59), “a obtenção de uma legislação própria conseguida à custa de grande empenho de um grupo de intelectuais que não mediram esforços para ver aprovada uma norma capaz de barrar a destruição sistemática de sítios, imposta por pesados interesses econômicos, foi uma das maiores conquistas na área da preservação arqueológica no Brasil”, mas essa lei não se manifesta com respeito aos sítios e monumentos arqueológicos históricos. Portanto, ainda é necessário que a preservação arqueológica em sítios históricos seja também regulamentada tanto pela complementação da lei como pela “adoção de legislações que incidam sobre essa categoria”. Ela aponta como uma das maiores dificuldades o reconhecimento do ponto de vista legal do conceito de sítio arqueológico histórico por afetar os bens privados como residências, fazendas, heranças, etc. Também considera de necessidade urgente que o IPHAN normatize melhor esses sítios (Silva 2007, p.67).

A Constituição de 1967, já durante a ditadura militar, incluiu novas categorias de bens a serem preservados como patrimônio, como jazidas e sítios arqueológicos que até então eram classificados apenas como locais de valor histórico. Mas o golpe militar de 1964 instaurou o período que produziu mais dificuldades no campo da proteção ao patrimônio, e da cultura em geral. Em dezembro de 1968 com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que instalou a censura, obras e instituições passaram a sofrer intervenções e proibições, e muitos intelectuais, professores e profissionais da cultura foram destituídos ou perseguidos.

Mas algumas brechas foram abertas. Ainda durante a ditadura em 1973, foi criado o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas, e em 1975 o Ministério de Educação e Cultura (MEC), durante a gestão de Nei Braga, elaborou o primeiro plano oficial na área cultural que logo possibilitou a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Também pelo MEC foi criada, em 1979, a Fundação Nacional Pró-Memória coordenada por Aloísio de Magalhães, que desenvolveu programas e projetos baseados na diversidade cultural, étnica e religiosa, incluindo bens procedentes da tradição popular.

Com a substituição do antigo conceito de patrimônio histórico no mundo pelo de patrimônio cultural, que passou a reconhecer a diversidade cultural e a abranger as manifestações culturais dos povos além daquela limitada aos monumentos históricos e artísticos (CANDAU, 2006; FONSECA, 2005; FUNARI; PELEGRINI, 2006), as normas internacionais refletiram essas mudanças nas diversas Cartas e Declarações[17], no âmbito do ICOMOS e da UNESCO, e também o Brasil, na Constituição Federal de 1988 que

De acordo com o que já ocorria no plano internacional, a ampliação do conceito de patrimônio foi se consolidando gradativamente na década de 1980 com a abertura democrática no país, o que permitiu o surgimento de revisões teóricas no campo da preservação dos bens culturais. A retomada do caminho democrático culminou na Constituição de 1988 que avançou na defesa e ampliação do patrimônio cultural, incluiu os bens arqueológicos como parte desse patrimônio e investiu também no campo da participação popular. Seu artigo 215 garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e reitera a proteção às manifestações populares

[17] Carta de Veneza 1964; Declaração de Amsterdã 1975; Carta de Machu Picchu 1977; Declaração de Tlaxcala 1982; Conferencia de Nara 1994. Disponíveis em < http://portal.iphan.gov.br >.

indígenas e afro-brasileiras ou de quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, enquanto que o artigo 216 define como patrimônio cultural:

> **Art. 216°** - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I. as formas de expressão;
>
> II. os modos de criar, fazer e viver;
>
> III. as criações científicas, artesanais e tecnológicas;
>
> IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
>
> **§1°**. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
>
> **§2°**. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
>
> **§3°**. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
>
> **§4°**. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
>
> **§5°**. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Nos seguintes anos, a defesa da pluralidade cultural, da qualidade de vida nos centros urbanos e do meio ambiente significou um avanço na luta pela cidadania e por políticas preservacionistas. A restauração de espaços populares como mercados públicos, engenhos, moinhos e outros, e o reconhecimento de tradicionais espaços do culto religioso negro são exemplos da preservação de espaços de convívio e da recuperação de modos de viver de distintas comunidades.

2.1.1.Legislação sobre o Patrimônio Arqueológico

A definição de Patrimônio Arqueológico foi dada pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) na Carta de Lausanne de 1990, artigo 1º, como:

> [...] a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

O artigo 2º alerta que “o patrimônio arqueológico é um recurso frágil e não renovável. Os planos de ocupação do solo [...] devem ser regulamentados, a fim de minimizar, o mais possível, a destruição desse patrimônio”.

A legislação brasileira protege os sítios arqueológicos, considerados bens da União[18], mas esta proteção não se estende aos recursos arqueológicos ainda não identificados nas áreas urbanas. Da atual Constituição Federal, destacamos ainda, além do art. 216 já mencionado, os seguintes artigos e incisos que se referem diretamente ao patrimônio arqueológico e à competência dos Estados e dos Municípios quanto ao patrimônio histórico cultural:

> **Art. 20°** - São bens da União:
>
> X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos[19] e pré-históricos;
>
> **Art. 23°** - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
>
> III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
>
> IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
>
> **Art. 24°** - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
>
> VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
>
> VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
>
> **Art. 30°** - Compete aos Municípios:
>
> IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Além da Constituição Federal, temos a Portaria Interministerial nº 69, de 23 de janeiro de 1989 que “Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar”. E a Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000 que, alterando a anterior (Lei nº 7.542/1986), também dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em

[18] Constituição Federal, seção II, art. 216; Lei Federal nº 3924 de 1961; Lei Federal nº 7542 de 1986; Portaria nº 69 de 1979; Portaria nº 07 de 1988; Portaria nº 230 de 2002; Portaria nº 28 de 2003; Constituição do Estado do Rio Grande do Sul - art.221; Código Estadual do Meio Ambiente (lei nº 11.520 de 2000).

[19] Os grifos nessa e em todas as citações de leis neste capítulo são meus.

águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

Tratando do meio ambiente, a Resolução CONAMA 001/1986 (Código Nacional do Meio Ambiente) define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Esta resolução abrange o patrimônio arqueológico dentro do impacto ambiental que possam provocar alguns grandes empreendimentos que o coloquem em risco, pois considera a necessidade de diagnóstico ambiental para o meio sócio-econômico, além do meio físico e biológico: “o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos”. Esta resolução foi pensada para os grandes empreendimentos como barragens, hidrelétricas, linhas de transmissão, etc., cujas obras afetem o meio ambiente e o patrimônio arqueológico.

No âmbito urbano, esses estudos também são exigidos pelos órgãos ambientais municipais, mas somente para empreendimentos de grande porte. As áreas urbanas que sofrem impactos por obras de pequeno porte em geral ficam sem amparo. De qualquer forma, não há garantia de preservação do patrimônio arqueológico, mesmo em estudos de impacto ambiental, pois nem sempre as pesquisas são feitas com suficiente antecedência. Pelo menos já é um avanço que se reconheça a existência de um patrimônio arqueológico urbano e que se façam salvamentos emergenciais no caso de grandes impactos.

Com base nas citadas leis, o antigo SPHAN e o atual IPHAN promulgaram duas Portarias: a SPHAN n° 07/1988 que regulamenta os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no país para que se resguardem os objetos de valor científico e cultural localizados nessas pesquisas; e a portaria IPHAN n° 230/2002 que considera a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o Patrimônio Arqueológico, e determina os procedimentos necessários para a obtenção das licenças ambientais e os referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país.

A Lei nº 10.257/2001 que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana, referindo-se diretamente ao patrimônio arqueológico urbano, diz no inciso XII de seu Art. 2º:

> A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
>
> (...)
>
> XII - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

No nível estadual, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, a proteção ao patrimônio arqueológico é contemplada na lei de proteção ao patrimônio cultural como um todo. A lei nº 7.231 de 18 de dezembro de 1978 dispõe sobre o patrimônio cultural do Estado:

> **Art. 1** - Os bens existentes no território estadual ou a ele trazidos, cuja preservação seja de interesse público, quer em razão de seu valor artístico, paisagístico, bibliográfico, documental, arqueológico, paleontológico, etnográfico ou ecológico, quer por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, constituem, em seu conjunto, patrimônio cultural do Estado, e serão objeto de seu especial interesse e cuidadosa proteção.

Mas o Código Estadual do Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 11.520/2000, destaca-se pelos diversos artigos que mencionam o patrimônio arqueológico associado a referências aos recursos ambientais e ao patrimônio cultural, tal como se revela nos trechos de vários artigos, por exemplo, ao definir poluição (e as alterações causadas pela mesma) e recursos ambientais:

> *[entende-se por] poluição: toda e qualquer alteração dos padrões de qualidade e da disponibilidade dos recursos ambientais e naturais, resultantes de atividades ou de qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, mediata ou imediatamente:*
>
> *(...) alterem desfavoravelmente o patrimônio genético e cultural (histórico, arqueológico, paleontológico, turístico, paisagístico e artístico); (Art. 14, inciso XXXIX).*
>
> *(...)*
>
> *[entende-se por] recursos ambientais: os componentes da biosfera necessários à manutenção do equilíbrio e da qualidade do meio ambiente associada à qualidade de vida e à proteção do patrimônio cultural (histórico, arqueológico, paleontológico, artístico, paisagístico e turístico), passíveis ou não de utilização econômica; (Art. 14, inciso L).*

O Art. 17 –VII da referida lei define os objetivos do planejamento ambiental como os de: “criar, demarcar, garantir e manter as Unidades de Conservação, áreas de sítios históricos, arqueológicos, espeleológicos, de patrimônio cultural artístico e

paisagístico e de ecoturismo". Enquanto que o Art. 75 define o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), de modo similar à legislação federal.

O capítulo VIII do Código Estadual do Meio Ambiente é dedicado à definição e normas de proteção do patrimônio paleontológico e arqueológico. Embora seus vários artigos mencionem sítios arqueológicos históricos não há nenhuma referência específica aos sítios históricos urbanos.

O fato de que a proteção do patrimônio arqueológico esteja quase que somente vinculada ao meio ambiente e submetida às leis que o protegem não é considerado suficiente por muitos arqueólogos e estudiosos do tema.

Regina Coeli Pinheiro da Silva (2007, p.69), analisando a legislação federal a que considera como atendendo os pontos fundamentais da preservação embora necessitando de complementação, alerta que "algumas questões básicas permanecem, como (...) o entendimento de que os sítios arqueológicos pertencem a uma categoria mais ampla de bens, reconhecida como patrimônio cultural da nação, objeto de atenção especial por parte do Estado brasileiro". Ela pondera também que:

> A compreensão do patrimônio arqueológico inserido na condição de patrimônio ambiental tende (...) a uma visão reducionista desses bens, deslocando-os para uma esfera relacionada primeiramente ao meio ambiente, e não mais como fontes da cultura nacional, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (SILVA, 2007, p.69).

Esta situação denota a falta de uma política específica para a preservação do patrimônio arqueológico, o que se faz ainda muito mais patente quando se trata do patrimônio urbano. Talvez a causa seja o que já foi assinalado anteriormente: o interesse em relação à arqueologia urbana ainda é muito recente e em geral limita-se a trabalhos pontuais de salvamento em restaurações. Na grande maioria dos outros casos, tanto do edificado como do subsolo urbano, não há qualquer planejamento para que haja controle arqueológico.

Nesse sentido, em muitos países o salvamento vem sendo paulatinamente substituído pela prevenção. De acordo com várias experiências internacionais, principalmente em países europeus como Inglaterra, França e Espanha (TEMIÑO, 2004 apud TOCCHETTO, 2008, p.177; CONSEIL DE L'EUROPE, 1999) e em alguns países americanos como é o caso da Argentina (SCHÁVELZON; WEISSEL, 2005; SCHÁVELZON, 2001), a gestão pública de caráter preventivo no âmbito municipal precisa adotar mecanismos de ação compartilhados entre o planejamento urbano e o instrumento gestor do patrimônio arqueológico. A preservação do

patrimônio arqueológico urbano depende muito dos instrumentos que individualmente possam criar os municípios, associando-os à legislação de planejamento da cidade.

2.2. Arqueologia e Planejamento Urbano

Tocchetto e Thiesen (2007, p.186) referem que “uma preservação eficaz do patrimônio arqueológico urbano exige uma opção pelo desenvolvimento sustentável, garantindo os recursos que recebemos de nossos antepassados”. O que concorda com os estudos e proposições feitas por outros estudiosos brasileiros como Miriam Cazzetta (1991) e Lucia Juliani (2001, 2002), e com as iniciativas tomadas em algumas cidades no Brasil e também na Argentina onde, como se verá mais adiante, foram desenvolvidos instrumentos de preservação arqueológica associados ao planejamento urbano.

Cazzetta (1991, p.193), em um dos trabalhos pioneiros sobre o tema no Brasil, citando arqueólogos e técnicos preservacionistas europeus, propõe a elaboração de Mapas de Valorização do Sítio Urbano, instrumento destinado aos arqueólogos, à administração local e a incorporação ao Plano Diretor da cidade. Pois, justifica a pesquisadora:

> Se de um lado, a pesquisa arqueológica no contexto do intervento do restauro num imóvel tombado, localizado num centro histórico, é um fato parcialmente absorvido pela cultura de intervenção em nosso país; em todos os outros casos o controle arqueológico do subsolo urbano é atualmente subordinado a fatores não planejados. É o caso dos imóveis não tombados de propriedade privada e os interventos públicos e/ou privados de infra-estrutura (p.193).

Os Mapas permitem a individualização do solo/subsolo urbano em zonas arqueológicas, o que junto a análises histórico-arqueológica e cartografia histórica/cadastral vai possibilitar uma pesquisa arqueológica preventiva.

Juliani (2001), quanto à gestão no município, assinala no mesmo sentido:

> (...) a importância e a necessidade de um plano de delimitação de zonas de interesse arqueológico como uma das formas de se evitar situações conflitivas no planejamento urbano, através do registro de informações do potencial arqueológico de uma área antes que qualquer projeto urbano seja executado (p.4).

A inclusão da gestão arqueológica no planejamento e na legislação municipais antecipa a preservação nos locais com potencial arqueológico que vão sofrer intervenções, exime de exigências legais os que não apresentam potencial,

evitando situações de conflito. Neste caso os estudos arqueológicos deixarão de ser somente eventuais e esporádicos para passarem a fazer parte do cotidiano da cidade que está em permanentemente crescimento e transformação. É impensável escavar todo um centro histórico, e muito menos toda uma cidade. A planificação da pesquisa arqueológica, junto com o planejamento municipal, permite a preservação e o estudo do subsolo sem impedir a transformação urbana. Por outro lado, para proteger adequadamente este patrimônio, primeiro é preciso conhecê-lo. O ponto de partida é o levantamento de potencial arqueológico da cidade, a partir do qual se poderá definir o que e onde deve ser preservado. Uma legislação municipal adequada estabelecerá o como (SANTOS, 2005).

Nas cidades brasileiras a substituição dos salvamentos arqueológicos emergenciais pelo planejamento anda a passos lentos, mas alguma coisa já foi feita:

- Nas cidades de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre são exigidos estudos arqueológicos nos processos de licenciamento ambiental;
- O art. 197 da Lei Orgânica de São Paulo protege e indica medidas de preservação do patrimônio arqueológico do centro histórico;
- O mesmo acontece com o centro histórico da cidade de Santos/SP através do art. 1º da Lei municipal nº 1917;
- Na cidade de Rio de Janeiro, o decreto 22.872/2003 obriga à realização de pesquisas arqueológicas em áreas de interesse histórico quando da realização de obras urbanísticas e/ou topográficas pela prefeitura municipal, e o decreto 22.873 criou a Carta Arqueológica que mapeia os sítios e as áreas com potencial arqueológico ingressando esses dados no SIG (Sistema de Informação Geográfica[20]);
- Florianópolis tem as Áreas Arqueológicas, de proteção permanente, criadas em 1997 através da lei complementar nº1;
- A cidade de Joinville, também em Santa Catarina, desde 1990 incorporou na Lei Orgânica municipal a realização de inventário dos sítios arqueológicos existentes.

Além dessas, há trabalhos desenvolvidos em algumas cidades e que justamente por falta de apoio legal nas políticas públicas municipais não são

[20] De acordo com Juliani (1996), o SIG "permite armazenar e sobrepor cartas temáticas, dados ambientais e arqueológicos, em diferentes escalas, facilitando a analise e comunicação entre segmentos que gerem o patrimônio".

plenamente implementados. É o caso, por exemplo, do Plano de Gestão para o Patrimônio Arqueológico de Goiás/GO (GODOY, 2003), a Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre/RS (OLIVEIRA, 2005). Em Porto Alegre foi feito também um GT no âmbito do Museu Joaquim José Felizardo/PMPA onde foram discutidas as diretrizes para a elaboração de uma futura legislação municipal, cujo relatório foi produzido pelo arqueólogo Alberto T. D. Oliveira (2006).

2.2.1. Pelotas - Legislação municipal

O município de Pelotas recentemente teve aprovado seu novo Plano Diretor (III PD Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008), com a incorporação de alguns importantes avanços na consideração do patrimônio arqueológico como denotam as quinze menções a ele ao longo da lei. Mantendo as ZPPCs (Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural) que haviam sido criadas pela Lei nº 4.568/00, o III Plano Diretor amplia as áreas de proteção patrimonial com a criação das Áreas de Interesse Ambiental abrangendo tanto o Ambiente Natural como o Ambiente Cultural ou Construído (AEIAN e AEIAC):

> **Art. 50** - O interesse ambiental para os fins desta lei será resguardado, através da identificação de Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural e Cultural ou Construído.
>
> **§ 1º.** Considera-se Ambiente Natural o conjunto de condições, leis, influências, alterações e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
>
> **§ 2º.** Considera-se Ambiente Cultural ou Construído todo e qualquer bem ou direito de valor histórico, estético, artístico, cultural, turístico, arquitetônico, arqueológico, urbanístico e paisagístico, cuja conservação seja de interesse público (Lei nº 5.502/08 Parte III Liv.I Tit.II Cap.I, seção I- Das áreas especiais de interesse ambiental).

Outros artigos promovem a integração entre patrimônio histórico cultural e planejamento urbano e o reconhecimento do patrimônio arqueológico como herança da humanidade, portanto, digno de preservação:

> **Art. 67** - Constituem objetivos da proteção ao patrimônio cultural:
>
> **I -** Promover a integração da preservação do patrimônio histórico e cultural com o planejamento urbano, como forma de garantir a manutenção das características culturais específicas da cidade de Pelotas, as quais lhe conferem identidade peculiar;
>
> **VIII -** Preservar o patrimônio arquitetônico, artístico, documental, ecológico, arqueológico e qualquer outro relacionado com a história e a memória municipal (Lei nº 5.502/08 Parte III, Liv.I, Tit.II, Cap.I, seção I, subseção II- Das áreas especiais de interesse do ambiente cultural).

Nessa mesma subseção, outros artigos (de nº 68 a 76) definem questões relativas ao cadastramento, aos níveis de proteção para os imóveis integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas e às diversas Áreas de Interesse Cultural com seus respectivos Focos Especiais de Interesse Cultural – FEIC e Eixos de Ligação, quando os possuem (caso da AEIAC – ZPPC).

Tomemos a AEIAC - ZPPC (Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural), conforme mapa U-10, caracterizada como compreendendo "as quatro Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (Primeiro Loteamento, Segundo Loteamento, Porto e Caieira), área já reconhecida por lei 4.568/2000, e onde se encontra a maioria dos prédios históricos tombados e inventariados, denotando um caráter arquitetônico e urbanístico de interesse", e cuja importância histórico-cultural se relaciona com a formação urbana da cidade (artigo 70); e observemos as diretrizes dispostas para seus nove focos de interesse (FEIC) no artigo 71:

I. FEIC - Zona Portuária.
II. FEIC - Praça Coronel Pedro Osório.
III. FEIC - Calçadão.
IV. FEIC - Praça Cipriano de Barcellos.
V. FEIC - Estação Férrea.
VI. FEIC - Praça Piratinino de Almeida.
VII. FEIC - Catedral São Francisco de Paula.
VIII. FEIC - Avenida Bento Gonçalves e Parque Dom Antônio Zattera.
IX. FEIC - Canalete da Rua General Argolo.

Constatamos que para nenhum desses focos de interesse é definida uma diretriz específica para valorização do patrimônio arqueológico que pode estar contido tanto no subsolo como nas próprias edificações ou no espaço público. Tampouco é recomendada nenhuma restauração a exceção da Caixa D'água, pertencente ao FEIC - Praça Piratinino de Almeida, para a qual sim é recomendada sua restauração já que se trata de um tombado federal.

Só então é abordada a proteção ao patrimônio arqueológico nos seguintes artigos, que sem dúvida são muito importantes, mas dos quais se depreende que o patrimônio arqueológico continua sendo considerado de forma independente do patrimônio arquitetônico e abrangendo somente os bens contidos no subsolo:

> **Art. 77** - Fica reconhecido o conceito de patrimônio arqueológico como herança de toda humanidade e de grupos humanos e não de indivíduos e de nações, proibindo a destruição, degradação ou alteração por modificação

> de qualquer monumento, sítio arqueológico ou seu entorno, sem anuência das instâncias competentes.
>
> **Art. 78** - Deverão ser implementadas políticas de monitoramento e fiscalização de sítios arqueológicos, especialmente ao longo dos rios e seus afluentes.
>
> **Art. 79** - É compromisso a preservação dos cemitérios historicamente constituídos, indicando que nenhuma tumba, anterior aos anos cinqüenta dos novecentos, seja destruída em nenhum cemitério do município.

Do ponto de vista da proteção ao patrimônio arqueológico, os mais transcendentes são os artigos de 80 a 86 que criam as Áreas Especiais de Interesse Arqueológico (AEIARQ):

> **Art. 80** - São definidos como Áreas Especiais de Interesse Arqueológico (AEIARQ) os espaços em que forem identificados sítios arqueológicos, dado um perímetro definido por profissionais de arqueologia, conforme mapa nº M-04[21] anexo à presente lei.
>
> **Parágrafo único:** Poderão ser acrescidas ao levantamento das AEIARQ as áreas futuramente identificadas e registradas conforme laudo de órgão técnico autorizado e reconhecido pelo IPHAN.
>
> **Art. 81 -** Cabe aos órgãos da administração pública municipal, responsáveis pelo planejamento urbano e pela proteção do ambiente cultural e natural, além do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, auxiliar na fiscalização e informação das recorrentes obras de arquitetura e engenharia no Município, de acordo com lei federal, bem como cabe a esses mesmos órgãos a salvaguardada desse patrimônio mediante curadoria e tombamento.
>
> **Art. 82 -** Cabe ao órgão técnico autorizado e reconhecido pelo IPHAN, informar sítios arqueológicos identificados no Município de Pelotas, bem como ficar responsável do material arqueológico coletado.
>
> **Art. 83 -** Cabe à coletividade, e em especial aos órgãos municipais citados trabalhar em conjunto para fiscalização e preservação dos sítios arqueológicos.
>
> **Art. 84 -** Deve ser destacada a necessidade de atividades de educação patrimonial visto que a comunidade deve ser responsável também pela preservação do patrimônio arqueológico.
>
> **Art. 85 -** Nas obras realizadas no município, em presença ou indício de artefatos arqueológicos, nos perímetros indicados como de potencial arqueológico no mapa M-04 anexo à presente lei, e conforme indicação do órgão da administração municipal responsável pela preservação do ambiente cultural, deverá constar laudo técnico de prospecção arqueológica.
>
> **Art. 86 -** Nas obras onde ocorra manejo do subsolo, com potencial de impacto, especialmente as de infra-estrutura, em presença ou indício de artefatos arqueológicos, deverá ser solicitado acompanhamento arqueológico aos órgãos técnicos autorizados e reconhecidos pelo IPHAN.

Há outras menções ao patrimônio arqueológico: o Livro II do Plano Diretor trata das normas de uso e ocupação e estabelece o regime urbanístico para a cidade e também para as Áreas Especiais. Ao tratar do regime urbanístico para as

[21] Ver Mapas M-04 e U-10 nos anexos deste trabalho.

diversas Áreas Especiais de Interesse Cultural, na única onde são exigidos EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) e laudo técnico de potencial arqueológico é na área do Sítio Charqueador:

> **Art. 166 -** As intervenções realizadas nos FEIC da AEIAC Sítio Charqueador deverão obedecer ao seguinte regramento:
>
> **I -** Serem aprovadas pelos órgãos municipais responsáveis pela Cultura e pelo Urbanismo, conforme parecer do CTPD;
>
> **II -** Apresentarem EIV incluindo estudos de ambiência de entorno, plano de massas, visuais e potencial arqueológico, além do Relatório de Impacto Ambiental;
>
> **III -** O uso do solo e atividades terão regulamento próprio;
>
> **IV -** Para os prédios do frigorífico Anglo e engenho Pedro Osório (localizados na AEIAC do Sítio Charqueador) deverão ser mantidas suas volumetrias, e as novas intervenções compatibilizadas com a pré-existência. (Livro II, tit. I, cap. III, seção I, subseção II).

O patrimônio arqueológico também é referido nos dois artigos abaixo que pertencem ao Título II (Parcelamento do Solo) do Livro II:

> **Art. 204 -** Qualquer projeto de parcelamento de solo no município deve ser elaborado com base nas disposições desta Lei e considerando:
>
> **I –** A valorização do patrimônio paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico;
>
> (...)
>
> **Art. 208 - § 1º.** Dependem de exame e prévia anuência do Estado, após a admissão de viabilidade pelo Município, a aprovação de parcelamento nas seguintes condições:
>
> **I –** Quando localizado em área especial de interesse, com proteção de mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidos por legislação federal ou estadual;

O último artigo do III Plano Diretor que se refere ao patrimônio arqueológico é o art. 314 da Parte V - disposições gerais e transitórias:

> **Art. 314 -** Para a consecução dos objetivos e para a garantia da efetiva aplicabilidade dos instrumentos dispostos no Plano Diretor, deverá o Poder Executivo Municipal estabelecer a delimitação precisa, através de coordenadas geográficas, ou descrição textual, ou utilização de instrumentos similares, das seguintes áreas:
>
> **I** – Área de concentração de Núcleos de Urbanização Específica (mapa M-01);
>
> **II** – Áreas de Interesse Arqueológico (mapa M-04);
>
> **III** – Áreas Especiais de Interesse Social (mapa U-07);
>
> **IV** – Áreas Especiais de Interesse Ambiental Natural (mapa – U-08);
>
> **V** – Sítio Charqueador (zona de preservação da ambiência – mapa U-11);
>
> **VI** – Vazios Urbanos (mapa U-12).
>
> **Parágrafo Único:** Fica estabelecido o prazo de um ano, contado do começo da vigência dessa Lei, para a realização do disposto nesse artigo.

A partir dessa revisão da legislação pode-se confirmar que o patrimônio cultural como um todo está satisfatoriamente protegido pela legislação brasileira em seus três níveis, e que o patrimônio arqueológico do subsolo também está protegido pela legislação federal que considera os sítios como bens da União.

Mas os recursos arqueológicos urbanos carecem de legislação específica e sua salvaguarda depende muito mais das legislações municipais e dos instrumentos que possam ser criados em cada cidade. Em consequência, as ações de preservação continuam sendo, na maior parte dos casos, de salvamento e não planejadas. As exceções são as cidades que começam a incluir o patrimônio arqueológico no seu planejamento, entre elas Pelotas. Nesses casos o caminho para a salvaguarda do patrimônio arqueológico dos subsolos urbanos começa a ser trilhado. Quanto à consideração dos bens arqueológicos de cota positiva, isto é, os bens que estão acima do solo urbano, como os edifícios históricos, não existe nenhuma proteção além das sugestões feitas pelo Manual de Arqueologia do IPHAN que, na prática, até agora é escassamente tomado em conta. A positiva exigência do IPHAN para a obrigatoriedade de pesquisa arqueológica nas restaurações de bens sob sua tutela tem resultado apenas em escavações de pátios e porões geralmente sem projeto prévio e sem coordenação com o projeto de restauro. Este tema continuará a ser tratado no Capítulo III.

3. Trabalhos nacionais e internacionais: a prática arqueológica em restaurações

No final da década de 1960, como já foi mencionado, iniciaram-se no Brasil alguns estudos integrados de arqueologia histórica e arquitetura, voltados para a restauração de monumentos. O trabalho pioneiro na valorização da pesquisa arqueológica prévia às restaurações de edifícios históricos foi o da Igreja quinhentista Nossa Senhora da Graça, em Olinda. O arqueólogo e professor Marcos Albuquerque (1992) elaborou um projeto de pesquisa arqueológica que objetivou o fornecimento de dados para o trabalho de restauração. Segundo ele, os resultados obtidos com a pesquisa arqueológica contribuíram de forma efetiva para o projeto de restauração daquele monumento. Também o professor Mário Mendonça de Oliveira (2008), arquiteto e restaurador baiano com especializações nas universidades italianas de Pisa, Florença e Roma, vale-se de métodos arqueológicos para os diagnósticos e estudos prévios às restaurações históricas.

Neste capítulo é feita uma leitura de alguns trabalhos relacionados com a pesquisa arqueológica efetuada em edifícios em processo de restauração, com o objetivo de verificar a metodologia empregada e em que medida os resultados da pesquisa arqueológica foram úteis para o projeto e a execução da restauração. Em última análise, isto significa verificar também a existência ou não de trabalho interdisciplinar nas equipes de projeto e restauro.

Para escolher os trabalhos nacionais a serem lidos a prioridade foi para aqueles realizados no Estado do Rio Grande do Sul ou na Região Sul do Brasil (quatro). Depois foram incluídos três de São Paulo, um da Argentina e um da Espanha (País Basco). A base para escolha dos trabalhos gaúchos foi a comunicação apresentada pela arqueóloga Fernanda Tocchetto no Encontro SAB/Sul em Rio Grande/RS, em 2006: *Um panorama dos projetos de restauração e arqueologia no RS a partir de um diagnóstico;* e em trabalhos apresentados no VI Encontro SAB/Sul – Simpósio “Arqueologia e Arquitetura”, ocorrido em Tubarão/SC, em outubro de 2008 e do qual participei.

O diagnóstico de Tocchetto (2006, p.1) teve como objetivo “apresentar um panorama sobre a integração de projetos de restauração e estudos arqueológicos no RS” tendo em vista que “os debates sobre projetos de restauração e arqueologia ainda são esparsos (...) apesar de avanços alcançados em alguns pontos do país, permanecem ausências de pesquisas e de exigências [para desenvolver parcerias], por parte dos órgãos patrimoniais municipais, estaduais e federal” (2006, p.1). A pesquisadora formulou cinco perguntas a arqueólogos que fizeram estudos dessa natureza em 17 sítios do RS, abordados entre a década de 1990 e 2005. As perguntas três, quatro e cinco têm relação direta com o escopo de nosso trabalho:

1. Qual foi o sítio arqueológico pesquisado, como se chama, onde se localiza e em que período foi desenvolvida a pesquisa?
2. Qual foi a fonte de recursos financeiros utilizados?
3. Quais foram os motivos que levaram ao desenvolvimento da pesquisa arqueológica associada ao projeto de restauração? Isto é, se foi exigência de órgãos patrimoniais, interesse da comunidade, interesse do arqueólogo, entre outros.
4. Os resultados da investigação arqueológica foram aproveitados e incorporados ao projeto de restauro? Se positiva a resposta, de que forma?
5. Como era o relacionamento entre a equipe de arqueologia e os arquitetos e engenheiros? (TOCCHETTO, 2006, p.1).

Desses dezessete sítios (Tab. 1) foi possível ter acesso a publicações sobre três deles: *Sobrado dos Azulejos* – arqueólogo Pedro Mentz Ribeiro; *Antiga Escola Militar de Rio Pardo* – arqueólogo Sérgio Klamt; *Antiga Cervejaria Brahma* – arqueóloga Beatriz Thiesen. Dois fazem parte do estudo desta pesquisa: *Casa 2* e *Casa 8* – arqueólogo Fábio V. Cerqueira.

Além desses, foi feita a leitura de mais um trabalho de Porto Alegre: *Pinacoteca Municipal* – arqueólogo Alberto T. D. Oliveira; os três trabalhos de São Paulo são: *Cine-Teatro Paramount,* dos arquitetos Haroldo Gallo e Regina Tirello; *Casa de Dona Yayá,* da arquiteta Regina Tirello; *Estação Ferroviária de Piraju,* da arquiteta e arqueóloga Daisy de Morais. Quanto aos dois trabalhos internacionais incluídos, eles são: o argentino, *Análise estratigráfica de uma parede* do arquiteto e arqueólogo Guillermo Paez e da arqueóloga Mónica Carminati; e o basco espanhol, *Catedral de Santa Maria de Vitoria-Gasteiz*, arqueologia dirigida por Agustín Azkarate Garai-Olaun.

Tabela 3 - Diagnóstico Tocchetto: Identificaçao dos Sítios

Sítio	Local	Período	Tombamento	Recursos	Arqueólogo
Missões jesuíticas	São Miguel, São João, São Lourenço	1991...	Federal	Público federal (IPHAN)	José Otávio C. de Souza, Vera T. Thaddeu e outros.
Solar dos Câmara	Porto Alegre	1991	Federal (IPHAN)	Público federal e estadual	José Otávio C. de Souza
Casa Schmitt-Presser	Novo Hamburgo	1993	Federal (IPHAN)	Público federal e municipal	André Jacobus
Solar da Travessa Paraíso	Porto Alegre	1994/95	Municipal (EPAHC)	Público municipal	Cláudio Carle
Mercado Público	Porto Alegre	1994/96	Municipal (EPAHC)	Público municipal	Fernanda Tocchetto; Beatriz Landa
Catedral de São Pedro	Rio Grande	1996	Federal (IPHAN)	-	Pedro Mentz Ribeiro
Solar dos Azulejos	Rio Grande	1998, 2000/01	Estadual e Municipal	Privado	Pedro Mentz Ribeiro
Paço Municipal	Porto Alegre	2001/02	Municipal (EPAHC)	Público municipal	Fernanda Tocchetto
Casa 8	Pelotas	2002	Federal (IPHAN)	Público estadual e municipal	Fabio V. Cerqueira
Fonte das Nereidas	Pelotas	2002	Federal (IPHAN)	Público estadual e municipal	Fabio V. Cerqueira
Antiga Cervejaria Brahma	Porto Alegre	2002/03	Municipal(EPAHC)	Privado	Beatriz Thiesen
Casa 2	Pelotas	2002/03	Federal (IPHAN)	Público estadual e municipal	Fabio V. Cerqueira
Colégio Militar de Rio Pardo	Rio Pardo	2002/04	Estadual (IPHAE)	Privado (LIC)	Sérgio Klamt
Igreja da Conceição	Rio Grande	2003	Municipal	-	Pedro Mentz Ribeiro
Casa David Canabarro	Santana do Livramento	2004/05	Federal (IPHAN)	Público federal (IPHAN)	Sérgio Klamt
Praça Matriz de Viamão	Viamão	2004/05	-	Público Municipal	Sérgio Klamt
Antiga Intendência de São José do Norte	São José do Norte	2005	Estadual (IPHAE)	Privado (LIC)	Beatriz Thiesen

Fonte: TOCCHETTO 2006, p.3.

3.1. Sobrado dos Azulejos

O Sobrado dos Azulejos, de acordo com Pedro M. Ribeiro (2004, p.201-204), está localizado na esquina das ruas Marechal Floriano e Francisco Marques, área antiga da cidade de Rio Grande. Foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) e também pelo Patrimônio Histórico Municipal. Sua construção se iniciou em 1862 e foi concluída em 1864. O andar superior se destinava à residência e o inferior ao comércio do proprietário. No final do século XIX, o prédio foi comprado para a instalação de uma sede bancária. Posteriormente, o térreo abrigou um bar e o andar superior foi casa de cômodos. O abandono do edifício ocorreu em meados da década de 1980. Em abril de 1998, a Associação Pró-Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (APHAC) de Rio Grande adquiriu o prédio com verba doada pelo Grupo Ipiranga que promoveu sua restauração.

Segundo o arqueólogo (p.204), o Projeto 'Escavações Arqueológicas no Sobrado dos Azulejos, Rio Grande, RS, Brasil' procurou resgatar, através da cultura material, o cotidiano das pessoas que ocuparam aquele espaço e o valor cultural que o prédio representa para o município de Rio Grande. Caracterizado como de salvamento, o projeto se desenvolveu em duas etapas: a primeira em 1998, e a segunda entre dezembro de 2000 e janeiro de 2001, num total de 21 dias. Toda a seqüência de trabalhos foi registrada em fotografias e vídeo, além de feitos os desenhos dos perfis estratigráficos e planos de topo. Segundo o arqueólogo, a estratigrafia do solo escavado apresenta três momentos, comprovados pelos dados históricos, com 8 camadas pertencentes a 3 pisos, totalizando 90cm:

> Na base da escavação, foi registrado um piso composto de tijolos, com divisões, que representa uma construção (possível residência) anterior ao Sobrado. O período desta construção seria entre meados do século XVIII e igual período do século XIX. A seguir, ocorre um contrapiso onde se assentaria o assoalho de madeira. Na seqüência o piso foi substituído por um de ladrilho (comercio e banco), e, finalmente, este foi retirado parcialmente (4,5m a partir da porta de entrada permaneceu), sendo colocado um de cimento queimado (bar), com os respectivos entulhos (RIBEIRO, 2004, p.215).

Na escavação foi resgatada uma grande e variada quantidade de artefatos: louça, vidro, moedas, talheres, dedais, cachimbos e outros. Variedade que, segundo o autor, se vincula ao aterro de procedência desconhecida depositado intencionalmente para a construção de novos espaços, mas que retrata bem o

período do Sobrado: segunda metade do século XIX até meados da década de 80 do século XX. O resgate da cultura material com a finalidade de reconstituição da história e do cotidiano do Sobrado dos Azulejos significaram para o arqueólogo alcançar um dos objetivos propostos na escavação (p.215).

O Diagnóstico de Fernanda Tocchetto (2006, p.6-8), em resposta às perguntas 3, 4 e 5, dá conta de que a pesquisa arqueológica no Sobrado dos Azulejos foi feita por demanda do projeto de restauração, de que houve aproveitamento de vestígios do piso do Sobrado na restauração e de que existiu integração entre as equipes de arqueologia e de restauro.

O que parece evidente é que a pesquisa feita através de escavação do que foi o porão do sobrado, apesar de bem sucedida e apresentando resultados muito satisfatórios, não foi proposta desde o começo com o objetivo de estudar arqueologicamente o edifício em si, isto é, considerando o edifício um artefato, um documento arqueológico. Além do piso anterior à construção do Sobrado, descoberto a partir das escavações e muito bem descrito em seus detalhes no artigo em questão, não há referências a prospecções em elementos estruturais, parietais ou ornamentais do edifício. O que se denota no comentário do arqueólogo: “Através das telhas vidradas, azulejos, padrão arquitetônico, mármores, cercaduras, os três últimos aspectos não descritos no presente artigo, conclui-se que a primeira família a ocupar o Sobrado dos Azulejos era abastada” (RIBEIRO, 2004, p.215).

Figura 1 - Sobrado dos Azulejos antes e depois da restauração.
Fonte: IPHAE, 2002.

3.2 Antiga Escola Militar de Rio Pardo

Outro dos trabalhos incluídos no Diagnóstico de Tocchetto (2006) é o referente à Antiga Escola Militar de Rio Pardo. O edifício que teve na sua história diversos proprietários e usos foi doado ao Estado, em 1974, pela última proprietária, a Sociedade Educação e Caridade. Somente foi tombado pelo IPHAE em 1983, depois de muitos anos de abandono (Fig.2). Entre 2001 e 2005, o prédio foi finalmente restaurado com recursos da LIC (Lei de Incentivo à Cultura / Secretaria de Estado da Cultura/RS) (Fig.3).

Figura 2 - Antiga Escola Militar de Rio Pardo antes da restauração.
Fonte: UNISC apud TOCHETTO, 2006.

O estudo arqueológico foi executado pelo arqueólogo Sérgio Klamt. No levantamento de Tocchetto, consta que a pesquisa arqueológica foi demanda da comunidade; não consta ter havido aproveitamento dos resultados na restauração; sim, houve integração entre as equipes de arqueologia e de restauro. No diagnóstico não consta a publicação de trabalhos relacionados a esta pesquisa, mas posteriormente, em 2007, foi publicado um livro, *Antiga Escola Militar de Rio Pardo – História e Arquitetura*, com coordenação de Maturino da Luz, que historia os vaivéns da luta da comunidade de ex-alunos para a preservação do edifício e o longo processo que culminou com sua restauração. Além de extensa, detalhada e bastante cuidada, a publicação é reveladora das dificuldades enfrentadas por

arqueólogos e arquitetos e da falta de interdisciplinaridade, pelo menos com relação à arqueologia.

No quarto capítulo do livro, o arquiteto Edegar Bittencourt da Luz (2007), responsável pelo restauro, explicita os conceitos e a metodologia utilizada, descreve a situação e patologias do edifício e detalha as etapas do processo de restauro. No item 'Processo de restauro' destacamos o referente às prospecções:

> Foram realizadas prospecções de policromia para documentar as cores e os tipos de pinturas externas e internas. (...) Ao arquiteto cabe mandar realizar proteções (sic) sobre policromia e verificar possível existência de pintura mural, a ser executado (sic) por artífice especializado (p.153).

A Arqueologia é destacada em um item com o seguinte texto:

> Foi realizado projeto arqueológico – a cargo da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) – dirigido pelo arqueólogo Sérgio Klamt, sob encomenda da firma executora do restauro. O trabalho foi desenvolvido concomitantemente com as escavações para implantação do sistema de drenagem e ventilação das fundações (conforme box das páginas 151 a 154). As prospecções e o projeto arqueológico são determinados por legislação federal. Para registro de informações históricas do prédio e da vida social precedente. A programação foi estabelecida com a ordem de prioridade para intervenções de salvaguarda do prédio (p.153).

Observa-se que em realidade as páginas do referido *box* que contém o texto sobre a pesquisa arqueológica são as de número 149 a 152. Estas quatro páginas parecem ter sido encartadas no meio do quarto capítulo quando já havia sido feita a editoração do livro, embora mantenham a correlação numérica. A pesquisa arqueológica não consta do sumário da publicação.

O encarte se intitula *A arqueologia no restauro da Antiga Escola Militar de Rio Pardo* e é de autoria dos pesquisadores da UNISC, Sérgio Célio Klamt e Ademir José Machado. Dele destacamos os seguintes trechos:

> Utilizando-se métodos e técnicas das pesquisas arqueológicas convencionais, como levantamentos, prospecções, escavações, análise de laboratório, buscou-se resgatar e/ou produzir dados relevantes, tendo como premissa de que não somente o prédio do ponto de vista arquitetônico, mas também de cada espaço e objeto neles contidos representam uma ação humana em dado tempo e espaço (p.149).
>
> (...)
>
> Em todas [as salas do piso térreo] se realizaram prospecções com o objetivo de identificar os níveis de deposição do solo bem como estruturas de sustentação das paredes e/ou divisórias. (...) A pesquisa teve continuidade com o quadriculamento de todas as salas seguido de escavações com a retirada do solo por camadas de deposição (p.150).

Como resultado da pesquisa arqueológica, os arqueólogos apontam o resgate de vários artefatos: louças, talheres, vidros, botões, velas e cartuchos. Estes vestígios materiais permitiram que os arqueólogos identificassem os usos dos

espaços em diferentes momentos de sua utilização, por exemplo, como refeitório e cozinha e depois como alojamento.

Quanto à contribuição para subsidiar o projeto de restauro, eles assinalam a informação sobre os pisos dos diversos ambientes do térreo:

> O nível atual do assoalho não era o nível original: num primeiro momento, todas as salas tinham assoalho de tábua; algumas salas apresentavam divisórias diferentes da atuais; a parte interna apresentava aterro com camada de cascalho e argila; (...) a pedra fundamental não foi localizada no local descrito na ata de fundação (p.152).

Apesar de constar do diagnóstico de Tocchetto (2006) de que houve integração entre as equipes de restauro e de arqueologia (pergunta nº 5), talvez essa fluidez tenha ocorrido no dia-a-dia das obras e não no nível de projeto e de decisões para a restauração. É eloqüente o parágrafo final do informe arqueológico:

> Por fim, cabe registrar a dificuldade que se teve em relação ao acesso a documentos e informações sobre o prédio e sua história. A falta de um espírito coletivo certamente veio em prejuízo à socialização e valorização desse patrimônio que deve ser visto como parte da coletividade (p.152).

Figura 3 - Antiga Escola Militar de Rio Pardo depois da restauração.

Fonte: IPHAE.

3.3 Pinacoteca Municipal de Porto Alegre

A pesquisa arqueológica da futura Pinacoteca Municipal de Porto Alegre/RS foi feita pelo arqueólogo Alberto Tavares Duarte de Oliveira, quem nos facilitou o artigo apresentado por ele no Simpósio Arqueologia e Arquitetura do VI Encontro da SAB/SUL. As informações indicam que a pesquisa na Pinacoteca está vinculada ao projeto "Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-histórico e Histórico do Município de Porto Alegre, RS" e inserida no "Programa de Arqueologia Urbana do Município de Porto Alegre, RS", desenvolvido pelo Museu Joaquim José Felizardo, órgão da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. Seu objeto é uma casa em ruínas de dois pavimentos com porão alto, construída no século XIX e localizada na Rua Duque de Caxias nº 973, no Centro Histórico de Porto Alegre. A edificação, que sofreu diversas reformas e alterações ao longo do tempo, está sendo recuperada pelo Programa Monumenta com apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre visando abrigar a Pinacoteca Municipal. A pesquisa resultou no registro do sítio "RS.JA-66 Pinacoteca Municipal".

Segundo Oliveira (2008, p.2) os objetivos do trabalho foram a proteção, a valorização e a interpretação do patrimônio arqueológico histórico existente no lote e na estrutura edificada, procurando evidenciar e identificar elementos materiais relacionados à construção da casa, a sua história e ocupação. Para isto foram realizadas análise e avaliação dos vestígios arqueológicos em termos de localização espacial, conservação e significância, com o objetivo de integrá-los ao projeto de restauração. A metodologia do trabalho foi enquadrada pelo arqueólogo na *arqueologia de restauração,* assim definida:

> [A arqueologia da restauração] propõe o estudo da edificação como um artefato e não apenas um local onde se encontram objetos. (...) O trabalho arqueológico não se limita ao que se encontra no solo, mas compreende todo o conjunto formado pelo lote e pelas estruturas existentes, como também fragmentos de objetos de uso cotidiano, entre outros. (...) todo o elemento da edificação ou objeto encontrado é um vestígio que permite construir uma história para a ocupação deste espaço.
>
> Ao mesmo tempo, a pesquisa caracteriza-se como um salvamento arqueológico. Diante da inevitável destruição do possível patrimônio arqueológico existente na área em questão procede-se a uma intervenção procurando recuperar o maior número de vestígios e seus contextos. Isto significa seleções mais rigorosas dos elementos recuperados e condições adversas de trabalho em relação a tempo e ambiente de pesquisa. (...) Durante o trabalho de arqueologia também foi realizado acompanhamento da obra de engenharia (OLIVEIRA, 2008, p.3).

O arqueólogo especifica que inicialmente a pesquisa de campo consistiu em sondagens sistemáticas realizadas no porão com o objetivo de localizar estruturas remanescentes de edificações anteriores e no pátio da casa para localizar áreas de concentração de refugo doméstico. Caracterizado como *salvamento*, na maior parte do tempo o trabalho de arqueologia esteve submetido às obras civis, tal como se manifesta no relato do arqueólogo:

> (...) as atividades de campo procuraram se adequar à obra: seu ritmo, sua intervenção no solo, à pesquisa histórica realizada e às possibilidades relacionadas ao patrimônio arqueológico potencialmente existente. Nos acompanhamentos, geralmente, o trabalho de campo ocorre em um meio hostil à prática convencional. A escavação é realizada pelos operários da empresa de engenharia de forma manual ou mecânica, seguindo o cronograma e o ritmo da obra. O trabalho constitui-se basicamente de registrar por meio de descrições, desenhos, fotos e outros (como em uma escavação convencional) o maior número de dados considerados relevantes, coletando o maior número de vestígios possível. O trabalho de acompanhamento arqueológico de obras de engenharia apresenta algumas limitações, não se distinguindo por um estudo arqueológico em condições ideais (OLIVEIRA, 2008 p.4).

Apesar disso, o arqueólogo ressalta a importância da realização de estudos arqueológicos “antes, durante e depois do processo de ‘destruição’ do bem”, pois “o acompanhamento das atividades dos operários, principalmente demolições e alterações da edificação, foram fundamentais para recuperar informações sobre a casa, como materiais, técnicas construtivas e alterações que ocorreram ao longo do tempo”.

Localizado numa das ruas mais antigas e tradicionais de Porto Alegre, na parte alta da colina onde nasceu a cidade e onde se encontravam as residências da aristocracia e da burguesia local, o prédio em termos de implantação e organização da planta baixa é um típico exemplar da arquitetura luso-brasileira. Sua datação é anterior a 1893, data do primeiro registro de proprietários. A fachada foi remodelada dentro dos critérios historicistas na reforma feita em 1916/17 com projeto de autoria de Menezes e Bonotto Construtores. Estando no entorno de um bem tombado, o ‘Solar dos Câmara’, o imóvel passou a fazer parte do inventário dos prédios de interesse sócio-cultural em 1992, por decisão do COMPAHC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (OLIVEIRA, 2008 p.5-6).

Segundo o pesquisador, a pesquisa de campo foi feita entre outubro e dezembro de 2007 no porão e no pátio, pois a edificação em ruína apresentava pouco mais que as paredes externas e muito entulho. Ao mesmo tempo em que se fez o trabalho de sondagem e escavação ocorreu a demolição do edificado entre

1941-1956 na parte oeste do pátio, a retirada de pisos, o rebaixamento do terreno na parte interna da casa, a retirada do reboco das paredes, a instalação de elementos hidráulicos e elétricos, a demolição de outras áreas consideradas como posteriores a 1940. Todas estas atividades foram acompanhadas pela equipe de arqueologia, sendo registradas as interferências de interesse arqueológico. Na área onde foram construídos os galpões da obra não foram realizadas sondagens (OLIVEIRA, 2008, p.9-10).

As sondagens realizadas com cavadeira permitiram a localização de uma cisterna, encontrada junto à parede dos fundos, parcialmente coberta pela edificação construída entre 1941-1956. Esta estrutura para armazenamento de água de chuva é um achado inédito nas pesquisas desenvolvidas em unidades domésticas em Porto Alegre. Ela se encontrava entulhada por lixo recente relacionado ao período em que a casa ficou abandonada e mais ao fundo por grande quantidade de restos construtivos, como fragmentos de telha capa-canal, possivelmente relacionados a 1916, quando deve ter sido desativada.

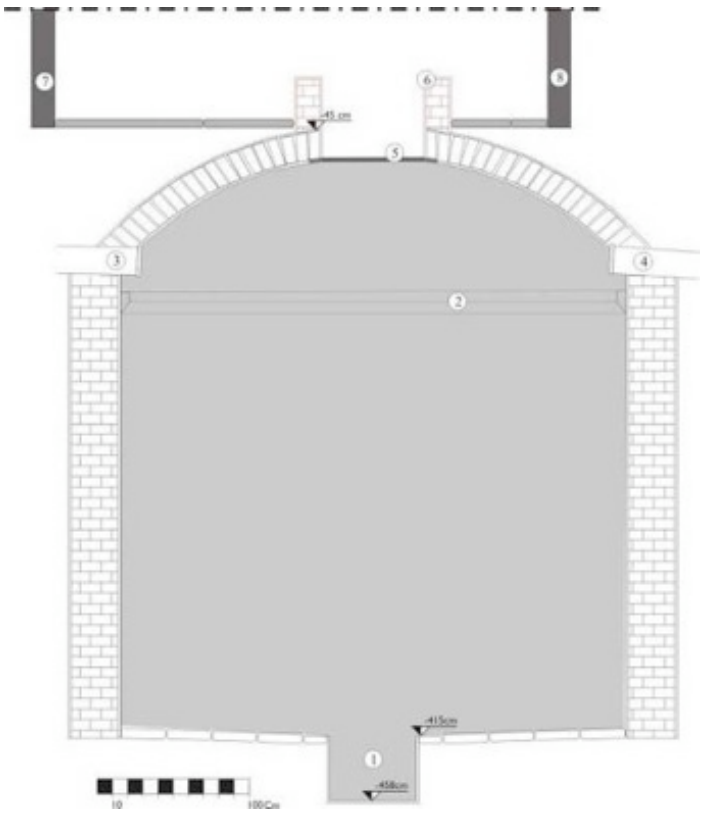


Figura 4 - Corte hipotético da cisterna. 1- Espécie de decantador; 2- Reforço da estrutura; 3- Cano ligado à calha da casa; 4- Ladrão; 5- Anel metálico de reforço da estrutura; 6- Muretas: reconstituição a partir dos vestígios encontrados dentro da cisterna; 7- Base da ampliação do terraço construído em 1916; 8- Parede da edificação construída no Pátio entre 1941-1956.
Fonte: OLIVEIRA, 2008.

A partir dos indícios descobertos na pesquisa, Oliveira pôde reconstruir quatro momentos hipotéticos pelos quais tenha passado a edificação ao longo do tempo, ressaltando que, embora não tenham sido encontrados vestígios de edificações anteriores à construção da casa existente, a presença de alguns artefatos (faianças) remete a um período mais antigo:

- 1º Momento: entre 1875-1900 – construção da casa com porão alto, característica dessa época. Vestígios construtivos indicam que a casa originalmente não ocupava toda testada do terreno e possuía um pátio lateral na parte leste, no mesmo nível da entrada, que fazia a circulação entre a rua e os fundos (Fig. 5).

Figura 5 – planta baixa hipotética do porão da casa original.
Fonte: OLIVEIRA, 2008.

- 2º Momento: entre 1875 e 1916 - Documentação relativa à mudança de proprietários no final do século XIX, faz supor que houve uma reforma na edificação, tendo sido construída uma escada coberta que mudou a entrada e alterou a fachada que passou a ocupar toda a testada do terreno. O arqueólogo supõe que a construção de um terraço onde antes existia o pátio lateral no mesmo nível da rua e a construção da cisterna sejam desse período, embora não descarte que a cisterna seja mais antiga. (Fig. 6 e 7)
- 3º Momento: 1917 - Nova mudança de proprietários em 1916 e no ano seguinte a casa passa por grande reforma, com nova fachada e alterações no espaço interno. A fachada resultante é a que existe atualmente e que destaca a casa no cenário da cidade (Fig. 8).

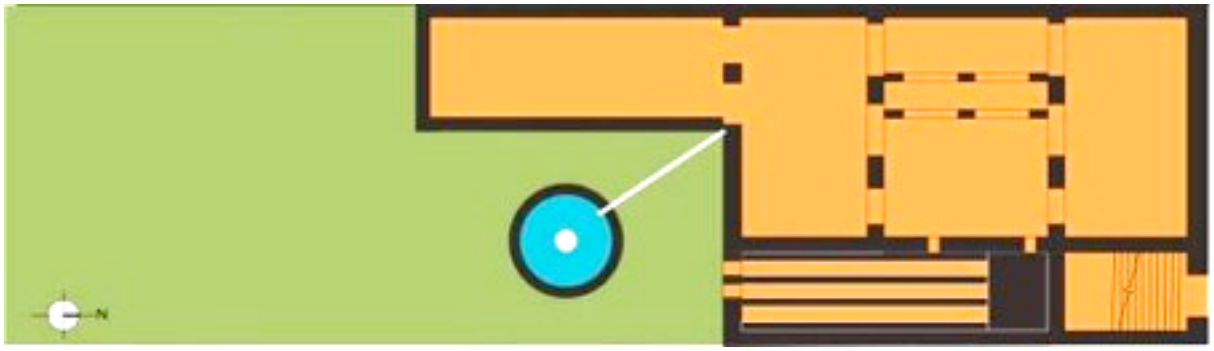


Figura 6 – Planta baixa hipotética após a primeira reforma, em azul a cisterna.

Fonte: OLIVEIRA, 2008.

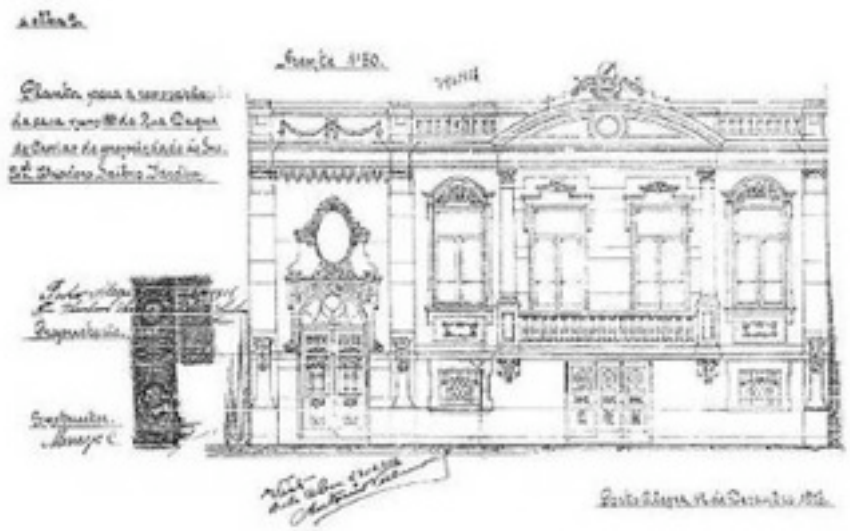


Figura 7 - Fachada da casa em 1916.

Fonte: OLIVEIRA, 2008.

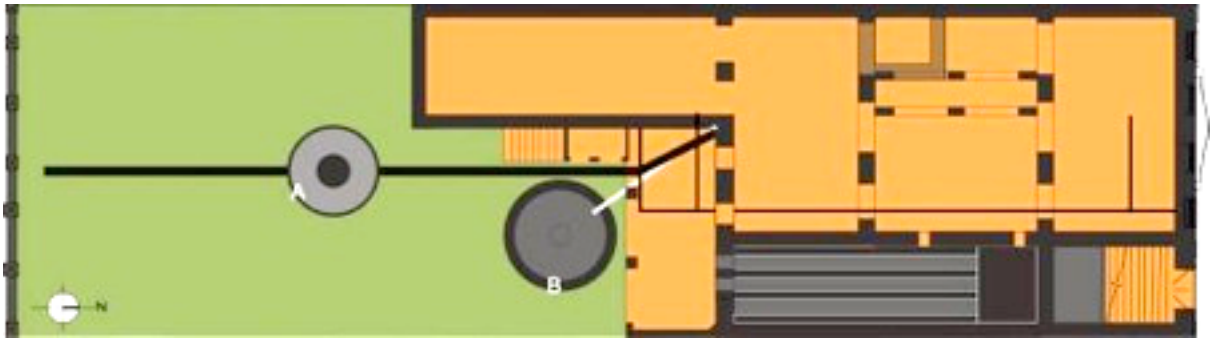


Figura 8 – Planta baixa hipotética após a reforma de 1917 letra "A" corresponde a estrutura existente na planta de 1939-41, letra "B" corresponde a cisterna.

Fonte: OLIVEIRA, 2008.

- 4º Momento: década de 1950 – nesse ano é aberta uma garagem no porão, produzindo nova alteração da fachada e modificações internas no porão. Em 1956, o imóvel foi vendido à União Federal. A mudança de uso, de residência a repartição pública, ocasionou diversas intervenções, ampliações e novas construções (Fig. 9).

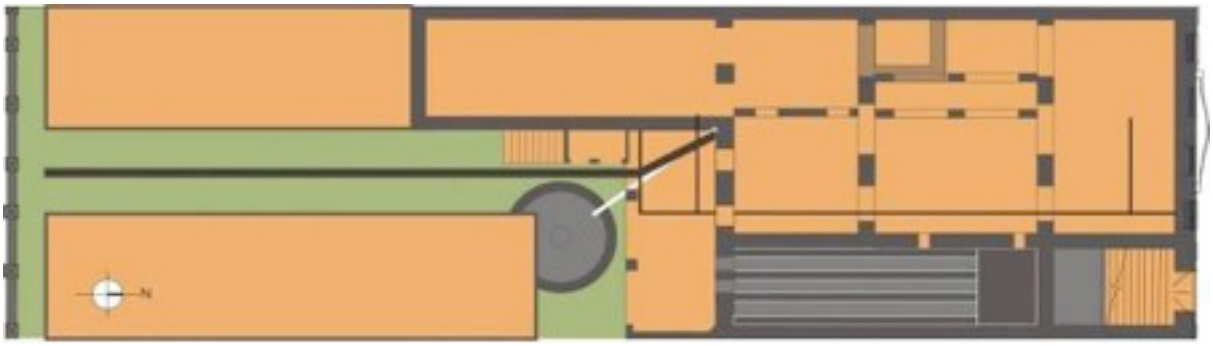


Figura 9 – planta baixa hipotética após as reformas e ampliações na década de 1950.
Fonte: OLIVEIRA, 2008.

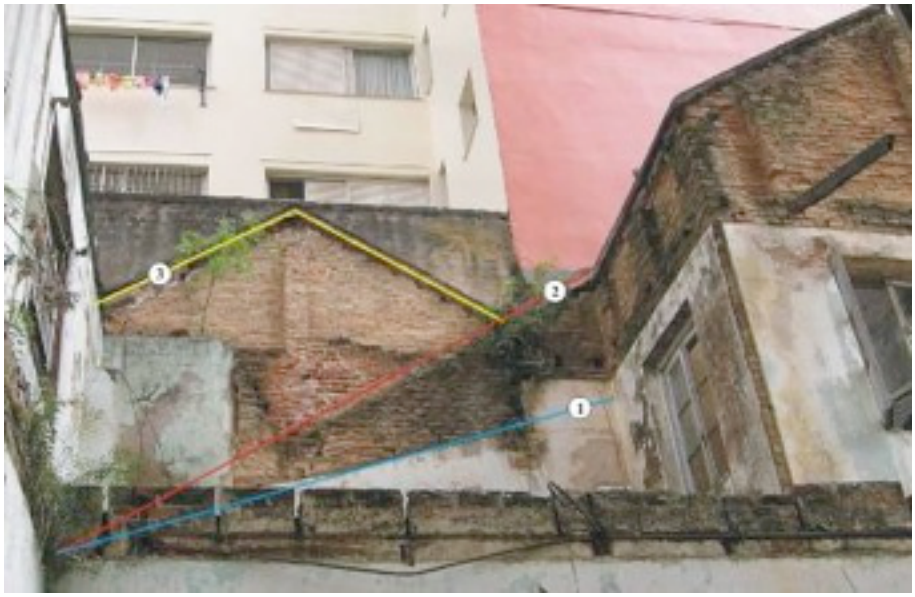


Figura 10 – três momentos do telhado, parte sul da casa: 1- alinhamento original do telhado; 2- nível do telhado em 1916; 3- ampliação do telhado na década de 1950.

Fonte: OLIVEIRA, 2008.

Em nossa opinião, este trabalho foi uma importante tentativa de fazer arqueologia da restauração, mas ainda exclusivamente subordinada ao salvamento. Não houve projeto arqueológico prévio, nem foi coordenado com o de restauro. Mais

uma vez o arqueólogo chegou com as obras de engenharia em andamento. Mesmo assim, além dos vestígios recolhidos nas escavações, sondagens e acompanhamento, foi possível estabelecer uma cronologia da vida do edifício e desvelar alguns detalhes construtivos importantes como a cisterna, as estruturas do porão e os vestígios dos sucessivos telhados de cada época (Fig. 10). Em comunicação pessoal o arqueólogo manifesta ter conhecimento da intenção de se preservar a cisterna na restauração, mas que a obra naquele momento (jul. 2009) se encontrava paralisada.

O fato de que alguns órgãos de preservação, principalmente em nível federal como o IPHAN e o Programa Monumenta, exijam a realização de pesquisa arqueológica nas intervenções de imóveis protegidos sem dúvida é um grande avanço, mas ainda insuficiente para que os estudos arqueológicos sejam feitos com plenitude, prévios ao projeto de restauração e que seus resultados sejam parte dele. O mesmo papel cabe às instituições estaduais e municipais.

3.4 Antiga Cervejaria Brahma – Porto Alegre/RS

Antiga Cervejaria Brahma é como foi conhecido pela população um conjunto de prédios de Porto Alegre, construído no início do século vinte. Foi construído para abrigar a Cervejaria Bopp Irmãos em 1910. No decorrer do século outras fábricas de cerveja ocuparam as instalações como a Cervejaria Continental e por último, a Cervejaria Brahma que foi desativada em 1998. A construção do conjunto de prédios da Cervejaria Bopp Irmãos se iniciou em 1910 sendo inaugurado em outubro de 1911. Projetado por Theodor Wiederspahn, o mais importante arquiteto da imigração alemã radicado em Porto Alegre, construído por Rudolph Ahrons e as esculturas das fachadas realizadas pela equipe de escultores de João Vicente Friederichs, também descendente de alemães.

Em 1999, foram tombados pelo município (COMPHAC) os quatro prédios correspondentes a Fabricação, Fermentação, Caldeiras e Escritórios, além da chaminé, estando inscritos no Livro do Tombo sob o nº. 58.

Atualmente a área onde se localizam os prédios da cervejaria Bopp Irmãos está ocupada pelo *Shopping de Descontos Total.* O conjunto foi transformado para abrigar o *shopping center,* conservando e utilizando prédios tombados e construindo novos, portanto, alguns foram demolidos. Os restantes sofreram alterações parciais

tanto interna como externamente. O terreno foi escavado para a construção de um novo prédio e instalações de água, esgoto etc.

Todos os passos legais do licenciamento foram seguidos, incluindo os trabalhos de vistorias, levantamento e acompanhamento arqueológico. A vistoria arqueológica prévia foi feita pelo arqueólogo Marcos Vinícius Beber, no ano de 2000. Posteriormente, o órgão licenciador - Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (SMAM/PMPA) - exigiu do empreendedor a execução de um levantamento e o subseqüente acompanhamento das obras, que foram realizados pelas arqueólogas Beatriz Thiesen (coordenação) e Adriana Silva, com o auxílio de dois operários cedidos pela empresa de engenharia. Para o levantamento arqueológico o órgão licenciador apenas exigiu a realização de sondagens numa área onde haviam sido verificados restos de uma estrutura. Algumas intervenções no terreno e nos prédios já haviam sido feitas quando as arqueólogas foram chamadas para executar o trabalho, por exemplo, as obras de terraplanagem e a demolição do prédio onde hoje está implantado o edifício principal do Shopping Total (THIESEN, 2005).

O acompanhamento só foi solicitado no exterior dos prédios tombados. Tanto os espaços internos como a paisagem original foram totalmente alterados. As obras no terreno foram realizadas, na maior parte do tempo, com maquinário pesado, como escavadeiras e tratores com lâmina e inclusive, em áreas em que o granito impedia o aprofundamento das escavações, foram utilizados explosivos. A arqueóloga salienta que:

> (...) por se tratar de um acompanhamento, os arqueólogos não tinham o direito de interferir no andamento das obras, tendo de limitar-se a observar o que estava sendo realizado. Assim, na maior parte dos casos, os sedimentos que iam sendo retirados pelas máquinas, iam sendo diretamente colocados dentro de caçambas e removidos do local (THIESEN 2005).

Fato que, segundo Tocchetto e Thiesen (2007 p.185), “eliminou grande parte do potencial informativo do conjunto, além de ter extinguido a referência material de uma memória coletiva”. De acordo com as mesmas autoras (p.186), este caso explicita dois problemas relacionados com a preservação do patrimônio arqueológico urbano: “o confronto entre os interesses econômicos e os projetos de preservação”; e a “falta de uma legislação especifica que trate dos sítios arqueológicos históricos” no município e que exija aos projetos de restauração e reciclagem de bens tombados (caso deste que restaurou fachadas e reciclou o resto) a inclusão de

projeto e pesquisa arqueológicos prévios, coordenados com a restauração ou reciclagem.

Figura 11: Retirada de sedimentos com escavadeira.
Fonte: THIESEN, 2005.

Apesar desses problemas e talvez por isso mesmo, a Cervejaria Bopp Irmãos, Antiga Brahma, foi escolhida, junto com seu entorno no bairro, como objeto de uma das pesquisas pioneiras no Rio Grande do Sul, que aborda por um lado a chamada arqueologia industrial, mas principalmente inserida na arqueologia da paisagem: a tese de doutorado[22] de Beatriz Valladão Thiesen - *Fábrica, Identidade e Paisagem Urbana: Arqueologia Da Bopp Irmãos (1906 –1924)*. O trabalho trata da instalação desta fábrica e busca "as relações entre este fato e a construção da paisagem urbana, tanto no nível físico, como no social e simbólico, bem como nas formas tomadas por essas relações" (THIESEN, 2005).

Para isto a pesquisadora analisou a estrutura da fábrica, suas formas arquitetônicas, sua implantação no terreno, no bairro e na cidade, a organização dos espaços de produção, administração, circulação, comercialização, moradia, etc., e a articulação entre esses espaços. Verificou também como se dá a articulação da unidade fabril com os espaços adjacentes a ela.

Buscando responder, sempre dentro do âmbito da construção da paisagem da cidade, a perguntas tais como: "Quais são os mecanismos que ligam a produção

[22] Documento em formato Word fornecido pela arqueóloga em nov. 2007.

de uma paisagem à sociedade? Que escolhas e modelos culturais estão sendo veiculados nessa paisagem? O que eles nos dizem sobre a sociedade que os produziu?", Thiesen argumenta: "A implantação da fábrica de cerveja Bopp Irmãos em Porto Alegre, com sua arquitetura grandiosa e eloqüente, esteve associada à construção de uma paisagem, cuja análise deverá demonstrar os objetivos e significados que lhes são subjacentes".

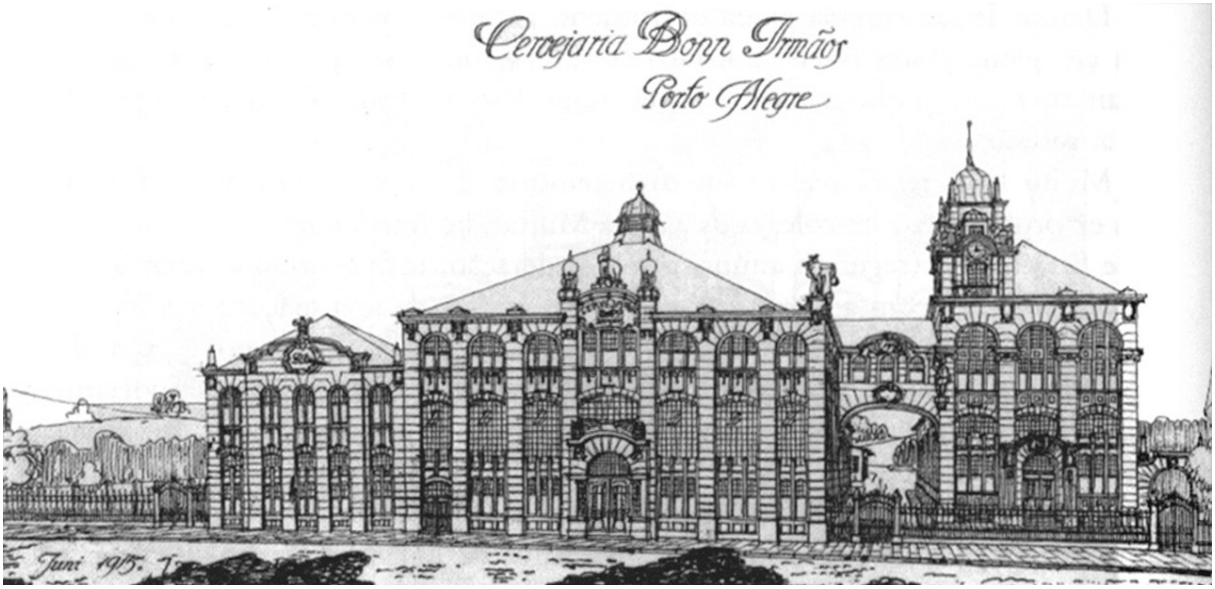


Figura 12 - Cervejaria Bopp Irmãos. Desenho T. Wiederspahn.
Fonte: Weimer, 2004 apud THIESEN, 2005.

3.5 Cine-Teatro Paramount / São Paulo – Haroldo Gallo

O antigo Cine-Teatro Paramount da cidade de São Paulo, atual Teatro Abril, é um edifício de 1929 com uma trajetória importante na vida cultural da cidade. Em 1969 o teatro sofreu um incêndio que destruiu grande parte de suas instalações. A fachada e o foyer que não sofreram muitos danos foram posteriormente tombados pelo município e recentemente restaurados, a partir de projeto dos arquitetos Haroldo Gallo e Marcos Carrilho. A arquiteta Regina Tirello foi a responsável pela aplicação de metodologia arqueológica em parte das pesquisas realizadas para a restauração. As antigas instalações, com exceção da área tombada foram demolidas e remodeladas. O projeto integral de remodelação esteve a cargo do escritório Aflalo e Gasperini que refez palco e platéia e redesenhou todas as instalações e espaços auxiliares.

Em artigo sobre o trabalho realizado, o arquiteto Haroldo Gallo, refere-se às premissas para a elaboração do projeto de restauro do foyer e da fachada:

> Só mediante o uso é possível preservar artefatos e estruturas arquitetônicas e áreas urbanas (...) impedindo sua degradação. Isso exige a elaboração de um projeto (...) no sentido amplo que compreenda todas as modalidades de bens culturais e as disciplinas associadas, tais como a arqueologia, a museologia, o marketing, entre outros, e um projeto no sentido específico, que compreenda as operações de conservação, restauração, adaptação, etc., (...) [e que pressuponha] pesquisa histórica, concepção, desenvolvimento, realização da obra, documentação da execução e divulgação e difusão. (...) A pesquisa histórica compreende o estudo das fontes documentais [primárias e secundárias] e do objeto da preservação. (...) A pesquisa do objeto constitui uma etapa indispensável da pesquisa histórica. O objeto é (...) o principal documento, o documento de si mesmo[23]. (...) Seu estudo direto e a interpretação dos dados daí obtidos devem ser confrontados com as informações das demais fontes e as conclusões incorporadas ao processo de pesquisa. (...) Do conhecimento pormenorizado [do objeto] emergem as diretrizes de intervenção a serem desenvolvidas no projeto (GALLO, 2002).

Além do levantamento e registros métricos e do levantamento fotográfico sistemático, a pesquisa do objeto previu também prospecções que compreendem três categorias de elementos distintos: os componentes do artefato edifício em si, como materiais e técnicas construtivas, estruturas, componentes e instalações; os elementos artísticos e decorativos, como pinturas, relevos, painéis e etc.; a identificação das alterações e sobreposições. A etapa seguinte é a identificação das patologias e análise do estado de conservação do edifício (GALLO, 2002).

Com relação às prospecções com métodos arqueológicos, de acordo com Relatório da arquiteta Regina Tirello, reproduzido parcialmente no mesmo artigo do arquiteto Gallo, os trabalhos de sondagem de superfície visaram prioritariamente identificar as cores e características decorativas originais das paredes e seus elementos componentes, para descobrir sob as camadas mais recentes as paletas cromáticas peculiares à época de construção do prédio, final dos anos 20. Não havendo documentação iconográfica acessível, foi adotado o método da *estratigrafia cromática de superfície* para obter informações sobre as tonalidades da antiga ambientação do saguão do teatro, assim explicado pelo arquiteto:

> Trata-se de um sistema de sondagem das superfícies parietais, não destrutivo das argamassas, que proporciona investigação minuciosa da qualidade e quantidade das modificações ornamentais de que são passíveis os interiores das arquiteturas ao longo dos anos, especialmente nos edifícios de uso público. O procedimento de remoções limitadas e graduais de sobre-pinturas oferece dados materiais que permitem ir além da compreensão das decorações ornamentais, e possibilita o estabelecimento de periodizações aproximadas de eventuais alterações ocorridas no

[23] Todos os sublinhados nessas e nas seguintes citações são meus.

> passado na edificação, (...) convencionou-se classificar de “original” não o primeiro estrato de tinta (camada 1) encontrado em todas as faixas estratigráficas mas somente àquele aplicado diretamente sobre argamassas (GALLO, 2002).

A reprodução da estrutura do Relatório de Tirello permite uma visão de conjunto sobre a sistematização dos dados da estratigrafia cromática de superfície realizada:

> 1. Breve explanação sobre a metodologia adotada para a execução das sondagens e periodização indicativa da antiguidade das paredes;
> 2. Mapeamento em desenhos e fotografias dos pontos sondados e “decapados” em diversas áreas do Saguão, distinguindo as paredes julgadas mais novas;
> 3. Indicação de trechos nos quais, eventualmente, podem vir a ser realizadas “prospecções” de alvenaria, úteis, na falta de documentos originais, para esclarecimento de dúvidas a respeito das alterações sugeridas pelos resultados das sondagens;
> 4. Tabela de codificação das superfícies estudadas, divididas por áreas e sub-áreas. Ela apóia a leitura das tabelas subseqüentes e propicia a compreensão da distribuição das diversas tonalidades reconhecidas nas superfícies do saguão;
> 5. Tabelas contendo especificação do tipo e tonalidade das tintas identificadas em cada sub-área, na qual estão classificadas as cores mais antigas em código Panthone (universal), e a tonalidade correspondente em tinta látex comercial, disponível no mercado, o que permite sejam adequadamente refeitas as decorações, tal qual as originais das paredes;
> 6. Indicação dos tratamentos originais adotados nos elementos arquitetônicos, compreendidos pelos gradis de ferro, caixilhos de madeira, peças de gesso, etc. Inclui-se neste item informação sobre as cores originais da fachada e observações sobre as características das massas de revestimentos (TIRELLO apud GALLO, 2002).

Através da análise da natureza e das características de empasto das argamassas de regularização das alvenarias de diversos pontos das paredes dos dois pavimentos do foyer, Tirello buscou estabelecer um “marco diferencial” claro entre o que era material antigo e o material que foi agregado posteriormente às paredes do edifício em razão das modificações sofridas após o incêndio. De acordo com a arquiteta, foram evitadas as sondagens com cortes na argamassa (sistema destrutivo habitual para investigação da qualidade e características das alvenarias), mas os indícios materiais representados pelas diferenças entre as tintas e massas individualizadas foram suficientes para testemunhar mudanças físicas, não observáveis facilmente a olho nu, que atestam alterações espaciais importantes ocorridas também no saguão, até então tido como a parte original remanescente do prédio incendiado. Segundo a arquiteta, o ideal teria sido testar essa hipótese com outros métodos analíticos como prospecções de alvenarias, análises comparativas

de traços dos revestimentos feitos com instrumentação científica e, principalmente, através de pesquisa histórica mais aprofundada, o que propiciaria o exame de peças gráficas e memoriais descritivos de obras civis realizadas no tempo, permitindo constatações mais precisas sobre a natureza e extensão das alterações operadas (Tirello apud GALLO, 2002). Mas, justifica a pesquisadora, os resultados obtidos com as sondagens cromáticas superaram as expectativas iniciais:

> As “decapagens” revelaram cores intensas, douramentos, pinturas ornamentais que imitam papéis de parede, compondo uma ambientação sofisticada, mais condizente com a destinação de uso original do prédio: uma grande casa de espetáculos da cidade (TIRELLO apud GALLO, 2002).

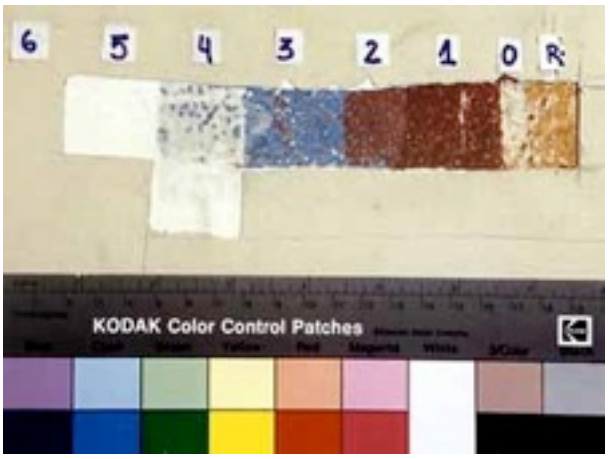


Figura 13 - Faixas estratigráficas.

Fonte: GALLO, 2002. Foto: Angela Garcia.

Além da constatação acima, de que “idealmente” as alterações havidas no edifício poderiam ser testadas/comprovadas por outros métodos de análise e aprofundamento da pesquisa histórica, destaco alguns trechos do artigo do arquiteto Gallo porque nos parecem vêm ao encontro da problematização dos objetivos desta pesquisa:

O primeiro evidencia uma postura do profissional fortemente favorável à interdisciplinaridade tanto no projeto como no decorrer da obra. A presença dos outros profissionais, inclusive do arqueólogo (que poderia ser o “especialista em soluções cromáticas”) é considerada indispensável:

> [Há] elevado grau de imprevisibilidade na obra de restauro, porque à medida que os trabalhos de canteiro se desenvolvem, descortinam-se nuances não previsíveis que constantemente redirecionam e fazem com que decisões projetuais venham a ser revistas, determinando novos rumos aos trabalhos. O próprio canteiro funciona assim como uma etapa posterior de prospecção. É por isso que o restauro tem que ser encarado como uma obra aberta, na qual muitas soluções são determinadas e desenvolvidas no próprio ambiente de obra pelos autores do projeto. Nesse tipo de trabalho, a

> presença do arquiteto e dos demais técnicos de apoio, como os especialistas nas soluções cromáticas, é indispensável na orientação de canteiro (GALLO, 2002).

O segundo trecho se refere à problemática especifica encontrada nas obras de restauro do Teatro:

> No caso do Paramount, o transcorrer dos levantamentos evidenciou uma série de incongruências que permitiram a suspeita de que houvesse existido um teatro anterior a 29 no local, ano em que o edifício foi inaugurado como cine-teatro. É possível que a edificação de 29 seja o resultado de uma reforma de outra edificação que funcionaria como teatro. Como já se destacou na seção sobre prospecções, por exemplo, o segundo lance de colunas, no mezanino, é muito atarracado em relação ao primeiro, no térreo. Um erro como esse não seria admitido num teatro dessa época, por mais tosca que fosse a cultura arquitetônica de quem o projetou.
>
> Outro exemplo nesse sentido é o mezanino, onde fica evidente que, num determinado ponto, as esquadrias estão segmentadas. Há uma série de incongruências entre a altura do forro atual e as esquadrias externas – o que dá a idéia de que o mezanino teve um pé direito muito mais alto do que o atual. Ainda outro exemplo é a inclinação do balcão da platéia – área que está sobreposta ao mezanino. O restante da platéia, a qual ia desde as portas de entrada até o palco, era plana. Pergunta-se então: por que ter um balcão inclinado e a platéia plana? No final, restaram perguntas sem resposta, que põem em dúvida determinados aspectos da atual configuração do teatro remanescente, sem que tenha sido possível obter constatações (GALLO, 2002).

Talvez essas dificuldades e “incongruências” encontradas na restauração pudessem ser elucidadas com o aprofundamento da pesquisa histórica através da pesquisa arqueológica em todo o edifício/terreno.

O terceiro trecho destacado aborda outro tema fundamental para esta pesquisa que é a relação entre arquitetos e arqueólogos a partir da compreensão, ou não, do que é uma pesquisa arqueológica e do resultado que ela é capaz de produzir em um edifício histórico:

> É preciso ainda considerar que a natureza específica desse bem determinou uma escala de flexibilidade nem sempre possível ou desejável nos trabalhos de restauro. O restauro da fachada e do foyer do Teatro Paramount não foi um restauro arqueológico. Este artefato é produto da era industrial - mesmo quando consideramos nosso descompasso com o mundo europeu no final da década de 20 - e, portanto, tem características muito diferentes de uma ruína romana ou grega, ou ainda da arquitetura de terra ou pedra e cal de nossa herança colonial. Essa flexibilidade, que determinará posturas e procedimentos menos ortodoxos é, contudo, limitada por toda a teoria de preservação e pelo “espírito de conservação” que devem assumir os autores (GALLO, 2007).

O entendimento de que arqueologia estuda somente o passado remoto (no máximo nossa época colonial) e que não pode abranger o estudo de épocas mais recentes, inclusive da ‘era industrial’, ainda é um dos entraves que mantém os arqueólogos brasileiros somente nas escavações.

Os comentários acima não devem, de forma nenhuma, ser interpretados como crítica ao trabalho de restauração efetuado no foyer e na fachada do antigo Cine-Teatro Paramount pelos arquitetos Gallo e Carrilho e ao trabalho arqueológico da arquiteta Tirello, cujo excelente resultado está à vista. Mas deve-se entender como uma leitura das entrelinhas, na tentativa de ir desvendando conceitos, incompreensões e mal-entendidos, em prol de uma arqueologia mais ativa e útil nas restaurações de nossos edifícios históricos, incluídos os do final do século XIX e de todo o século XX.

Figura 14 - Vista da fachada restaurada, já como Teatro Abril, com iluminação artificial. Foto: Haroldo Gallo.

Fonte: Gallo, 2002.

3.6 Casa de Dona Yayá – Regina Tirello

A arquiteta Regina Tirello, a mesma do trabalho anterior, é especialista em conservação e restauro do (CPC/USP) Centro de Preservação Cultural da USP. Ela vem desenvolvendo trabalhos de pesquisa e restauração em edifícios históricos de cronologia construtiva complexa com a utilização de métodos estratigráficos próprios da Arqueologia da Arquitetura. Além das técnicas de restauro, sua investigação dirige-se para a vertente arqueológica tomada a partir do princípio de que antes de restaurar é preciso conhecer o objeto para bem conservá-lo. Segundo a pesquisadora, para o reconhecimento e avaliação da cronologia histórico-arquitetônica de um edifício antigo devem ser empregadas sistemáticas de estudo e registro de resultados de sondagens de superfície, combinadas a análises científicas e documentais, “premissa e etapa imprescindível para o estabelecimento de

parâmetros e de critérios norteadores de projetos de caráter preservacionista, sejam eles de conservação, de restauro ou de revitalização" (TIRELLO, 2007, p.151). Considerando a interdisciplinaridade na pesquisa também como imprescindível, ela afirma que:

> A arqueologia da arquitetura é viabilizada pela confluência de métodos provenientes de diferentes áreas do conhecimento requerendo, em conseqüência, a paciente construção de parcerias profissionais e acadêmicas que, no Brasil, por mais que se tenha avançado, nesse sentido, nas duas últimas décadas, ainda continuam difíceis de efetivar (p.149).

Como foi visto anteriormente, a estratigrafia é um método proveniente da geologia utilizado para datação arqueológica nas escavações, através do estudo da superposição das camadas ou estratos do terreno. Nas cotas positivas, a estratigrafia vertical consiste em ordenar e datar as etapas pelas quais passou um edifício até chegar a seu estado atual. Na opinião da arquiteta:

> Os métodos estratigráficos são excelentes para decodificar e ordenar diacronicamente a complexidade construtiva de edifícios históricos, o que os torna instrumentos de grande adequação (porque pouco destrutivos) e utilidade (porque esclarecem ambigüidades construtivas) para a definição de projetos de restauro arquitetônico.
>
> Essas análises diretas geram um conjunto de dados indicativos sobre a "matéria dos edifícios" que, quando correlacionados e orientados por pesquisas histórico-formais e de laboratório, possibilitam o delineamento de seguros indicadores cronológicos. Permitem-nos reconhecer as subtrações e/ou anexações que uma arquitetura sofreu ao longo de sua vida, que quase nunca estão registradas em documentos convencionais (TIRELLO, 2007, p.151).

Entendendo que a arqueologia da arquitetura no estudo de edifícios de interesse histórico-cultural, mais do que ser um instrumento profissional para o restauro, deve ampliar efetivamente o conhecimento sobre os objetos estudados, a pesquisadora enumera outros procedimentos também utilizados na arqueologia da arquitetura, tais como:

> Leituras de documentos tradicionais, exames empíricos de campo, levantamentos métricos minuciosos, estudos de técnicas construtivas e artístico-artesanais, análises dos sistemas de construção e materiais constitutivos característicos, diagnósticos do tipo de degradação e, também, quando necessários, por exames efetuados com instrumentos de precisão (p.151).

Os sistemas de leituras interpretativas de estratigrafias arquitetônicas combinam o estudo das fontes indiretas (as pesquisas histórico-documentais convencionais) e o das fontes diretas (análises dos sistemas construtivos e dos materiais). Estes estudos, a partir da análise da estrutura edificada, dos

revestimentos e dos ornamentos artísticos, geram três categorias de *indicadores temporais*:

- Indicador temporal 1: estrutura edificada
- Indicador temporal 2: revestimentos
- Indicador temporal 3: ornamentos artísticos.

A pesquisadora chama atenção para um aspecto muito importante da pesquisa de tipo arqueológica nas restaurações que é a legibilidade dos resultados das análises e sondagens de superfície de modo que sejam efetivamente úteis para os profissionais que atuam na área de preservação, pois estudos desta categoria geram conjuntos de dados aparentemente heterogêneos:

> As dificuldades de decodificar/sintetizar as informações entrecruzadas dele decorrentes, por parte de arquitetos, técnicos e /ou público geral (externos as praticas prospectivas) por vezes obstaculiza a plena utilização desses dados. Pelo contrário, a tendência é sua simplificação excessiva, reduzidos, via de regra, a meras informações instrumentais, esvaziadas de sentido histórico (TIRELLO, 2006).

Considerando insuficientes as tabelas descritivas, fotografias e gráficos bidimensionais para estabelecer a correlação efetiva entre os três indicadores temporais e considerando também a tridimensionalidade como mais adequada à representação de formas arquitetônicas, a pesquisadora desenvolveu "uma organização gráfica específica para 'resumir' as especificidades e perímetros de cada unidade estratigráfica[24] virtual de edifícios antigos" (TIRELLO, 2007, p.151). A síntese gráfica dos indicadores temporais revelados pelas sondagens prospectivas de superfície, se adequadamente interpretados, possibilitam o reconhecimento da cronologia histórico-arquitetônica do edifício, base imprescindível para decisões projetuais de caráter preservacionista (TIRELLO, 2006).

Entre os trabalhos realizados por Regina Tirello com esta metodologia, destacam-se dois edifícios de valor histórico-cultural pertencentes à Universidade de São Paulo e representativos da arquitetura do século XIX e início do século XX na cidade de São Paulo: a Vila Penteado (edifício de estilo *art nouveau*, atual sede da Pós Graduação da FAU-USP) e a Casa de D.Yayá[25] (atual sede do CPC/USP).

---

[24] Por Unidade Estratigráfica (UE) entendem-se as diversas partes homogêneas caracterizadas por uma única intenção construtiva e em sua maioria realizadas com o mesmo material, os mesmos instrumentos e a mesma função especifica (Domínguez Beltrán de Heredia; Escribano Ruiz; Paez; Sánchez Zufiaurre, 2004 apud PAEZ; CARMINATTI, 2005).

[25] O Dossiê *A Casa de Dona Yayá,* do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo CPC-USP, foi vencedor do Premio "Rodrigo Mello Franco" do IPHAN em 2004. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc>. Acesso em: 5 out. 2008.

Os primeiros estudos para a preservação da *Casa de Dona Yayá* são de 1989 e já tinham o propósito de pesquisar sobre técnicas construtivas e ornamentais tradicionais. Naquele momento pôde ser feita a identificação material do núcleo antigo do edifício, construído no final da década de 1880, e de todas as modificações e ampliações posteriores. Embora o imóvel tivesse sido parcialmente restaurado entre 1991 e 1998, nesse último ano foi criada uma comissão especial pelo CPC-USP para a elaboração do plano de restauração e ocupação do edifício. No mesmo ano de 1998, foi feito o tombamento estadual como testemunho material de uma forma de tratamento da loucura no inicio do século XX. Em 2002, a casa foi tombada também pelo município.

Os estudos de cronologia foram retomados em 2004 no âmbito do "Programa Conservação e Restauração de Bens Arquitetônicos e Integrados" do CPC-USP. A metodologia empregada integrou instâncias de análise históricas e materiais, incluindo levantamentos históricos, *sondagens arqueológicas de superfícies,* e análises laboratoriais físicas e químicas para a distinção elementar dos materiais constituintes.

Com relação à escassa documentação histórica, relata a pesquisadora:

> Sobre esta casa não havia qualquer informação documental e iconográfica a respeito das alterações ocorridas ao longo do tempo. O que se via era uma fachada com data de 1902, bastante descaracterizada por anexo construído em 1950. Por outro lado, os documentos de compra e venda do edifício, organizados na ocasião da pesquisa histórica, indicavam que, no lugar da casa que conhecemos, uma outra casa, anterior a 1888, teria sido construída. Se correta a indicação documental, a Casa de Dona Yayá poderia ter em seu núcleo a primeira construção de tijolos da Bela Vista, um bairro popular que se formou na cidade de São Paulo no final do século XIX. (TIRELLO, 2007, p.154).

Tirello (2007) refere que a metodologia, acima descrita, para evidenciar a cronologia histórico-arquitetônica da casa, identificar o núcleo original e estabelecer datações relativas de referência dos "materiais presentes/sobrepostos/justapostos" resultou na análise de *indicadores temporais* de diversas naturezas, de forma simultânea e comparativa:

a) Indicador temporal 1 (estrutura edificada):

> - Estudos histórico-documentais: documentos escritos; plantas cadastrais; análises das mudanças de programa de uso morfologia construtiva; linguagem formal.
>
> - Análises dos indícios construtivos: medições; avaliações dos sistemas e técnicas construtivas presentes; sondagens cromáticas e arquitetônicas; e análises laboratoriais de caracterização (p.154).

O indicador temporal 1 teve o seguinte resultado:

- O reconhecimento de quatro etapas construtivas, relacionadas aos diferentes proprietários, que produziram alterações no seu perímetro, nas características arquitetônicas e ambientais;
- Comprovação da existência, no centro do edifício atual, de um chalé de tijolos anterior à década de 1880; testemunhada pelas fundações, estruturas localizadas e sistemas construtivos: modo de assentamento dos tijolos, argamassas de rejunte e de revestimento (p.155).

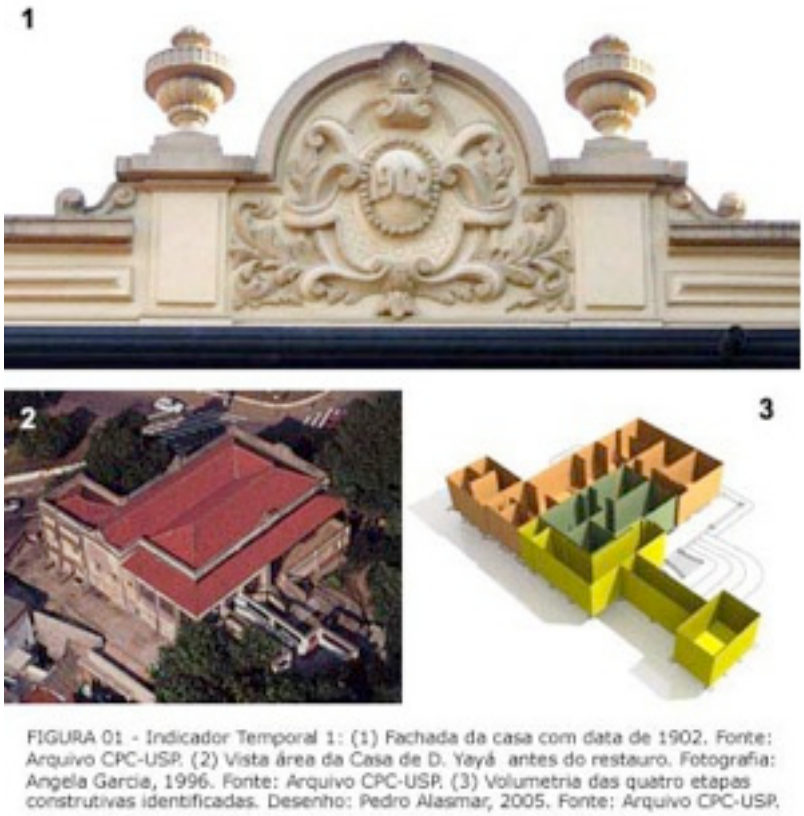


FIGURA 01 - Indicador Temporal 1: (1) Fachada da casa com data de 1902. Fonte: Arquivo CPC-USP. (2) Vista área da Casa de D. Yayá antes do restauro. Fotografia: Angela Garcia, 1996. Fonte: Arquivo CPC-USP. (3) Volumetria das quatro etapas construtivas identificadas. Desenho: Pedro Alasmar, 2005. Fonte: Arquivo CPC-USP.

Figura 15 - Indicador Temporal 1

Fonte: Tirello, 2007

b) Indicador temporal 2 (ornamentos artísticos):

> Por meio de sondagem cromática de superfície (que quantifica as possíveis ambientações) e prospecções (que qualificam os modelos ornamentais adotados) pôde-se conhecer diferentes tipologias técnicas e compositivas de pinturas artísticas correspondentes aos muitos ciclos decorativos havidos na casa, num arco de 120 anos. As prospecções superficiais confirmaram plenamente as hipóteses formuladas a respeito das características das reformas havidas, formuladas por meio do indicador temporal 1 (p.156).

O Indicador temporal 2 resultou na identificação de sete camadas de pinturas sobrepostas em quase todos os cômodos da casa (Fig. 16). Foram

estudadas as quatro camadas mais antigas consideradas de interesse, sob os seguintes aspectos: tipologia técnico-material, forma de aplicação, textura, refletância, cor, desenho (quando possível); natureza do acabamento; modelo artístico. O registro e organização gráfica desses ornamentos antigos, que permitiram compreender as peculiaridades de cada uma das três fases ornamentais da casa, seus componentes arquitetônicos e decorações das paredes, geraram desenhos e tabelas cromáticas usadas posteriormente para compor simulações gráficas das paredes de um mesmo cômodo, em diferentes épocas e fases decorativas (p.157-158).

Figura 16 - Indicador Temporal 2: Reconstituição Gráfica da composição ornamental da Parede C do Corredor 1 relativa ao segundo ciclo ornamental identificado na casa. Desenho: Pedro Alasmar, 2005.

Fonte: Arquivo CPC-USP apud TIRELLO, 2007.

c) Indicador temporal 3 (revestimentos):

- Exame direto das superfícies:
  Avaliação da integridade física e estrutural da parede em exame, avaliando-se: alterações morfológicas (fissuras, relevos, alterações de prumo), coloração das superfícies, características de compactação das massas, características de imprimação, identificação de alterações naturais e/ou antrópicas. Nesta instância do trabalho, com exames macroscópicos das superfícies argamassadas, busca-se o reconhecimento das características físicas principais dos materiais sobrepostos e/ou justapostos, anotando-se os resultados em fichas elaboradas para este fim. Somente após essas avaliações basilares é que se procede à seleção e extração de amostras de material de pontos/trechos, considerados relevantes para a pesquisa, para a realização de exames laboratoriais de caracterização.

- Exames com instrumentos de precisão:
  Para distinção material constitutiva dos substratos, realizam-se: análise quantitativa do agregado e identificação dos componentes associados/grau de cimentação etc.; análise granulométrica, análise mineralógica-petrográfica (p.159).

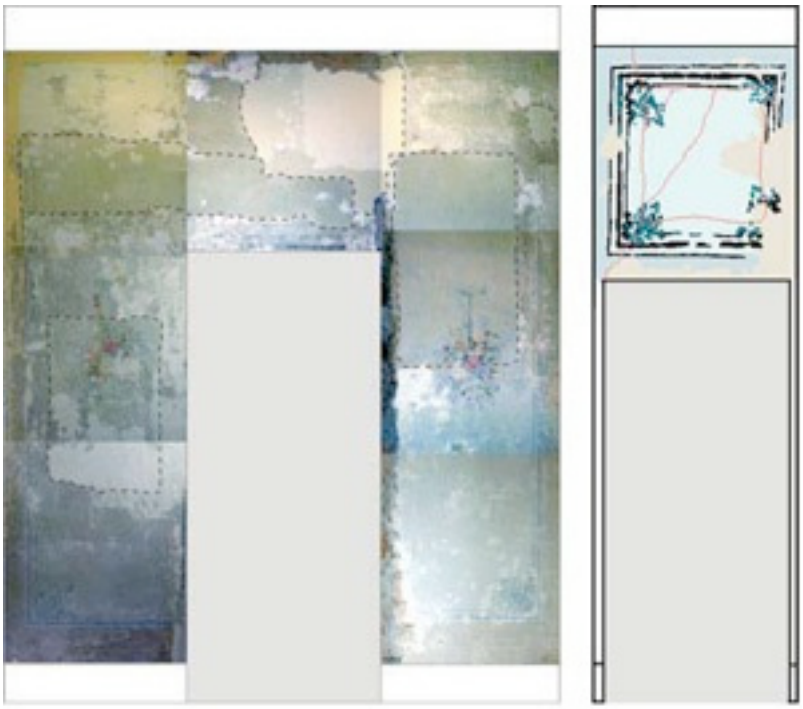


Figura 17 - Indicador Temporal 3: À direita, gráfico bidimensional assinalador de camadas de tinta e argamassas analisadas contemporaneamente. Desenho: Pedro Alasmar, 2005. À esquerda, registro fotográfico da situação da camada a ser restaurada após remoção das sobrepinturas da Parede C do Corredor 1, em fevereiro de 2006, em que se evidenciam as trincas indicativas de diferenças de materiais (vãos pré-existentes) no suporte a investigar com métodos variados. Desenho: Pedro Murilo, 2006.

Fonte: Arquivo CPC-USP apud TIRELLO, 2007.

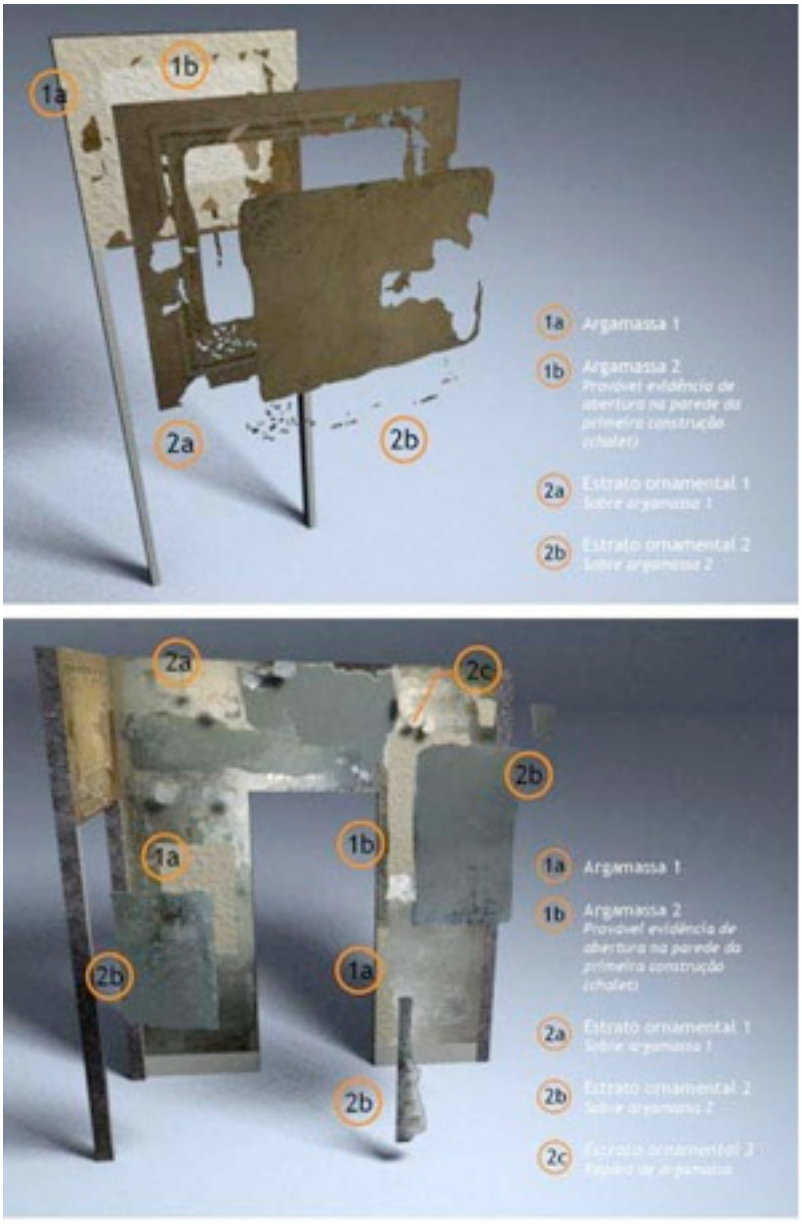


FIGURA 06 - Indicador Temporal 3: Desenhos tridimensionais representando as mesmas sobreposições da figura 05. Desenhos: acima, Pedro Alasmar, 2005; abaixo, Pedro Murilo, 2006. Fonte: Arquivo CPC-USP.

Figura 18 - Indicador Temporal 3.
Fonte: Tirello, 2007.

Tirello afirma que o trabalho de investigação e interpretação dos materiais artísticos constitutivos originais e agregados permitiu identificar os quatro perímetros, volumetrias e ambiências constituídas ao longo dos 120 anos de história deste edifício, que coincidem com a história do próprio bairro em que se insere, o da Bela Vista, na cidade de São Paulo. Com esses resultados foi criado um banco de dados eletrônico de informações sobre a casa, um “arquivo tridimensional” que

contém informações sobre modelos e sistemas construtivos, arquitetônicos e picturais, usados em diferentes períodos históricos.

O banco de dados digital permitiu realizar a maquete eletrônica da Casa de Dona Yayá[26] e oferecê-la a exposição pública na sede do CPC, evidenciando suas quatro etapas construtivas, com a volumetria, forma, cores e ornamentações características:

> Fase 1: o chalé de tijolos de quatro cômodos (anterior à década de 1880).
>
> Fase 2: A casa de morada burguesa, resultante da primeira ampliação do chalé primitivo, promovida pelo segundo proprietário da casa.
>
> Fase 3: A casa de morada sofre nova remodelação interior e exterior e ganha elementos "neoclássicos", em consonância com o repertório eclético então em voga.
>
> Fase 4: A casa de habitação transforma-se em casa de saúde privada para abrigar Dona Yayá (TIRELLO 2007 p. 161)

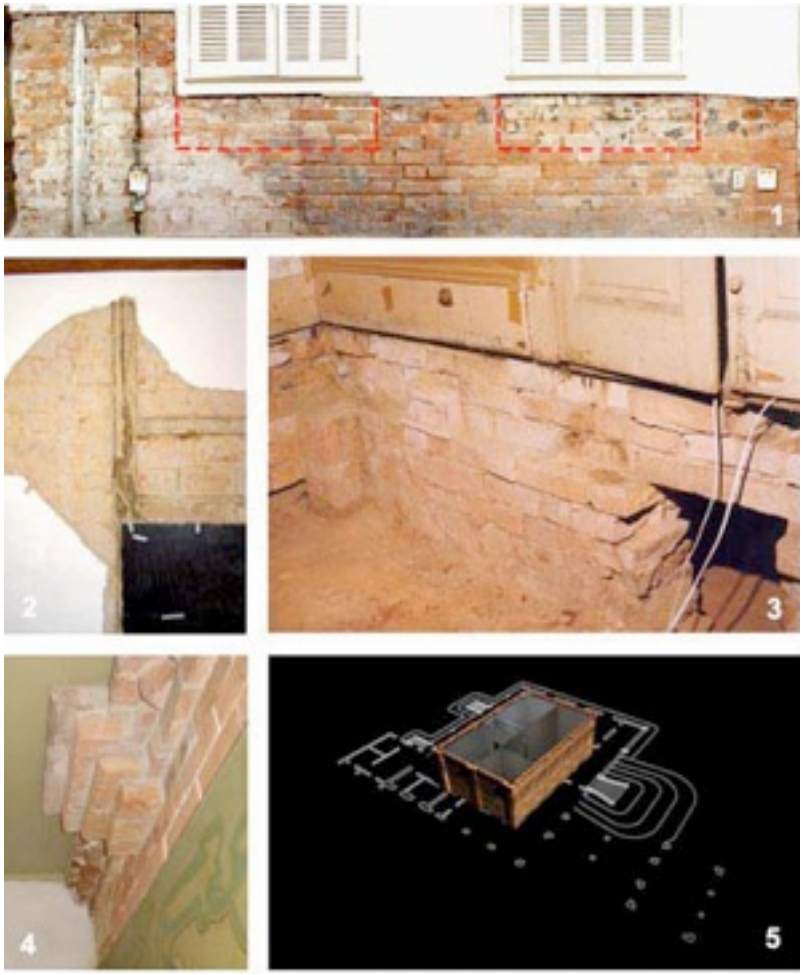


Figura 19 - Indicado Temporal 3: (1) diminuição do tamanho das janelas do chalé primitivo.

(2) Estrutura de madeira das paredes do chalé. (3) e (4) Fundações e cimalha do primitivo chalé, escondidos por forros e soalhos.

(5) Volumetria do primeiro chalé. Desenho: Pedro Alasmar, 2005. Fonte: Arquivo CPC-USP apud TIRELLO

Fonte: TIRELLO, 2007.

[26] A maquete eletrônica e linha do tempo da Casa de Dona Yayá são encontradas em www.usp.br/cpc.

3.7 Estação Ferroviária de Piraju

Estação Ferroviária de Piraju: ensaio de Arqueologia da Arquitetura de Ramos de Azevedo (2007) é o título do livro publicado com base na dissertação de mestrado de Daisy de Morais, arquiteta, especialista em gestão ambiental e mestre em arqueologia pela Universidade de São Paulo.

A cidade de Piraju se localiza no Estado de São Paulo e se desenvolveu durante a expansão da cafeicultura entre 1889 e 1930. O ramal ferroviário foi inaugurado em 1906 e a Estação de Piraju em 1908. O edifício é resultado de projeto de autoria de Francisco de Paula Ramos de Azevedo, engenheiro-arquiteto com formação européia e com muitas obras tanto públicas como privadas em Campinas e São Paulo. O conjunto histórico-arquitetônico da antiga Estação Ferroviária de Piraju foi tombado pelo município em 1996.

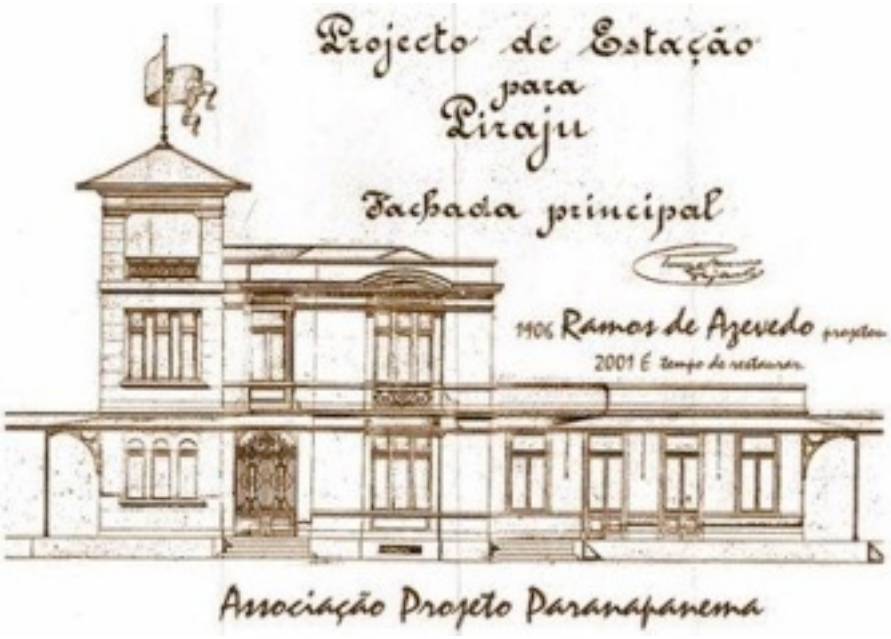


Figura 20 - Projeto Ramos de Azevedo.
Fonte: http://www.itapedigital.com.br

O trabalho de Daisy de Morais (2007) se desenvolveu dentro da perspectiva da arqueologia da arquitetura, considerando e lendo a Estação Ferroviária de Piraju (EFP) como *documento arqueológico*, pois, “enquanto expressão material da cultura local, ela permitiu a obtenção de dados que foram interpretados para a compreensão da história da edificação e as suas relações com a sociedade que a construiu e mantém” (p.79). A Estação foi estudada dentro da escala regional convergindo para

o edifício propriamente dito, com o objetivo geral de evidenciar e registrar os elementos arquitetônicos, interpretando-os no contexto social e econômico da cidade e da região. Como objetivos operacionais a autora propõe:

> a) Indicar as unidades estratigráficas e os horizontes cronológicos da edificação principal da EFP, elaborando síntese das modificações do partido arquitetônico (alterações de programa, volumes, materiais construtivos e intenções plásticas das reformas), correlacionando-as com as mudanças de uso e ocupação do edifício.
>
> *b)* Formular os subsídios preliminares para a construção de estratégia eficiente para a recuperação e uso qualificado do imóvel, tombado como bem de valor cultural da comunidade (MORAIS 2007, p.14).

A metodologia utilizada (p.35-40) incluiu estratigrafia, cronotipologia de elementos arquitetônicos, tipologia das dimensões de elementos arquitetônicos, análise configurativa da edificação e leitura comparativa das fontes indiretas. Todos estes instrumentos resultaram de uma abordagem interdisciplinar a partir de bases teóricas e conceituais comuns à arqueologia, à arquitetura e à história da arquitetura, construindo uma estratégia metodológica para o estudo do "documento" EFP que consistiu em:

a) arqueologia das fontes indiretas (fontes documentais de Piraju e externas; documentos orais);
b) análise do projeto original e da reforma que o prédio sofreu em 1937;
c) arqueologia da fonte direta (o edifício principal da EFP), com a utilização tanto de técnicas invasivas como de técnicas não invasivas que são:
   - cota zero: estudos da superfície do terreno (limpeza, levantamentos planialtimétricos).
   - cotas negativas (subsolo do edifício e do entorno imediato): sondagens, trincheiras.
   - cotas positivas: levantamento métrico-arquitetônico, prospecção parietal, arqueometria, fotogrametria.

Todos os dados produzidos pelos estudos das fontes indiretas, dos projetos do edifício e das fontes diretas foram reunidos num banco de dados digital. Com essa informação foi feita a "Leitura estratigráfica da Estação de Piraju", definindo-se os horizontes cronológicos (HC) e o mapeamento por amostras das unidades estratigráficas (UE) do prédio.

A pesquisadora explica que tanto a definição precisa dos horizontes cronológicos como as indicações das unidades estratigráficas estão no limite de uma

abordagem preliminar, pois as prospecções ainda podem ser ampliadas uma vez que este tipo de intervenções não é destrutivo: as prospecções pictóricas estratigráficas também podem indicar alterações na alvenaria sem a necessidade de supressão do reboco, pela variação do número de camadas de sobre-pintura da superfície exposta do reboco.

Citando os conceitos de Boato & Pittaluga (2002), Morais (2007 p.121) indica que as unidades estratigráficas da EFP resultaram de adições (UE positivas) ou de supressões (UE negativas) de partes da construção. A pesquisadora também esclarece que optou por restringir o número de UE indicadas para facilitar a leitura estratigráfica considerando a complexidade do edifício, de acordo com o pensamento de Azkarate Garai-Olaun (2002) assim citado por ela:

> Evitou-se o que ele [Azkarate] chama de ortodoxia estratigráfica, ou seja, a identificação de todas as unidades estratigráficas, como registro individualizado de cada uma delas e respectivas articulações, colocadas em diagrama estratigráfico. De acordo com este autor, este esforço tende a apresentar resultados limitados em edifícios totalmente rebocados e que sofreram muitas reformas de manutenção, que é o caso de Estação de Piraju (MORAIS, 2007, p.121).

Os horizontes cronológicos (HC) foram delimitados, cada um deles representando, nas respectivas unidades estratigráficas, as modificações e alterações que sofreu o edifício, definindo quatro épocas:

a) HC1 – 1906 a 1937 – começa com o lançamento da pedra fundamental pela Estrada de Ferro Sorocabana a que pertence à Estação, e termina com a grande reforma executada pela administração;
b) HC2 – 1937 a 1966 – Do início da reforma em 1937 até a desativação do Ramal Ferroviário de Piraju pelo governo do Estado de São Paulo em 1966.
c) HC3 – 1966 a 1992 – Da desativação oficial do Ramal até a interrupção de reforma em execução pela Prefeitura de Piraju.
d) HC4 – 1992 até hoje – Começa com a interrupção da reforma em 1992 e continua até os dias atuais, agora com um processo de recuperação do bem patrimonial, processo que se espera termine com sua completa recuperação dentro de normas técnicas e científicas adequadas.

Figura 21 - EFP: Leitura Estratigráfica I

Fonte: Imagem escaneada do livro, MORAES, 2007.

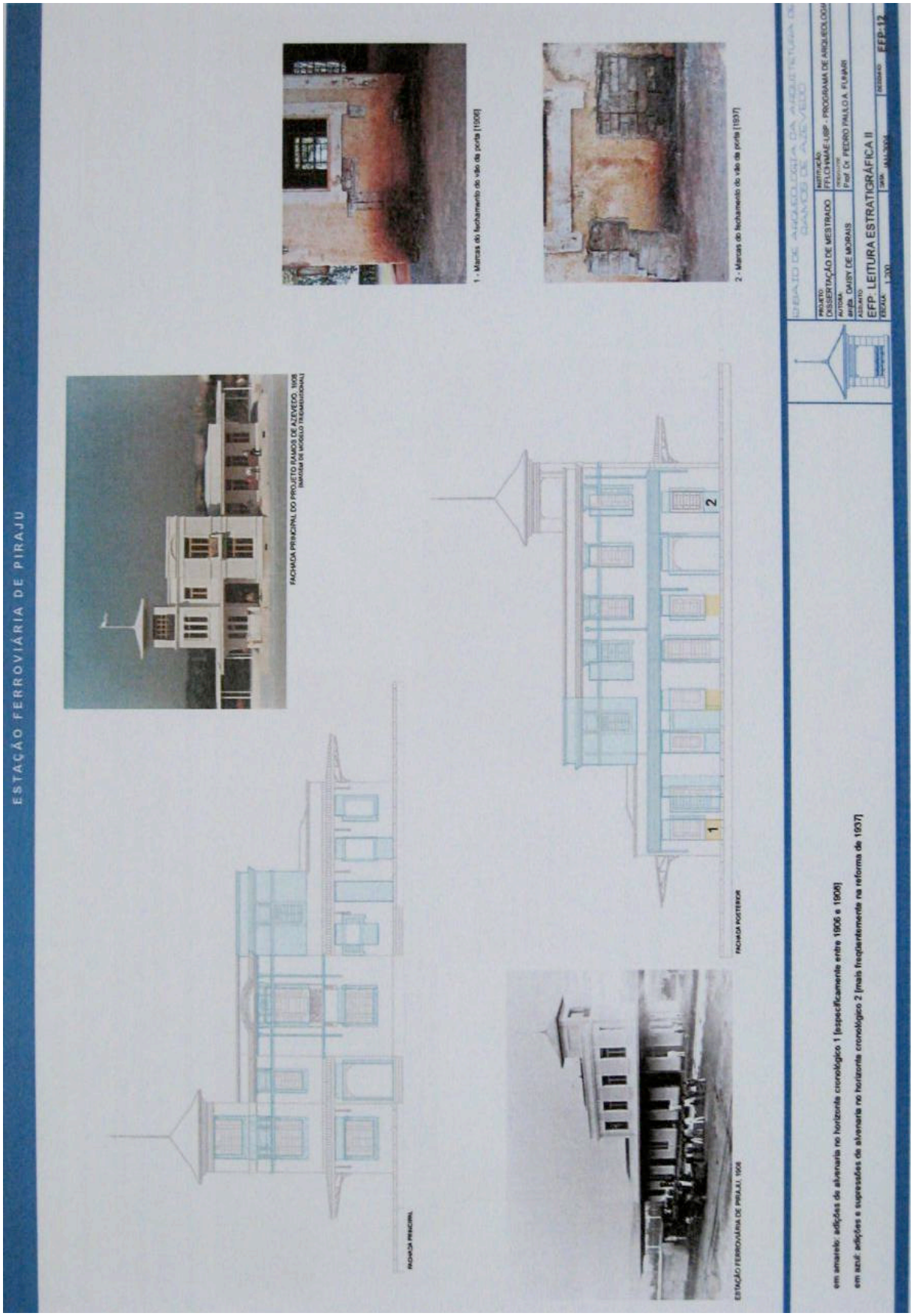


Figura 22 - EFP: EFP: Leitura Estratigráfica II. - Fonte: Imagem escaneada do livro, MORAES, 2007.

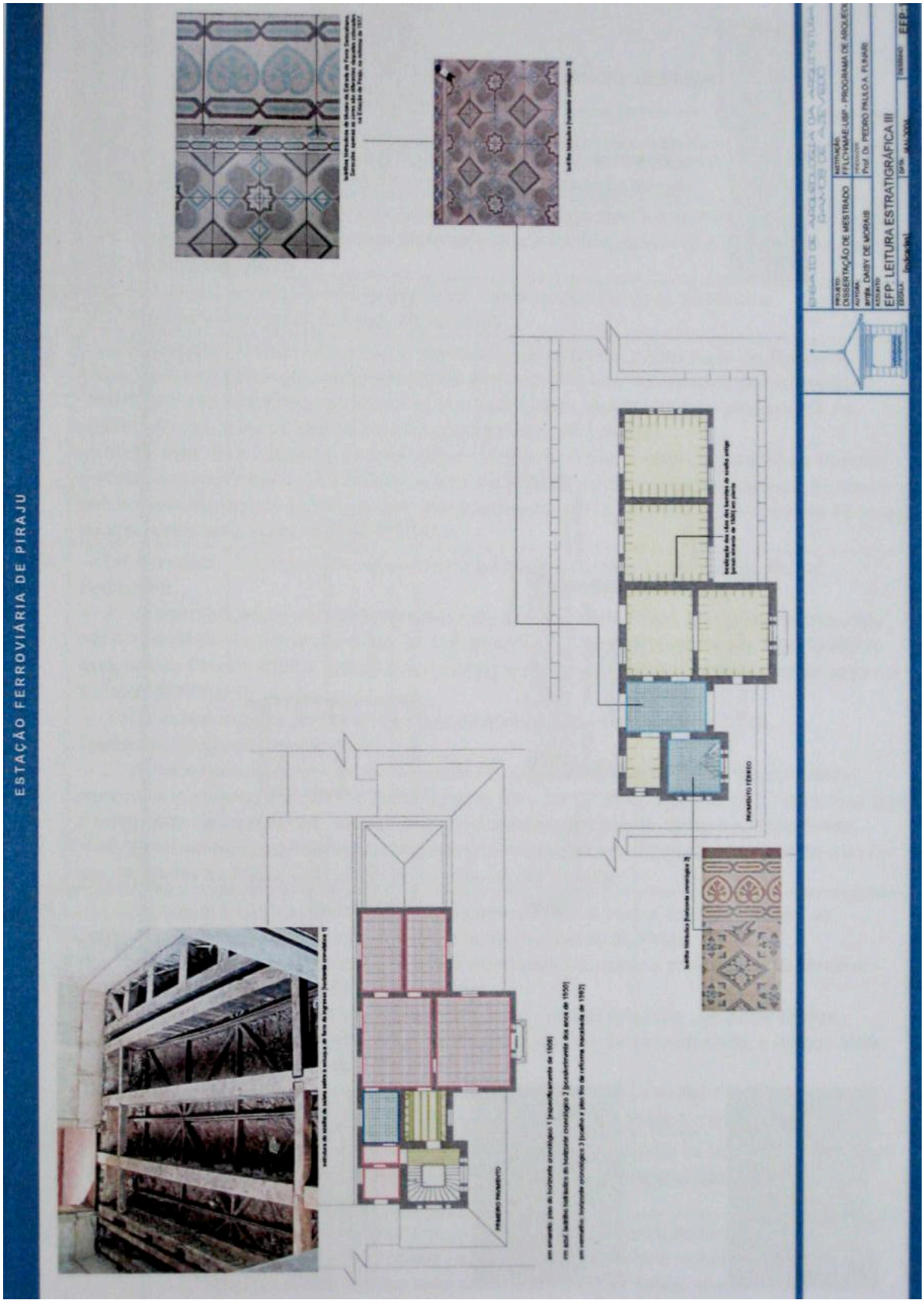


Figura 23 - EFP: EFP: Leitura Estratigráfica III

Fonte: Imagem escaneada do livro, MORAES, 2007.

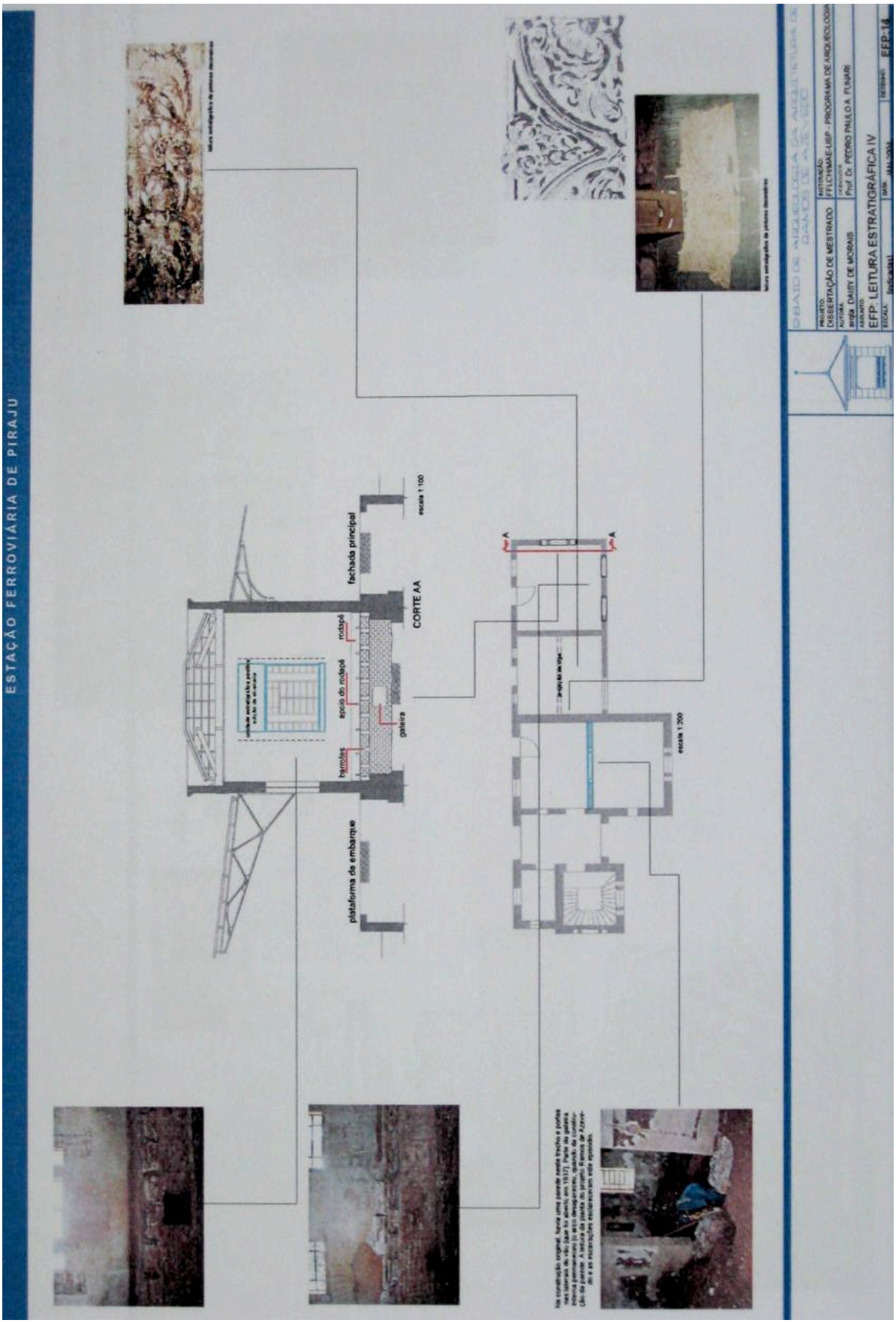


Figura 24 - EFP: EFP: Leitura Estratigráfica IV

Fonte: Imagem escaneada do livro, MORAES, 2007.

> "A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo" (BRANDI, 2004, p.33).

Com este preceito de Cesare Brandi, citado como fundamento para a tomada de decisões no processo de recuperação e restauro da Estação Ferroviária de Piraju, Morais (2007) enumera algumas diretrizes:

> - Não há por que cometer o falso artístico ou o falso histórico, restabelecendo o projeto original de Ramos de Azevedo.
> - A reforma de 1937 restabeleceu a unidade potencial do edifício conforme o desenho projetual da Sorocabana, adequando-a às demandas de um novo programa, após 31 anos de existência.
> - Não há por que suprimir os traços da passagem do edifício pelo tempo; assim, não se devem apagar as características da reforma de 1937.
>
> Porém, deve ser escolhido aquilo que é viável e historicamente incorporado, separando-o daquilo que é dispensável por ter comprometido o valor estético do edifício (p.150).

Dentre os trabalhos nacionais que tive a oportunidade de acessar para esta pesquisa, considero o de Daisy de Morais para a Estação Ferroviária de Piraju como o mais completo em fundamentação, metodologia e, inclusive, didática, abordados desde os conceitos da Arqueologia da Arquitetura. Abrangendo com esmero os aspectos arquitetônicos, arqueológicos e históricos de um edifício cujo conhecimento, ao ser devolvido à sociedade que o produziu, constituiu um ato profundamente social.

3.8 Análise estratigráfica de uma parede – Rua Venezuela 543/7, Buenos Aires, Argentina.

Este trabalho[27] do arquiteto e arqueólogo argentino Guillermo Paez e da arqueóloga também argentina Mônica Carminatti foi incluído no corpus da presente pesquisa porque, embora seja uma obra de pequena extensão e relativamente simples, é muito significativo como exemplo de aplicação da arqueologia da arquitetura.

De acordo com Paez e Carminatti (2005), o projeto de pesquisa se iniciou no final de 2005 e aconteceu dentro do Programa de Arqueologia da Arquitetura do Centro de Arqueologia Urbana (CAU) que pertence ao *Instituto de Arte Americano Mario J. Buschiazzo-UBA* (Universidade de Buenos Aires). O principal objetivo do

[27] Documento em espanhol, em formato *Word*, cedido pessoalmente pelos autores em 13 de agosto de 2008.

Programa é identificar e analisar construções coloniais, ou seus vestígios, que ainda se encontram na cidade de Buenos Aires, mas que não são consideradas por estarem ocultas por obras posteriores ou porque são parte de uma arquitetura doméstica, portanto muito mais modesta. O Muro da Rua Venezuela, tal como outras construções também identificadas, tem algumas características que são próprias do período colonial: materiais e técnicas construtivas e os materiais culturais. A fundamentação teórica e metodológica das pesquisas do Programa de Arqueologia da Arquitetura do CAU baseia-se, principalmente, nos trabalhos dos arquitetos e arqueólogos espanhóis e italianos[28] que vêm desenvolvendo a arqueologia da arquitetura, e no método estratigráfico de Harris[29]. Os pesquisadores explicam as premissas teóricas e metodológicas empregadas neste caso:

> (...) utilizou-se uma metodologia de trabalho denominada Arqueologia da Arquitetura, que considera as construções arquitetônicas como "Documentos" capazes de contar-nos sua história a partir de sua leitura, único modo de não perder sua riqueza informativa. Estes estudos representam a primeira etapa no processo de qualquer restauração tomada com critério cientifico: não se trata de somente desenhar a Arquitetura, imaginada ou real, como uma forma de conservá-la para o futuro, mas de ler no documento construído a informação que nos vem do passado para assim compreender seu verdadeiro sentido e valores. Nestas pesquisas, portanto, trabalha-se com indicadores cronológicos, plantas, documentos escritos e com os instrumentos que a Arqueologia utiliza para o estudo dos estratos horizontais que neste caso são aplicados para a análise dos muros, por isso chamada 'Estratigrafia vertical'. (...) Desta forma, através de minuciosa observação das construções, podemos reconhecer as mudanças menos visíveis: os distintos materiais utilizados, suas dimensões, as técnicas construtivas, as diferentes etapas, as datas e os critérios seguidos pelos construtores para realizar a obra, que devem ser registrados, de forma clara, simples e ordenada, em fichas, gráficos e fotografias. Estes dados constituem ferramentas fundamentais para fazer intervenções no patrimônio arquitetônico com caráter crítico e científico, já que brindam ao projetista os elementos que lhe permitirão avaliar o impacto que terá sua intervenção sobre o edifício e seu entorno; em função desta informação estará em condições de poder tomar as decisões mais acertadas para cada caso (CARMINATTI; PAEZ, 2005).

O Muro da Rua Venezuela n° 543/7, onde foi feita a pesquisa arqueológica, se localiza em um casarão antigo, sede de uma firma comercial (Peru Automotores) no bairro Monserrat, em Buenos Aires. Em setembro de 2005, em razão das obras de reforma que estavam por iniciar-se no imóvel, o arquiteto responsável pela obra solicitou ao Dr. Daniel Schávelzon (arqueólogo e arquiteto, diretor do CAU) a avaliação do potencial histórico arqueológico desta propriedade. A pesquisa

[28] Luis Caballero Zoreda; Pablo Latorre González-Moro; Agustín Azkarate Garai-Olaun, Roberto Parenti, Rita Tagliabue e Gian Pietro Brogiolo (PAEZ 2003; PAEZ, CARMINATTI, 2005).
[29] Ver definição de Matriz de Harris no Capítulo I.

histórico-documental foi feita pelo arquiteto Jorge Tomassi, e a partir dela foi possível determinar a data de ocupação dos terrenos, uma vez que existe um documento do ano 1764 que registra a venda desta propriedade. A reforma do lugar previa a retirada dos rebocos da parede perimetral, no limite oeste do lote, para a colocação de um revestimento de placas de pedra. Ao serem executados estes trabalhos, ficaram a descoberto uma série de intervenções que suscitaram interrogantes a respeito das mudanças, usos e antiguidade de um setor dessa parede cuja superfície tem dimensões de 8,82m de largura por 4m de altura. Diante desses achados, tanto os proprietários como o arquiteto se interessaram em compreender o processo sofrido pela parede. Com o propósito de efetuar sua análise e interpretação solicitaram a intervenção dos arqueólogos.

Figura 25 - Vista do Muro da Rua Venezuela n° 543/7 sem reboco.
Fonte: Paez; Carminati, 2005.

O trabalho arqueológico começou por sugestões e indicações aos operários sobre o modo de proceder na remoção dos rebocos de maneira a não danar os estratos subjacentes. O processo foi documentado fotograficamente e as imagens do muro, antes e depois da retirada dos rebocos, foram montadas e unificadas. Foram realizados o levantamento métrico e o estudo das características dos materiais.

Na etapa seguinte foram identificadas as unidades estratigráficas (UE), no total 122, e desenhadas com diferentes cores sobre a imagem unificada da parede, registrando em fichas suas características e relações. A interpretação das unidades estratigráficas permitiu classificá-las por Atividades e por Etapas Construtivas para posteriormente determinar três momentos construtivos do edifício, cruzando essas informações com as provenientes da pesquisa histórica.

Figura 26 - Leitura UE.
Fonte: Paez; Carminati, 2005.

A análise dos materiais (tijolos, argamassas) e das técnicas construtivas e o estabelecimento da cronologia das fases construtivas do muro permitiram uma datação entre os séculos XVIII e XX:

a) Um setor mais antigo correspondente a meados do século XVIII, provavelmente anterior a 1764; neste mesmo setor da parede foi encontrado um conduto vertical, deixado intencionalmente no momento de sua construção, onde se canalizava a água de chuva desde o telhado para a cisterna (esse duto foi reutilizado posteriormente, com a colocação de um cano metálico no seu interior e usado para esgoto pluvial[30]);
b) Neste mesmo setor, foram detectadas intervenções ocorridas já durante o século XIX, provavelmente em sua primeira metade, que consistiram na construção de duas lareiras a lenha. Estes nichos foram tapados em época mais recente quando deixaram de ser usados

[30] O uso e o modo de reutilização desse duto são similares ao ocorrido com o duto da cisterna encontrada na Pinacoteca Municipal de Porto Alegre, mostrada em páginas anteriores.

c) A análise da documentação planimétrica e cadastral do edifício confrontada às U.E. levantadas permitiu definir a cronologia das alterações do edifício relacionadas aos diversos usos que teve:

- uma parede transversal, que existia nas plantas de 1860/70, 1889 e 1941, já havia sido removida na planta de 1955 (U.E. n° 144 e 145);
- outra modificação interessante se relaciona ao nível dos pisos internos da residência com relação ao nível externo, da rua e calçada. Desde a planta de 1860 até a de 1955 se observou uma diferença de nível entre o interior e a calçada externa de aproximadamente um metro, o que poderia obedecer às mudanças na topografia da cidade originadas pelas normas ditadas pelo vice-rei Vértiz no século XVIII. Portanto, o nível atual do piso interior, hoje coincidente com o nível da rua, modificou-se após a planta de 1955. Ao ser rebaixado o nível dos pisos interiores, a parede perimetral original foi conservada, construindo-se por debaixo dela. Deste modo, por baixo do setor mais antigo da parede (U.E. n° 113, 114 e 115) encontra-se um setor mais moderno que corresponde a essa complementação da parede (U.E. nº 101, 103, 103 e 104), o que gerou uma estratigrafia invertida.

Em consequência das descobertas feitas na parede perimetral, o projeto de reforma da propriedade foi modificado. Tanto os proprietários como o arquiteto responsável pela reforma manifestaram interesse em não executar o revestimento em pedra, originalmente previsto no projeto, e em seu lugar fazer as consolidações necessárias para manter visíveis as intervenções que a parede sofreu ao longo do tempo.

Por sugestão dos arqueólogos foi feita a limpeza e tratamento de toda a superfície da parede, para deixar expostas as modificações e processos construtivos. Criaram-se painéis explicativos com toda a informação proveniente da pesquisa histórica, da análise estratigráfica e com as conclusões a que chegaram os pesquisadores para determinar a seqüência diacrônica das mudanças pelas quais passou o edifício desde o século XVIII. O espaço foi redesenhado, transformando-se numa sala de espera para os clientes que, enquanto aguardam atendimento, podem conhecer um pouco mais sobre a história da cidade, da casa e seus usos e dos modos construtivos testemunhados por essa parede (Fig.27).

Figura 27 - Valorização da parede: Vista geral.
Fonte: Paez; Carminati, 2005.

O mais destacável nessa pesquisa e intervenção é o fato de que tenham sido feitas num bem privado não tombado, por iniciativa dos proprietários e do arquiteto contratado para a reforma que convocaram os arqueólogos e compatibilizaram o projeto inicial com o resultado da pesquisa arqueológica. Como muito bem manifestam os próprios arqueólogos:

> Este tipo de intervenções nos permite fazer uma dupla leitura: do ponto de vista profissional nos facilitou o acesso a uma propriedade privada, como objeto de análise; brindou-nos a possibilidade de compreender uma sucessão de processos desenvolvidos ao longo do tempo, elaborar um diagnóstico da situação atual e formular uma proposta de intervenção para sua conservação e valorização. Com relação aos proprietários, significou uma tomada de consciência a respeito da carga patrimonial que sua propriedade possui, a significação histórica, a possibilidade de sua difusão e o valor agregado que tudo isto implica economicamente (PAEZ; CARMINATTI, 2005).

3.9 Catedral de Santa Maria em Vitoria-Gasteiz

O último trabalho a mencionar é o da Catedral de Santa Maria em Vitoria-Gasteiz, no País Basco, Espanha. Mencionar, porque não é muito mais que isso o que se pode fazer no escopo desta pesquisa, tal a complexidade e extensão dos estudos sobre a Catedral e seu entorno com vistas à sua recuperação.

Sua presença aqui, no corpus de trabalhos nacionais e internacionais de prática arqueológica em restaurações, não obedece a intenção de fazer comparações entre uns e outros, até porque entre situações tão diversas em termos de complexidade, recursos econômicos e apoios institucionais as comparações são muito difíceis. O objetivo principal é o de constatar o avanço do desenvolvimento da arqueologia da arquitetura como abordagem para restaurações patrimoniais e o de mostrar fundamentos teóricos e metodologias possíveis de serem adaptados e utilizados por nós. O *Plano Diretor de Restauração Integral da Catedral de Santa Maria de Vitoria-Gasteiz* (2002), a documentação e a maquete eletrônica da página *web*[31] constituem obras de referência para pesquisa histórica, arqueologia da arquitetura e metodologia de restauração.

Como ponto fundamental, observa-se que as pesquisas e a restauração da Catedral de Santa Maria estiveram sempre consideradas dentro do estudo e das intervenções no Centro Histórico de Vitoria-Gasteiz como um todo, dentro do Plano Diretor da cidade e com um planejamento específico para a Catedral (Fig.28). Essas pesquisas e a recuperação arquitetônica e sociocultural do conjunto da Catedral Santa Maria mereceram a constituição de uma Fundação[32] que se encarregou de desenvolver e administrar o Plano Diretor de Restauração Integral da Catedral de Santa Maria de Vitoria-Gasteiz, templo que é considerado como o mais emblemático e de maior significação histórica de Vitoria-Gasteiz.

[31] Disponível em: <http://www.catedralvitoria.com>. Acesso em: 5 out. 2008.
[32] *Fundación Catedral Santa Maria Katedrala Fundazioa*

Figura 28 - Ortofoto do Centro Histórico de Vitória-Gasteiz.

Fonte: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea.

A cidade de Vitória, dois anos depois de conquistada no ano 1200 por Alfonso VIII, rei de Castela, sofreu um grande incêndio. Sua reconstrução alterou e ampliou o traçado urbano. A pesquisa realizada na Catedral de Santa Maria permitiu conhecer muitos aspectos dessa época. Enquanto ampliava a cidade para o leste, Alfonso VIII iniciou um projeto ambicioso e surpreendente: a construção de uma grande igreja que, além de cumprir seu papel como tal, servisse também, de acordo com as dimensões do novo projeto urbano, como melhoramento da defesa de um lado da cidade, com seus muros de grande espessura a modo de muralha. O exterior desta construção se conserva quase integramente em parte da atual catedral.

A Catedral de Santa Maria agrupa um conjunto de edificações de vários usos que foram construídas em diferentes momentos históricos. O mais antigo e principal edifício desse conjunto é a igreja de Santa Maria. A ela se somam a capela de Santiago, um grande pórtico em abside, a torre campanário e a Sacristia entre outras construções. Todo este conjunto está encravado na parte mais alta do promontório em que se assentou a primitiva e amuralhada Gasteiz que deu origem a cidade e da qual foram encontrados vestígios em escavações (Fig.29). O aspecto defensivo foi se perdendo com as sucessivas construções de moradias e anexos da mesma Catedral que foram se erigindo ao seu redor.

Figura 29 - Muralha de Vitoria-Gasteiz.
Fonte: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea.

O *Plano Diretor de Restauração Integral da Catedral de Santa Maria de Vitoria-Gasteiz* é uma análise exaustiva do processo construtivo do Monumento, um diagnóstico completo de sua problemática e patologias e uma proposta de intervenção para sua restauração e valorização. Foi publicado em dois volumes, 800 páginas no total, com um anexo de cartografia arquitetônica com plantas, fachadas cortes e perspectivas axonométricas. O conteúdo inclui os antecedentes e objetivos do Plano, descreve a metodologia utilizada, documenta o estado prévio do monumento, reúne os estudos realizados e faz um diagnóstico completo do edifício em seus aspectos histórico e arquitetônico[33].

Quanto à metodologia proposta para a restauração, o Plano indica começar pela documentação e exaustiva análise do edifício e seu entorno, tanto físico como sociocultural, levando a um sistema de planejamento, gestão e controle das intervenções que seja "ágil, eficaz e corretamente dirigido a fins concretos" de forma que o trabalho seja o mais objetivo possível. A idéia é que o sistema se transforme na ferramenta com que o restaurador e o pesquisador possam se liberar da arbitrariedade que muitas vezes determina o conteúdo de seus trabalhos, e que possam efetuar o conjunto de estudos e pesquisas que melhor descreva a realidade

[33] Embora tenha tido contato com os volumes publicados, as informações que utilizei nesta pesquisa foram provenientes da página *web* da Fundação.

material e cultural da Catedral. Quanto à finalidade da restauração o Plano torna explícito que:

> Exige-se um compromisso na decisão sobre o futuro da Catedral, tanto das pessoas implicadas na gestão e salvaguarda do Patrimônio, como de seus usuários diretos, bem como de quem deva administrar os recursos públicos com os quais afinal se restauram quase todos nossos monumentos. Desconfiamos das decisões unilaterais tomadas pelos arquitetos responsáveis dos monumentos, cujo trabalho acreditamos ser o de dar forma às aspirações sociais, não o de estabelecê-las. O bom resultado de um Plano Diretor é fruto de um diálogo entre os técnicos conhecedores do edifício e os responsáveis pela Administração Pública – por sua vez, representantes da cidadania –, é o que entendemos por método democrático de intervenção (p.51).

Com este enfoque científico e interdisciplinar formaram-se diferentes equipes de profissionais capazes de encarar coordenadamente os problemas do monumento. Embora o sistema seja único e os grupos estejam interconectados e sejam interdependentes.

O processo de trabalho[34] se desenvolve então a partir de dois focos principais: o primeiro - a ordem arquitetônica - estudará o edifício como espaço construído, com materialidade e utilidade concretas; o segundo é o da arqueologia da arquitetura que o estudará como depósito físico deixado pelo tempo (p.52):

a) A ordem arquitetônica: as condições construtivas, funcionais e formais:

> • A materialização de um edifício busca solução a três tipos de problemas: em primeiro lugar busca a utilidade, responde à necessidade de abrigo dos homens e suas atividades; em segundo lugar deve usar os conhecimentos técnicos e científicos de cada sociedade em cada época para ser capaz de construir estruturas resistentes, eficazes e duradouras; por último, mostra através de suas formas as idéias sobre a beleza e os simbolismos próprios de seus construtores e das sociedades que as promovem. O processo de análise buscará mostrar como se imbricam todos os aspectos do edifício, de forma a criar um sistema de significados construtivos, funcionais e formais, ou seja, uma ordem. Qualquer intervenção sobre um dos aspectos altera o significado das outros. Por essa característica dinâmica é que a restauração é um ato tão arquitetônico como uma nova construção. Cada restauração cria um novo edifício no qual o sistema de significados se modificou, algumas vezes levemente, outras profundamente. Daí a necessidade de estudos com diversos enfoques e objetivos, cujos resultados se relacionem coerentemente e se estruturem para formar o sistema. Conhecidos os dados e os significados será possível buscar soluções integrais e criar novas arquiteturas que modifiquem as pré-existentes. É o momento do projeto e da obra de restauração (p.53).

[34] Considerei útil fazer uma síntese de alguns trechos do processo de trabalho proposto pelo Plano por tratar de temas norteadores desta pesquisa, como o papel da arqueologia nas restaurações históricas, a interdisciplinaridade e a relação entre os profissionais envolvidos.

b) Arqueologia da arquitetura:

> • O edifício é o depósito material de séculos de história. O significado dessa deposição é o de reter em si a materialidade construtiva dos muitos edifícios que o edifício foi no tempo. Sociedades com interesses ideológicos, bases econômicas e tecnológicas diferentes e arquitetos com variadas capacidades construíram distintos edifícios no mesmo edifício, o destruíram ou até mesmo o deixaram morrer. De todos eles nos chega algum resto ou ausência, mas todos os restos são o edifício, e a pesquisa deverá tentar contar quantos edifícios existem nesses restos, entender o que são, onde estão, como e quando foram construídos, por que e para quem (p.54). Este sistema de estudos de todo o tipo, de variados métodos, que entende a materialidade como suporte do tempo e resgata a memória de vida do edifício a partir dos elementos materiais nele contidos é a arqueologia da arquitetura. (p.55).

Os dois focos acima são desenvolvidos por dois grupos de estudos que foram criados formalmente e para simplificar a classificação das pesquisas e análise científica do edifício da Catedral: o grupo de estudos arquitetônicos e o grupo de estudos históricos. Como já foi mencionado, os grupos são interdependentes e estão interconectados, embora o sistema seja único. O primeiro analisará a ordem do edifício: todos os ensaios sobre materiais, sistemas construtivos e de fundações, deformações, cargas e tensões; instalações de todo tipo; uso dos espaços, dimensões e topologia; entorno urbano, infra-estrutura, urbanística e análise formal da Catedral, seu significado arquitetônico, estilístico e espacial. O segundo grupo é o chamado de arqueologia da arquitetura, entendida arqueologia como “ciência que estuda o relativo às obras e monumentos da antiguidade” e não no sentido restrito de estudo mediante escavações das obras antigas. O que significa que neste âmbito estão incluídas as pesquisas documentais e de arquivo, bibliográficas, estilísticas tipológicas, além de escavação do subsolo e leitura de paramentos (p.56).

O *Grupo de Pesquisa em Arqueologia da Arquitetura*[35] faz parte da área de Arqueologia da Universidade do País Basco em colaboração com o Serviço de Patrimônio do Território Histórico de Álava[36]. Desse processo resultou a criação de uma equipe multidisciplinar, com arquitetos, arqueólogos, topógrafos, especialistas em informática, etc., cujo objetivo comum é a criação de instrumentos de gestão e proteção do patrimônio edificado e, por outro lado, o estudo da arquitetura como documento para o conhecimento dos contextos sociais e produtivos que a produzem.

---

[35] Grupo de Investigación en Arqueología de la Arquitectura. Disponível em: <http://www.ehu.es/arqueologiadelaarquitectura/castellano/index.php>. Acesso em: 5 de out. de 2008.
[36] Disponível em: <http://www.alava.net>. Acesso em: mar. de 2009.

Dentro da linha de pesquisa para a geração de modelos de registros e estratégias de intervenção em centros históricos se insere o estudo histórico e arqueológico do Centro Antigo de Vitoria-Gasteiz, contemplado no Plano Diretor da cidade. A pesquisa tem como objetivo principal a construção de um instrumento de informação eficaz para a melhor gestão patrimonial do conjunto histórico, elaborando uma base de dados que reúna adequadamente toda a informação gerada pela equipe multidisciplinar de modo a permitir e facilitar sua consulta. Este sistema inclui as informações provenientes da Arqueologia (enfoque pela arqueologia da arquitetura), da Topografia (como método de registro gráfico) e da pesquisa Histórica e documental.

A pesquisa arqueológica vem se desenvolvendo apoiada nos princípios básicos da prática da Arqueologia da Arquitetura, ou seja, considerando que o edifício é um documento, que restaurar é uma oportunidade de conhecimento além de reabilitar a materialidade do bem, e que a arqueologia além de ocupar-se do conhecimento científico também deve assumir um compromisso com a sociedade em que trabalha. Assim, o Centro Histórico de Vitoria-Gasteiz está sendo tratado em seu conjunto como um único sítio pluriestratificado.

O projeto que se desenvolve desde 2003 foi subvencionado pelo Departamento de Cultura do Governo Basco e é dirigido pelo arqueólogo Agustín Azkarate Garai-Olaun, em colaboração com a *Agencia Municipal de Renovación Urbana y Vivienda del Ayuntamiento de Vitoria-Gasteiz.* Nele se destacam a documentação arqueológica das muralhas da primitiva Gasteiz (segunda metade do século XI) e a leitura estratigráfica parietal de vários templos, palácios e outros edifícios do Centro Histórico (Fig.30).

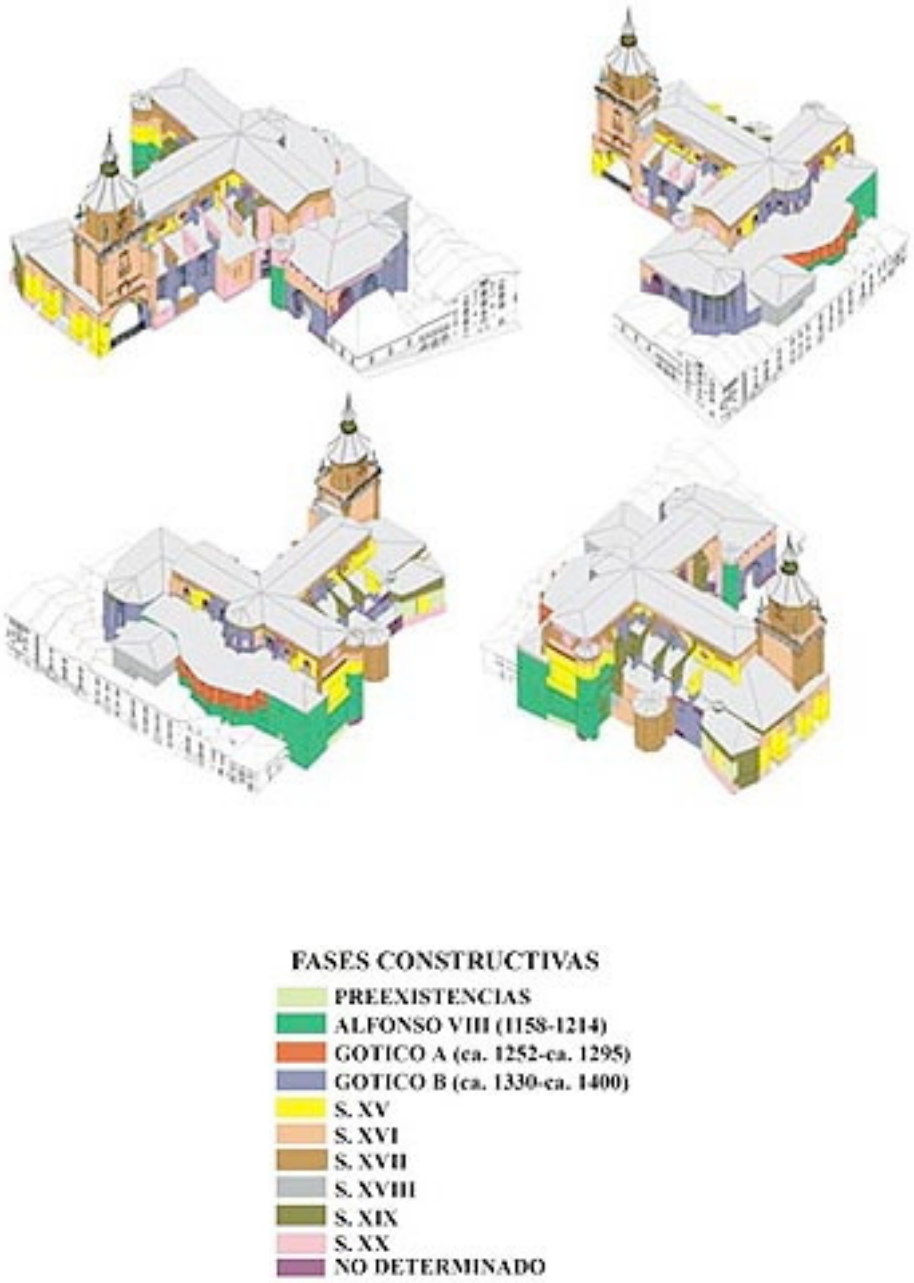


Figura 30 - Fases Construtivas da catedral de Santa María de Vitoria-Gasteiz.

Fonte: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea.

A ordem em que aqui foram apresentados todos estes trabalhos não foi aleatória. Pretendi que a complexidade e a integração entre projetos de restauração e estudos arqueológicos fossem crescentes, de forma que os objetivos e metodologias utilizados em cada um deles se evidenciassem. A percepção das diferenças induz à reflexão sobre o que se espera e quais as possibilidades de um trabalho arqueológico em um edifício histórico que deve sofrer intervenção de restauro.

A consideração do edifício como artefato arqueológico e a escolha de metodologias apropriadas ao estudo da edificação onde ocorre a intervenção certamente podem produzir conhecimento novo, possível de ser utilizado no trabalho de restauração. Da mesma forma, as informações fornecidas pelos arquitetos e restauradores podem facilitar e ser úteis à pesquisa arqueológica. Parece evidente que a integração entre arqueologia e arquitetura produz resultados práticos e ampliam o conhecimento histórico.

4. Estudo de caso: práticas da relação arquitetura e arqueologia em Pelotas

As Casas, objeto deste estudo de caso, estão situadas no Centro Histórico de Pelotas/RS. Duas delas, a Casa 2 e a Casa 8 fazem parte de um conjunto de casarões oitocentistas tombados pelo IPHAN em 1977. A Casa da Banha é um imóvel de propriedade privada que foi tombado em nível estadual pelo IPHAE, em 1999.

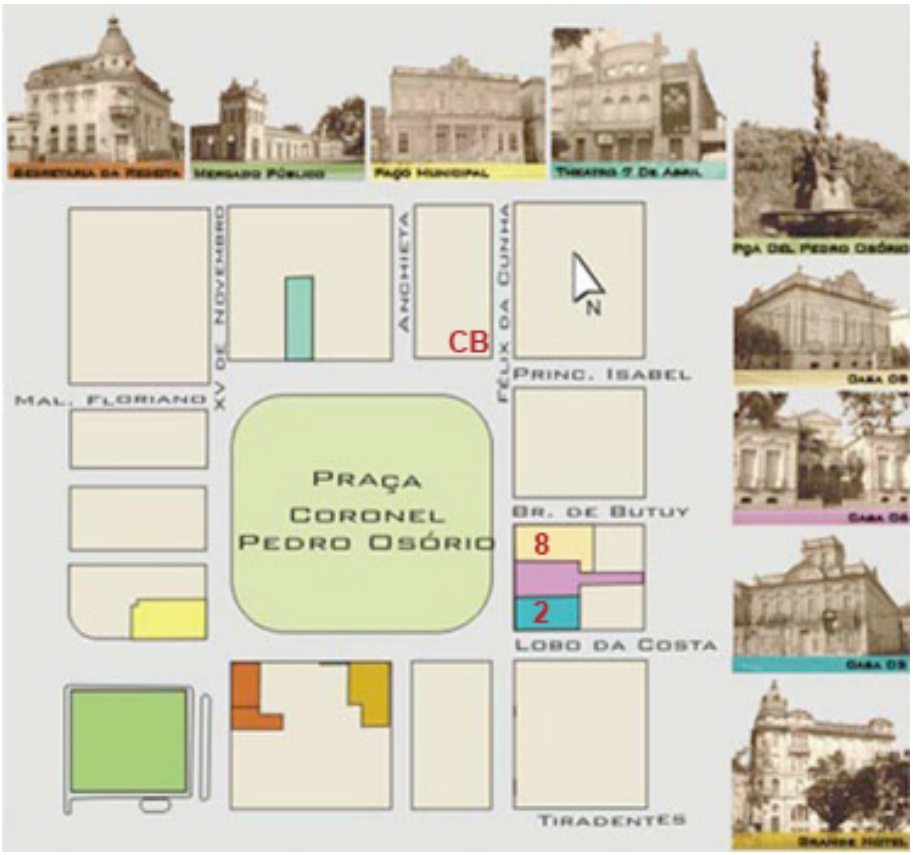


Figura 31 - Mapa da área do Programa Monumenta. Localização de Casa 2 (2) e Casa 8 (8) tombados em nível federal; Casa da Banha (CB) tombado em nível estadual.

Fonte: Programa Monumenta.

Pelotas faz parte das 26 cidades do Programa Monumenta do Governo Federal que, com recursos do BID e parceria técnica da UNESCO, procura conjugar

recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico. Neste âmbito de recuperação de centros históricos do Programa Monumenta/MinC/BID foi criado o *Projeto de Salvamento Arqueológico na área urbana de Pelotas (RS)*, autorizado e coordenado pelo IPHAN/MinC desde agosto de 2002. Iniciado nesse mesmo ano, o projeto vem sendo desenvolvido pelo LEPAARQ/ICH/UFPEL, articulado com outros dois: o *Projeto de Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região,* também do LEPAARQ*,* e com o *Projeto Circuito de Museus Étnicos* (estudo da memória das diferentes etnias da região rural: italiana, francesa e pomerana). Esta articulação tem como objetivo a construção a largo prazo de um "amplo banco de dados de uma sólida Arqueologia histórica **da** cidade[37]" (CERQUEIRA; PEIXOTO, 2005 p.7).

A base inicial do *Projeto de Salvamento Arqueológico na área urbana de Pelotas (RS)* é o estudo do núcleo histórico da Praça Cel. Pedro Osório, os casarões oitocentistas da elite pelotense, prédios de natureza cultural, administrativa, comercial e de lazer, e começou com o acompanhamento arqueológico dos trabalhos emergenciais de consolidação e drenagem da *Casa 8* e da restauração da *Fonte das Nereidas* (chafariz central da Praça Cel. Pedro Osório), seguido da escavação arqueológica no pátio da *Casa 2* até o ano de 2003 (idem p.7).

Para melhor situar a importância e a significação dos edifícios aqui referidos, considero útil fazer uma brevíssima repassada no histórico da cidade de Pelotas nos séculos XIX e XX:

O primeiro povoado surgiu às margens do Arroio Pelotas na área denominada Passo dos Negros, onde se instalou o primeiro núcleo urbano planejado, posteriormente abandonado. O estabelecimento das indústrias saladeiris, às margens do canal São Gonçalo e arroio Pelotas, impulsionou o desenvolvimento do povoado, a autonomia provincial e a formação de uma elite política e econômica, cujos recursos, aplicados numa série de transformações sócio-culturais, levaram à urbanização e sofisticação dos hábitos de consumo (MAGALHÃES, 1993 *apud* CERQUEIRA e PEIXOTO, 2006 p.8). Em 1812, Pelotas foi elevada à condição de freguesia, oficialmente denominada São Francisco de Paula. Em 1815, foi planejado e executado o assim chamado *Primeiro Loteamento*, que seguia um traçado em

[37] Grifado no original. Ver diferença entre arqueologia na ou da cidade no Capitulo I.

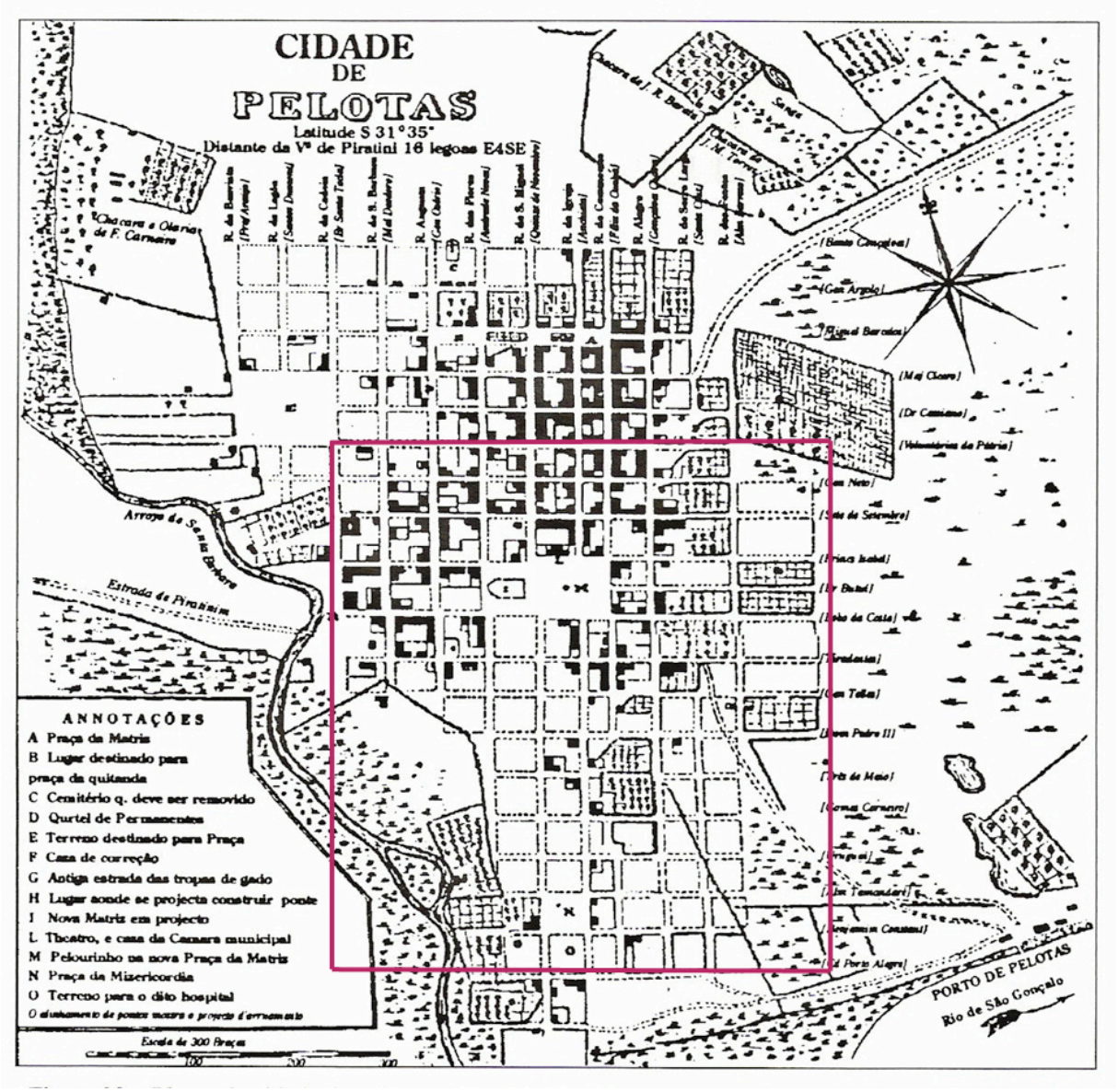


Figura 32 - Planta da cidade de Pelotas,1935. Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas

Delimitado o Segundo Loteamento.

xadrez. Em 1830, um decreto imperial elevou Pelotas à condição de vila: a Vila de São Francisco de Paula, estabelecida em 7 de abril de 1832. Com o crescimento demográfico e administrativo, tornou-se necessária uma readequação urbana. Foi feito então o chamado S*egundo Loteamento* que continuou o plano quadricular do primeiro e que só foi completamente ocupado e urbanizado após os trabalhos de drenagem (a área era uma várzea alagadiça) realizados em meados da década de 1870. Nesse período foram construídas as Casas 6 e 8, foi reformada a Casa 2 e na Praça foi instalado um chafariz, depois conhecido por *Fonte das Nereidas*. O que hoje é a Praça Cel. Pedro Osório e seus arredores tornaram-se cenário das elites

charqueadoras e estancieiras que aí rivalizavam na construção de palacetes cujas fachadas ostentavam seu status social e cultural. As transformações econômicas do século XX e o deslocamento do eixo produtivo no Estado geraram um processo de estagnação econômica na região sul que resultou em uma parada do tempo na paisagem urbana deste município. Assim, grandes áreas ocupadas no século XIX e que apresentavam um rico desenvolvimento permanecem sem alterações substanciais até hoje (CERQUEIRA, 2004 *apud* CERQUEIRA; PEIXOTO 2006). (Fig. 32).

A área abrangida pelo Projeto Arqueológico, segundo os relatórios de pesquisa (LEPAARQ Relatórios, 2003, 2004, 2005), localiza-se no coração do centro da cidade de Pelotas, no Segundo Loteamento de 1832, inclui a Praça Cel. Pedro Osório e quatro edificações oitocentistas da Rua Félix da Cunha: as Casas 2, 6 e 8 na quadra delimitada pelas ruas Lobo da Costa e rua Barão do Butuí, e a Casa da Banha na esquina com a rua Princesa Isabel. (Fig. 33)

Figura 33 - Casarões nº 08, 06 e 02, situados na Praça Coronel Pedro Osório.

Fonte: SECULT

4.1. Casa 8

Localizada na Praça Cel. Pedro Osório nº. 8, a chamada *Casa 8* ou *Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel* foi construída em 1878. O projeto da residência é atribuído a José Izella Merote, também autor da *Capela da Santa Casa*, da *Biblioteca Pública Pelotense* e do *Palacete Braga* (Clube Comercial). É uma construção eclética, característica da segunda metade do século XIX, com elementos decorativos do neoclássico, entrada lateral e porões altos interligados. Os porões altos tinham vários objetivos: além de marcar maior distanciamento da rua priorizando a privacidade, também ajudavam a diminuir a umidade da área de habitação, beneficiando a conservação estrutural da casa (REIS FILHO, 1970 p. 34). Do ponto de vista utilitário permitiam sua utilização como habitações de serviços: no início, provavelmente, usados pela escravaria doméstica; posteriormente, pelos trabalhadores assalariados. Isso se manifesta especialmente nos porões mais próximos do pátio interno (porção ocidental da casa) que têm pé direito mais elevado e apresentam registros estruturais de utilização (piso de tijolos, colunas, escada de acesso). A moradia foi construída com requinte: as fachadas com sacadas e platibanda mista, coroada por frontões curvos, vasos e estátuas; o interior possui uma clarabóia sobre hall de distribuição do bloco de esquina, iluminando a circulação e servindo de distribuição para diversos compartimentos; os forros são trabalhados em gesso italiano, feitos com espátula e à mão livre.

Figura 34 - Casa nº 08

Fonte: Foto: Luciana S. Peixoto.

Na primeira metade do séc. XX, a Casa 8 continuou a ser habitada por descendentes do Conselheiro Maciel. Entre 1955 e 1973, foi utilizada como Quartel General do 9º Regimento de Infantaria e, posteriormente, ocupada por órgãos da Prefeitura Municipal de Pelotas. Seu processo de deterioração se acelerou e foi agravado pelo subseqüente abandono. Em 2001, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação obrigando o IPHAN a realizar obras de recuperação estrutural de telhados e fundações, para evitar o desabamento do prédio. Em 2002, com a casa já incluída no Programa Monumenta/MinC, receberam-se recursos do Ministério para a consolidação e restauração dos estuques que decoram o forro, do sistema de drenagem e para a reforma do telhado. Em 2006, a casa, que até então continuava sendo propriedade da família Maciel, foi comprada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Até o presente momento, sua restauração completa não foi efetuada.

Como já foi mencionado, foi ainda no ano de 2002 que, por solicitação do IPHAN e da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), o LEPAARQ/UFPEL iniciou as pesquisas arqueológicas no local (CERQUEIRA; PEIXOTO 2006 p.7). O sítio arqueológico da Casa 8 recebeu então a denominação técnica *Sítio PSGPe-01 - Casa 8 - (Residência Conselheiro Antunes Maciel)* (LEPAARQ Relatório, 2003).

Com relação a essas pesquisas, destaco os seguintes trechos da comunicação apresentada e constante dos Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB/Sul) de 2006 (CERQUEIRA; PEIXOTO, 2006):

> Os procedimentos de salvamento nos porões e pátios da Casa 8, realizados pela equipe do LEPAARQ, tiveram início em março de 2002, aproximadamente uma semana após terem sido iniciados os trabalhos da empresa de engenharia responsável pelas obras de recuperação do telhado e construção do um sistema de drenagem. Por esse motivo, o trabalho de salvamento ocorreu em ritmo de acompanhamento arqueológico da retirada de terra pelos operários[38]. Nos pátios e calçadas, foi possível que utilizássemos uma metodologia de escavação através da delimitação de quadrículas e trincheiras, mas mesmo neste caso a identificação das camadas estratigráficas ficou prejudicada pelas condições do solo (extremamente úmido, quando não alagadiço). A preocupação da equipe de arqueologia durante o salvamento foi retirar o maior número de fragmentos possível e coletar todas as informações relativas à área de intervenção, registrando, por meio de desenhos e fotografias, as estruturas em cota negativa e os antigos sistemas de encanamentos de água e esgoto. O ritmo acelerado dos operários impossibilitou também que peneirássemos a terra para retirada de micro-fragmentos.

[38] Os grifos, nesse relatório e nos documentos citados adiante, são meus.

> (...) Alguns procedimentos que regularmente antecedem às escavações precisaram ser postergados para etapas subseqüentes de trabalho. Este foi o caso da pesquisa histórica, envolvendo fontes bibliográficas e iconográficas, entre as quais plantas, mapas, fotos e pinturas, além da documentação primária, como inventários, escrituras, jornais e entrevistas com antigos moradores e/ou descendentes. No total, foram escavados 48 setores, entre porões, pátios, jardins e calçadas. No pátio externo, foi detectada a maior concentração de material, bem como a maior diversidade (CERQUEIRA; PEIXOTO 2006, p.9-10).

O Diário de Campo da Casa 8 (LEPAARQ Diário, 2002), onde os arqueólogos registraram a cronologia de todo o andamento e ocorrências das escavações, tem anotações como as que seguem:

> 15/03/02 – Porão 3
> Inicio dos trabalhos de escavações arqueológicas na Casa 8. O porão foi escavado através de acompanhamento da retirada de terra feita pelos pedreiros.
>
> (...)
>
> 17/04/02 – Poço de drenagem
> Abertura do poço no pátio. Há uma camada de tijolos – 4 tijolos sobrepostos (antigos). Logo abaixo dos tijolos aparece material cerâmico, ósseo, metal. A maior quantidade é de ossos.
>
> Diâmetro do poço: 2.4m. Profundidade: 3 m.
>
> (...)
>
> 02/05/02 - Calçada
> Está sendo aberto (pelos pedreiros) um fosso para drenagem com 50 cm de profundidade, onde foram encontrados ferro, louça e vidros. A estratigrafia é diferente da interna, mas terá que ser analisada após o término do fosso.
>
> (...)
>
> 03/05/02 – Porão 1
> Foi retirada terra do porão sem orientação arqueológica, portanto foi destruída a quadrícula que havia sido feita.
>
> (...)
>
> 08/05/02 - Pátio
> Foi aberta uma trincheira perpendicular (transversal) à escada através da parede e outra trincheira paralela à escada, só que ligada a parede norte do pátio. Nesses cortes foram encontrados ossos em abundância e muita louça em detrimento de menor quantidade de vidros e metais. Essa coleta foi feita pelos pedreiros e não teve acompanhamento arqueológico.
>
> (...)
>
> 24/05/02
> Calçada
> Foi encontrada uma calçada antiga. O material encontrado é osso, ferro e pouca louça. Pode haver uma outra calçada abaixo da encontrada. Essa calçada existia em toda extensão da atual calçada, mas foi destruída pelos pedreiros.
>
> (...)
>
> 1/08/02
> Quadrícula B4
> Foi aberta a quadrícula B4, dando continuidade a seqüência já existente. A quadrícula tem 1.60 x 2 m igual as outras. Foram encontrados alguns ossos e louças e um pedaço de bule de louça.

> A quadrícula não é inteira, pois sobrepõe-se a uma parte do poço de drenagem da obra de restauro. Portanto ela é cortada e não será toda escavada.
>
> (...)
>
> 6/08/02 – manhã
> Quadrícula A4.
> Muita concentração de louças e ossos de bovinos (alguns cortados a serra). Existe um encanamento de cerâmica que atravessa a quadrícula no meio, sentido norte-sul.
>
> A terra em torno desse encanamento é arenosa, como de construção e encontram-se alguns fragmentos de cerâmica e ossos que podem ser mais recentes. Inclusive com azulejos abaixo do cano. Esse encanamento tem um cotovelo e se estende para dentro da casa através do porão 17. Por outro lado, se estendia por baixo da casa até a rua, mas foi destruído quando da construção dos galpões de acesso ao pátio.

Assim como o Diário de Campo, os Relatórios da intervenção arqueológica que dão conta do andamento das pesquisas de campo e da etapa de laboratório (limpeza, identificação e classificação do material exumado) confirmam em várias oportunidades que a pesquisa arqueológica foi feita desarticulada e pressionada pelos cronogramas das obras de engenharia, como se denota também no seguinte registro dos vestígios arqueofaunísticos encontrados:

> A metodologia de trabalho inclui a coleta, preparação, catalogação e identificação do material zooarqueológico encontrado na Casa 8. Por meio deste levantamento elabora-se uma coleção de materiais ósseos representativos da fauna silvestre e doméstica, cujos vestígios foram revelados pelas escavações nas áreas de pátio e porões, nos quais o ritmo acelerado das obras impediu a utilização de peneiras, impossibilitando a identificação de micro-vestigios orgânicos (LEPAARQ Relatório março-agosto de 2003 p.6).

A respeito do material exumado na Casa 8, no item ‘Resultados preliminares’, sub-título ‘Considerações teórico-metodológicas’ do Relatório de março a agosto de 2004, é assinalada a “dificuldade normal em sítios históricos recentes para estabelecer as fases de ocupação através da estratigrafia devido às diversas alterações que podem sofrer o solo e o subsolo”, e acrescenta:

> No caso especifico do sitio Casa 8, a impossibilidade de identificarmos as fases de ocupação através das camadas estratigráficas deveu-se principalmente ao curso acelerado das obras da equipe de engenharia previstas pelo Programa Monumenta, que priorizavam a construção de um sistema de drenagem em virtude da elevada umidade do solo (LEPAARQ Relatório março-agosto 2004 p.24).

Apesar das dificuldades relatadas, as escavações realizadas nos pátios e porões da Casa 8 produziram uma grande quantidade de vestígios, principalmente no pátio, com a localização de uma lixeira coletiva anterior à construção da Casa. Entre outros estudos, o material resgatado propiciou a formação de catálogos de

faiança fina, grés e material arqueofaunísticos. O Catálogo de Louças[39] está sendo sistematizado pela arqueóloga Luciana Peixoto.

Figura 35 - Exemplo do material resgatado na Casa nº08.

Fonte: LEPAARQ

4.2. Casa 2

A Casa 2 também está localizada na Praça Cel. Pedro Osório na Rua Félix da Cunha esquina com a Rua Lobo da Costa. É uma edificação colonial, anterior à Casa 8, pois foi construída em 1830 para José Vieira Viana, proprietário de charqueada com olaria e fábrica de sabão. Posteriormente, foi adquirida pelo também charqueador José Antônio Moreira (Barão de Butuí), que a presenteou a seu filho Ângelo Gonçalves Moreira. Em 1880, passou por uma grande reforma, atribuída a José Izella Merotte, o mesmo arquiteto das duas casas vizinhas de nº. 6 e 8, que a "modernizou" de acordo com o gosto estético da época, incorporando elementos da arquitetura neoclássica e mascarando sua aparência colonial inicial. No séc. XX serviu de anexo do Grande Hotel. (SOARES; VAROTO, 1997:74 *apud* CERQUEIRA; PEIXOTO, 2006).

Embora a Casa 2 já houvesse passado por obras de restauração, elas foram consideradas insuficientes pelo IPHAN. Durante os anos de 2004 e 2005, já dentro do Programa Monumenta, ela foi novamente restaurada. Nesse momento, foram

[39] *Catálogo de faiança fina da Residência Conselheiro Maciel*. Monografia de Luciana Peixoto, UFPel, 2004.

executados: revisão da cobertura; reforço e consolidação de alvenarias; restauração de acabamentos de forros, paredes e pisos; restauração de esquadrias e de elementos de ornamentação tais como molduras, pilastras e frontões; adequação de instalações elétricas; paisagismo do pátio interno; e adaptações de acessos para pessoas portadoras de deficiência física.

Figura 36 - Casa nº02 restaurada.

Fonte: MONUMENTA

As intervenções arqueológicas na Casa 2 se desenvolveram durante o ano de 2003, portanto anteriores à última restauração. O sítio foi designado como *Sítio PSGPe 02 - Casa 2 (Residência Barão de Butuí)*. Quanto aos procedimentos adotados na pesquisa, a comunicação apresentada no V Encontro SAB/Sul menciona:

> Nesta escavação, pôde-se aplicar uma metodologia mais rigorosa em um cronograma mais adequado, na medida em que a casa não estava sendo objeto de restauração. Procedeu-se então às coletas superficiais sistemáticas, altimetria e sondagens com geo-indicadores. Foram definidas 3 quadrículas de 1x1m na área dos jardins, as quais, escavadas, serviram como referência para o controle estratigráfico do sítio. As quadrículas foram escavadas em níveis artificiais de 10 cm. Além das três quadrículas (...)foi estabelecida uma trincheira em forma de "L", no sentido L-O e, partindo do extremo O, no sentido S-N; [composta] de 12 quadrículas de 0.50x1m na área mais baixa do pátio (setor Sudeste). Para cada nível artificial escavado nas quadrículas, foram elaborados croquis com a disposição tridimensional

> de cada peça exumada, buscado uma melhor percepção da disposição de fragmentos em relação à área específica do jardim e ao contexto do pátio. O material recolhido foi etiquetado conforme sua localização no sítio e acondicionado de forma a garantir sua integridade física (CERQUEIRA & PEIXOTO 2006:12-13).

Observa-se que, embora anterior às obras de restauração, o projeto arqueológico foi proposto somente para as áreas externas do imóvel, os pátios e jardins. O edifício não foi objeto de estudo arqueológico mesmo tratando-se originalmente de uma construção colonial da primeira metade do século dezenove (1830). A reforma de 1880 transformou-a radicalmente com a construção de mais um pavimento coroado com platibanda vazada e frontão, mirante, alteração da fachada com aplicação de novos elementos decorativos próprios do neoclássico, como as pilastras sobre as paredes e as molduras das aberturas.

Um estudo dentro dos métodos da arqueologia da arquitetura poderia ter revelado as diferentes etapas pela quais passou a Casa no transcurso do tempo, desde construções pré-existentes até os detalhes arquitetônicos e funcionais dos projetos de 1830 e de 1880 e as alterações que possam ter ocorrido nesses mesmos projetos. A única estrutura estudada foi a evidenciada nas escavações realizadas no pátio: uma estrutura soterrada a 2m10 e ocupando uma área de aproximadamente 34m² (Fig.37). Com forma elipsoidal e limites externos formados apenas pela sobreposição de duas camadas de pedaços de tijolos sem rejunte ou base, esta estrutura tem na parte central um retângulo de 6m por 2m, dividido em três áreas ou tanques construídos em alvenaria com sobreposição de três tijolos e quatro no tanque central rejuntados com argamassa tal como a base. Esta estrutura foi assim interpretada pelos arqueólogos:

> Na parte interior, existe a evidência de que grande quantidade de cal fosse utilizada ou produzida neste local, o que permitiu levantar a hipótese de que a referida estrutura pudesse ser uma caieira - tanque de produção de cal a partir da queima de material ósseo, refugo abundante da produção charqueadora. Os testemunhos históricos reportam que existiam muitas caieiras em Pelotas, sendo este cal de origem animal inclusive exportado; a favor desta hipótese interpretativa, as escavações no entorno do tanque evidenciaram uma quantidade de material calcinado acima da média encontrada em lixeiras – somando-se ao fato de que, onde este material calcinado foi encontrado, não há vestígios significativos que permitam pensar em uma lixeira ou fogueira (CERQUEIRA & PEIXOTO 2006 p.12).

Figura 37 - Estrutura soterrada no pátio da Casa nº2.

Fonte: LEPAARQ

4.3. Casa da Banha

A Casa da Banha também está situada frente na Praça Cel. Pedro Osório, nº100/102, na esquina da Rua Félix da Cunha 603. Sobrado construído sobre o alinhamento das ruas, o prédio data do início do século XX, entre 1830 e 1835. Tem características coloniais e teve inúmeros usos desde sua construção: em 1836 durante a Guerra dos Farrapos serviu de quartel-general a tropas imperiais e por volta de 1870 foi sede da Câmara Municipal; em torno de 1889 foi redação do extinto jornal Diário de Pelotas; abrigou vários colégios; foi estação telegráfica, sede da União Republicana e da Igreja Evangelista; também foi Quartel de Polícia, sede da Sociedade Musical Euterpe, sede do clube carnavalesco Demócrito, prisão de chefes federalistas e, finalmente, em 1922 transformou-se em residência do Dr. Adolfo Gastal. Em 1924 o prédio já pertencia ao Clube Caixeiral. A partir daí teve outros vários usos, presumindo-se, através de plantas existentes, que tenha

funcionado como hotel ou casa de cômodos no segundo piso e que no térreo tenha abrigado atividades comerciais e residenciais.

Figura 38 - Casa da Banha - Foto Antiga s/d.

Fonte: IPHAE.

Em 1926, o sobrado passou por uma grande reforma, perdendo suas características coloniais, como o beiral e as janelas de guilhotina, e transformando-se num prédio eclético com linhas formais da linguagem historicista: ganhou platibanda com pequeno frontão na fachada menor e ornamentações geométricas nas aberturas. A partir de então, sofreu várias alterações e pequenas reformas como as de 1933 e 1949 e outras feitas em datas ignoradas. O uso exclusivamente comercial da edificação data de 1949, sendo que um dos estabelecimentos do térreo emprestou seu nome ao prédio: ‘Casa da Banha’. Todas essas alterações, feitas certamente para adequar o edifício aos variados usos que teve, contribuíram para a acentuada descaracterização estética do prédio.

Figura 39 - Casa da Banha na época do Tombamento.

Fonte: IPHAE

Em abril de 1999, a Casa da Banha foi tombada pelo IPHAE. Na época do tombamento o prédio encontrava-se descaracterizado por pinturas incompatíveis com o caráter da edificação, os letreiros das fachadas feitos sem nenhum critério escondiam detalhes arquitetônicos como os gradis de ferro. A cobertura do prédio foi restaurada em 2001, através da Secretaria de Estado da Cultura. Em 2006, o imóvel foi adquirido pela empresa Ricardo Ramos Construtora Ltda. e a obra de restauração começou ainda naquele ano, sendo concluída em 2007[40].

As pesquisas arqueológicas na Casa da Banha foram feitas entre 2006 e 2007 durante a restauração e o sítio recebeu a denominação *Sítio PSGPe-07 - Casa da Banha.*

No projeto de *Salvamento Arqueológico da 'Casa da Banha' - centro histórico de Pelotas*, realizado em 2006, também sob coordenação e responsabilidade junto ao IPHAN do arqueólogo Fábio Vergara Cerqueira, consta como objetivo geral das intervenções:

> [contribuir] "para o conhecimento da história da cidade tanto na sua ocupação urbana, em especial no segundo loteamento, para através da

[40] Fonte: Arquivos IPHAE.

> cultura material levantar elementos que propiciem um melhor entendimento dos aspectos políticos e sócio-econômicos, que pautaram a sociedade pelotense a partir do primeiro quartel do século XIX" (LEPAARQ, Projeto 2006 s/p).

Os objetivos específicos, isto é, os relacionados diretamente com a Casa da Banha são:

> 1. Realizar pesquisas na documentação escrita e iconográfica, bem como de memória oral, sobre as estruturas que são objeto deste Projeto, com a finalidade de obter subsídios para a pesquisa arqueológica.
>
> 2. Analisar os aspectos construtivos das edificações, sua funcionalidade e sua disposição espacial.
>
> 3. Pesquisar a cultura material resgatada nas estruturas que são objeto deste Projeto, com a finalidade de perceber continuidades e mudanças nos padrões de comportamento na ocupação do prédio.
>
> 4. Identificar as diacronias funcionais da ocupação, apontando a seqüência histórica de seus usos, desde seu surgimento até período recente.
>
> 5. Realizar a curadoria e análise dos vestígios arqueológicos resgatados neste Projeto, mantendo a guarda dos mesmos junto ao LEPAARQ/UFPEL.
>
> 6. Divulgar os resultados deste Projeto em âmbito científico, cultural e educacional através de publicações, participações em congressos e afins e montagem de exposições museológicas e desenvolvimento de projeto de educação patrimonial junto à população da cidade (LEPAARQ Projeto, 2006 s/p).

O projeto caracteriza o trabalho como "salvamento arqueológico, na medida em que serão acompanhadas, nas áreas de interesse arqueológico quaisquer intervenções associadas às obras de restauro", e como tal seu objetivo é "salvar todas as informações e coletar todos os vestígios materiais que corram o risco de serem destruídos" (LEPAARQ Projeto, 2006 s/p).

Como enfoque teórico e metodológico a pesquisa se insere, segundo o projeto, no campo da Arqueologia Histórica valendo-se "para a reconstrução do passado, além da cultura material, de fontes escritas, iconográficas, arquitetônicas e orais, possibilitando ao pesquisador uma visão êmica da sociedade estudada" e, citando Tânia A. Lima (2000: 05), "nas amplas possibilidades de recuperar o que os documentos escritos não registraram da vida cotidiana, intimamente ligada a processos sociais mais amplos" (LEPAARQ Projeto, 2006 s/p).

Também considera, apoiando-se em Zarankin e Staski, os conceitos da Arqueologia Urbana como sendo o estudo das relações entre comportamento e cultura material em um contexto urbano, e o de "cidade-sítio" tomado como "importante ferramenta teórica metodológica para os estudos em áreas urbanas,

criando um esquema que inter-relaciona os diversos espaços trabalhados em uma cidade" (idem). Ou seja, numa perspectiva de arqueologia da cidade, "analisando a espacialidade urbana em sua totalidade, em suas redes de significação, já que estes não atuam isolados, mas em interação entre si" (LEPAARQ/IMP Relatório de Campo s/d).

De acordo com esse mesmo Relatório, os arqueólogos também situam o trabalho sob outra perspectiva teórica a partir dos conceitos da chamada Arqueologia da Arquitetura, na forma como é definida por Zarankin ao citar Steadman e King:

> (...) "uma corrente de pesquisa que abarca todos aqueles trabalhos direcionados ao estudo da arquitetura de um ponto de vista arqueológico, quer dizer, centrados na análise de sua materialidade (Steadman, 1996). Este tipo de abordagem oferece uma nova perspectiva de análise para a discussão de elementos vinculados à conformação da paisagem cultural. As construções são vistas como elementos ativos, produtos culturais que interatuam de forma dinâmica com o homem (King, 1980)" (Zarankin, 2002 apud LEPAARQ/IMP Relatório de Campo s/d).

Quanto à metodologia da pesquisa de campo, considerando que a intervenção de campo realizada no sítio PSGPe-7 consistiu num trabalho de Salvamento Arqueológico com o objetivo de mapear as áreas com potencial arqueológico e resgatar os materiais propensos ao impacto das obras, foi feito o acompanhamento sistemático das obras de restauração, especialmente das intervenções que demandavam interferência nos pisos, no pátio e nas calçadas. Foram monitoradas todas as remoções, bem como revisão e peneiramento de todo o sedimento removido. Também foram feitas sondagens e escavações: abertura de poços de sondagem para verificar o potencial arqueológico da área; escavações em quadrículas de 1m² situadas na malha de quadriculagem estabelecida para o sítio, "coletando materiais em níveis artificiais de forma a garantir o controle da altura dos materiais exumados em relação à topografia do terreno" (LEPAARQ/IMP Relatório de Campo s/d).

Figura 40 - Escavação da quadícula 07.03 aberta em frente ao arco.

Fonte: LEPAARQ/IMP

Os materiais resgatados na Casa da Banha passaram a fase de laboratório para limpeza, identificação e catalogação, tal como foi feito nas outras duas casas. Quanto ao edifício como artefato, não houve pesquisa além das realizadas no acompanhamento das obras e nas escavações em pisos e pátios.

Informação[41] prestada pela arqueóloga Luciana Peixoto dá conta de que houve excelente relação com a arquiteta responsável pelo restauro e colaboração entre as equipes de arqueologia e restauração. As informações resultantes das escavações nos pisos foram úteis à restauração.

No trabalho final de restauração, foram preservadas muitas das principais características da arquitetura luso-brasileira original e as remanescentes da reforma de 1926, como ladrilhos, barrotes do piso, forros, esquadrias e paredes de estuque:

[41] Informação oral, novembro de 2008.

A arquiteta Cláudia Soares[42], responsável pela obra de restauro, relata que nas duas salas do térreo foram mantidos os arcos em madeira, algumas colunas originais, a irregularidade das paredes. Os tijolos de algumas paredes foram deixados à mostra como testemunhos da técnica da época, com um detalhe que chamou a atenção da arquiteta: a marca de dedos em um deles, provavelmente de um dos escravos que produziu o material. Também foi possível manter o forro em saia e camisa (uma tábua por baixo e a outra por cima) da outra sala. Foram recuperados três tipos de peitoris de janelas - argamassa de barro, caco de telha e tijolo com argamassa de cal, e detalhes em chumbo da sacada, em forma de girassóis. Em uma das salas no segundo piso, sob proteção de vidro, foram mantidos testemunhos das paredes de estuques. Quanto à pintura, a arquiteta relata que a equipe de restauro fez a prospecção para descobrir a cor original do imóvel que era em tons terra, mas que se decidiu manter o tom verde que o imóvel recebeu na reforma de 1926.

Figura 41 - Casa da Banha depois da restauração, setembro 2007.

Fonte: IPHAE.

[42] Informações dadas em entrevista ao Diário Popular, Pelotas, em 26 de agosto de 2007.

Destaca-se neste caso, tratando-se de um bem privado, a melhor fluidez havida entre a equipe de restauração e a da pesquisa arqueológica. A exigência de realização de pesquisa arqueológica feita pelas instituições de preservação, no caso o IPHAE e o Monumenta, foi bem aceita tanto pelo proprietário como pela equipe de restauro. O fato de que a pesquisa arqueológica não tenha trazido maiores informações sobre o edifício em si deve-se a que, por um lado, o projeto arqueológico não foi prévio ao de restauro, por outro a que o próprio projeto arqueológico não se propôs a isso. Isto é, embora considerado dentro dos conceitos da arqueologia urbana, conectado ao entorno e à cidade, o edifício em si não foi estritamente tomado como um artefato arqueológico.

4.4. Resultados do estudo de caso

Para sintetizar os resultados deste triplo estudo de caso, resta avaliar, a partir da proposta de cada projeto arqueológico e do que foi efetivamente realizado, como cada um deles se vincula ao objeto desta pesquisa, isto é, a relação entre arqueologia e arquitetura na preservação do patrimônio edificado. Como foi proposto na introdução desta dissertação, devem ser verificadas as seguintes questões:

1) O papel que tiveram as políticas públicas nos trabalhos arqueológicos e de restauração realizados nas três casas:

A exigência de realização de pesquisa arqueológica pelo IPHAN através do Programa Monumenta e pelo IPHAE, no caso da Casa da Banha, foi fundamental. Cabe destacar também o papel exercido pelo ICH, através do LEPAARQ, com a criação dos projetos de estudo arqueológico da cidade de Pelotas. Na época de sua elaboração, a legislação municipal ainda não previa as AEARQ, mas, sem dúvida, foram esses projetos, somados aos relativos à educação patrimonial e a divulgação na sociedade, que trouxeram como resultado a inclusão do patrimônio arqueológico na legislação municipal. Por outro lado, aqui se fez evidente a ausência dos órgãos patrimoniais municipais, estaduais e federal na normatização de pesquisas arqueológicas para projetos de restauração de bens históricos, no sentido de que o estudo arqueológico e histórico anteceda e acompanhe a restauração.

2) Comprovação de interdisciplinaridade, denotada na existência de projeto arqueológico prévio ao projeto de restauro, no aproveitamento dos resultados arqueológicos na restauração e na relação entre os profissionais:

a) Casa 2: o projeto e a pesquisa arqueológicos foram anteriores à restauração, mas desvinculados dela. Tampouco houve aproveitamento das pesquisas arqueológicas na restauração. Portanto, não se deve considerar a existência de interdisciplinaridade.
b) Casa 8: o edifício ainda não foi totalmente restaurado. Embora anterior ao restauro, a arqueologia de salvamento foi feita às pressas e durante obra de engenharia de contenção e drenagem; os relatos de campo dão conta de muitas dificuldades na relação entre as equipes de engenharia e de arqueologia; não houve aproveitamento do resultado arqueológico na restauração. Inexistiu interdisciplinaridade.
c) Casa da Banha: o projeto arqueológico não foi anterior à elaboração do projeto de restauro, nem os cronogramas foram compatibilizados. A pesquisa de salvamento arqueológico foi feita como acompanhamento das obras civis, entretanto foi possível coordenar as ações das duas equipes durante a obra. Ao resumir-se a escavações e acompanhamento o trabalho arqueológico teve poucas oportunidades de dar sua contribuição efetiva às obras de restauração. Fora os pisos e algumas fundações, as prospecções de paredes, revestimentos e pinturas, quando foram feitas, foram realizadas pela equipe de restauro. Se não houve interdisciplinaridade total, pelo menos houve boa convivência das duas equipes durante a obra.

3) Adequação dos objetivos da arqueologia aos do restauro:

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, em nenhum dos três casos, os projetos de arqueologia foram pensados levando em conta a restauração. Sim, o foram para executar pesquisas de salvamento de materiais arqueológicos do subsolo, no sentido de resgatar vestígios materiais pretéritos com o intuito de recompor a história da cidade e incluir os grupos sociais geralmente esquecidos pela historiografia tradicional. Dentro dessa idéia, os principais objetivos das pesquisas foram o de compreender os sítios urbanos em conjunto, relacionados e interagindo entre si. As pesquisas arqueológicas nas Casas permitiram, através das escavações, a recuperação de grande quantidade de artefatos que forneceram informações importantes sobre o cotidiano da vida social da população de Pelotas no século dezenove. Além dos usos, costumes e diferenças culturais da época,

também trouxeram informações sobre as relações sociais entre as diferentes comunidades e sobre as relações de poder públicas e privadas. Nesse sentido e com maior ou menor dificuldade em cada caso, as pesquisas cumpriram os objetivos propostos. Quanto às restaurações propriamente ditas e em termos gerais, faltou de um lado que os responsáveis pelo restauro considerassem a arqueologia como parte necessária e imprescindível ao projeto de restauração; por outro, que também o projeto de pesquisa arqueológica tivesse sido pensado como parte da restauração, sem que isso significasse a exclusão dos outros objetivos e das escavações.

5. Considerações Finais

A problemática proposta no início deste trabalho – as dificuldades observadas nas restaurações de edifícios históricos, tanto de arquitetos e restauradores como de arqueólogos – levou à busca de fundamentação nos conceitos e normas internacionais sobre patrimônio e arqueologia.

Tentei expor de que modo a ampliação do conceito de patrimônio durante o século vinte, com a inclusão do meio ambiente e da diversidade cultural, vem alterando a forma e os métodos de abordagem do patrimônio edificado nos centros históricos, em especial os latino-americanos, requerendo também novos enfoques para as restaurações históricas.

No caso dos edifícios e centros históricos, que para sua salvaguarda devem ser objeto de restauração ou de conservação, vimos como as normas internacionais foram se ampliando no decorrer do século, tratando o patrimônio cultural como um todo, dentro da diversidade cultural dos povos e como um direito e propriedade da humanidade.

A evolução dos conceitos sobre arqueologia veio ao encontro dessas necessidades a partir do alargamento de seus marcos teóricos e limites cronológicos. Os novos campos da arqueologia referentes ao meio urbano e às restaurações históricas tendem a deixar de tratar somente do passado distante para incluir também a cultura material de épocas mais recentes.

Revisar a legislação brasileira sobre patrimônio cultural e patrimônio arqueológico, assim por separado, tal como são entendidos os dois campos no Brasil, foi uma tarefa árdua, mas necessária. A partir dela comprovei o que já intuía antes, que a preservação do patrimônio arqueológico geralmente está associada à do meio ambiente, que a legislação federal protege somente os bens arqueológicos do subsolo e que os bens arqueológicos históricos urbanos continuam dependendo de leis municipais que são uma raridade e quase nunca estão vinculadas ao planejamento urbano. Uma das bem-vindas exceções é o novo Plano Diretor de Pelotas que oferece uma perspectiva otimista para o futuro desse patrimônio.

Muito mais gratificante foi a leitura de trabalhos nacionais e internacionais sobre os estudos arqueológicos realizados em restaurações de edifícios históricos. Os trabalhos internacionais, principalmente o do País Basco, podem nos servir de guia e inspiração. Assim também, o trabalho argentino que em toda sua singeleza denota, além da atualidade da metodologia arqueológica utilizada, o estágio adiantado da educação da população com relação à arqueologia urbana e ao patrimônio em geral. Fruto de muitos anos de trabalho e divulgação, concentrados principalmente no Centro de Arqueologia Urbana da UBA e em alguns órgãos municipais.

No nosso Brasil vamos devagar, mas caminhamos. O atraso em que nos encontramos não pode ser desvinculado da falta de políticas públicas, principalmente as municipais, e certa vesguice no olhar federal que continua vendo a arqueologia nas restaurações como a obrigatoriedade de escavar pátios e porões e "catar caquinhos". Digo isto sem nenhuma intenção de desmerecer estes objetivos e metodologias, provadamente válidos e produtivos. Longe disso, apenas creio serem insuficientes.

Deste olhar não foge a maior parte dos arquitetos e restauradores que quando muito vêem no arqueólogo o "técnico-que-nos-proporciona-informações", como ilustrou tão bem Brogiolo e que, no caso brasileiro, se poderia chamar de "técnico-que-talvez-nos-proporcione-alguma-informação".

Para fazer justiça não se deve deixar de fora a responsabilidade dos arqueólogos históricos que parecem não ter saído ainda da batalha para impor a arqueologia histórica e granjear o merecido respeito. A aceitação da Arqueologia Urbana como campo disciplinar e a consideração da cidade como um todo onde desenvolver estudos arqueológicos parecem já ter seu lugar, inclusive com espaços próprios em congressos e simpósios da disciplina.

O mesmo ainda não ocorre com a arqueologia do edificado, com a arqueologia aplicada às restaurações. A arqueologia dos edifícios históricos deve servir para desvelar não só a cultura material do subsolo, muitas vezes a única que pode trazer à memória as marcas de grupos sociais "esquecidos" pela historiografia tradicional. É preciso também que se estude a materialidade que se encontra acima do solo, que se considere o edifício como artefato arqueológico, como um documento em si mesmo, tal como conceituam os arqueólogos e arquitetos

mencionados ao longo deste trabalho e que desenvolvem pesquisas em torno da arqueologia da arquitetura.

A disciplina Arqueologia da Arquitetura parte de critérios que a definem como um compromisso com o estudo e a gestão do patrimônio edificado, considerado nas suas duas dimensões: como documento do passado da sociedade, mas também como recurso para a sociedade atual. Outro critério da arqueologia da arquitetura é o desenvolvimento de modelos interpretativos opostos aos princípios idealistas e positivistas arraigados na teoria dos estilos da história da arquitetura. Pelo contrário, o que a arqueologia da arquitetura pretende promover é a história social da produção arquitetônica.

Além da aplicação da arqueologia da arquitetura às intervenções de restauração e de reabilitação do patrimônio edificado, o tema desta dissertação é a relação entre arqueólogos, arquitetos e restauradores envolvidos. Observou-se que esta relação é um assunto ainda debatido em países com maior desenvolvimento da disciplina que no Brasil. Na Espanha e na Itália, por exemplo, discute-se a forma em que os arquitetos se convertem em arqueólogos utilizando os instrumentos estratigráficos e, por outro viés, de que forma os arqueólogos se adaptam às necessidades provocadas pela prática de restauro. O fato de que, nesses países, foram arquitetos os que promoveram a utilização dos instrumentos arqueológicos no âmbito dos restauros coincide em parte com o que está acontecendo no Brasil. Entre os trabalhos estudados nesta dissertação há três brasileiros e um argentino que foram desenvolvidos por arquitetos (em dois desses casos, por arquitetos-arqueólogos). Sem dúvida, esta ocorrência expressa uma carência de estudos arqueológicos que traz consigo um risco à simplificação e à redução da disciplina a apenas um “método” ou ferramenta. Risco que pode ser superado pelo maior desenvolvimento e amadurecimento da arqueologia.

A prática da interdisciplinaridade implica que as dificuldades acima mencionadas devam ser resolvidas através do diálogo entre os profissionais, durante todo o processo de projeto e de execução das restaurações. Como já foi mencionada, a falta de diálogo é um mal de arquitetos e também de arqueólogos. Mas também é responsabilidade dos órgãos de preservação que, ademais da obrigatoriedade de estudos arqueológicos, precisam estimular a que eles ocorram com anterioridade ao projeto final de restauração, promovendo a troca de informações e o trabalho conjunto entre as duas equipes, a interdisciplinaridade.

Sendo ainda mínimo o aproveitamento das informações proporcionadas pelos arqueólogos no projeto de restauração, a pesquisa histórica e arqueológica deveria ser encarada como fonte e instrumento capaz de dotar uma arquitetura histórica de valores e significados, permitindo desta maneira a sua socialização, logo a melhor preservação.

Enfim, concluo tomando como minhas as palavras do arquiteto José Aguiar (2003) quando exclama que ainda falta muito conhecimento, mas que os problemas sempre podem ser também oportunidades e eles mesmos encerrarem em si a solução. Além do Arquiteto-Restaurador, diz Aguiar, se não for muito pedir, falta o Arquiteto – Arqueólogo - Restaurador. E recomenda que não esqueçamos que as questões essenciais da conservação não são “técnicas” ou “científicas” mas sim de natureza eminentemente cultural.

Tendo definido, desde o início, esta como uma pesquisa exploratória, não pretendo ser conclusiva a respeito. Tentei, sim, fazer um apanhado sobre o que existe, o que falta e o que se faz nos estudos arqueológicos em restaurações históricas brasileiras. Espero que este trabalho sirva para abrir portas e caminhos para futuros e mais aprofundados estudos.

Nadja Ferreira Santos
Firmado digitalmente por Nadja Ferreira Santos
Motivo: Soy el autor de este documento
Fecha: 2009.11.27 05:41:47 -03'00'

Referências

AGUIAR, José. **Cor e cidade histórica.** Porto/Portugal: FAUP, 2003.

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. **CLIO Arq.** v.1, n.8, p.89-130, 1992.

ALMEIDA, Liciane M.; BASTOS, Michele S. **A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial**. Revista CPC, São Paulo, v.1, n.2, p.96-118, maio/out. 2006.

ANTIGA ESCOLA MILITAR DE RIO PARDO: história e arquitetura / Coordenação de Maturino da Luz. Porto Alegre: Defender, 2007. 208p.

ARQUEOLOGIA DE LA ARQUITECTURA. Investigaciones. Centro de Arqueología Urbana - **CAU**. Instituto de Arte Americano Mario J. Buschiazzo - UBA (Universidade de Buenos Aires) Disponível em: <http://www.fadu.uba.ar/sitios/iaa/cau/>. Acesso: 21/03/08.

AZKARATE GARAI-OLAUN, Augustín; CABALLERO ZOREDA, Luis; QUIRÓS CASTILLO, J.A. Arqueología de la Arquitectura: definición disciplinar y nuevas perspectivas (editorial). **Revista Arqueología de la Arquitectura,** Universidad del País Vasco, n.1, p.7-10, 2002.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2004, ISBN 85-7480-225-5

CABALLERO ZOREDA, Luis. Arqueología de la Arquitectura. Conferencia. In: **Comisión de Patrimonio de los Arquitectos de Biskaia,** País Vasco, Espanha: 15 de maio de 2008.

_____. Sobre límites y posibilidades de la investigación arqueológica de la arquitectura. De la estratigrafía a un modelo histórico. **Revista Arqueología de la Arquitectura,** Universidad del País Vasco, n.1, p.83-100, 2002.

CAZZETTA, Miriam. Arqueologia e Planejamento Urbano. In: **Anais do I Congresso Latino-Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística.** Porto Alegre, 1991. p.190-196.

_____. Arqueologia Urbana no Brasil? In: **Anais do VI Simpósio Sul-Riograndense de Arqueologia**. Porto Alegre, 1993. p.52-59.

CANDAU, Joel. **Antropología de la memoria.** 1ªed.-1ªreimp. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

_____. **Memoria e identidad**. Buenos Aires: Del Sol, 2001.

CENTRO de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP). **A Casa de Dona Yayá***:* [Dossiê, vencedor do Prêmio "Rodrigo Mello Franco" do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)]. São Paulo: CPC-USP, 2004. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc>.

CERQUEIRA, F. Vergara; PEIXOTO, Luciana S. Salvamento Arqueológico do Centro Histórico de Pelotas RS/Brasil (LEPAARQ / UFPel). In: **Anais** do V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio Grande, RS: 2006.

CONSEIL DE L'EUROPE. **Rapport sur la situation de l'archéologie urbaine en Europe.** Strasbourg: Concil of Europe Publishing/ Editions du Conseil d'Europe, 1999.

COSTA, Lúcio. **Arquitetura**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação da Liberdade: Ed. da UNESP, 2001.

DIÁRIO POPULAR – Pelotas/RS. **Estilo**: Palacete restaurado preserva memória pelotense. Edição de 26 de agosto de 2007. Disponível em: www.diariopopular.com.br.

FERREIRA A. B. de H. **Novo Dicionário**. São Paulo: Nova Fronteira, 1975.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003. p.108.

_____. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas**. Andrés Zarankin e María Ximena Senatores (orgs), Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 2002, 107- 116.

_____. Arqueología e Historia, Arqueología Histórica Mundial y América del Sur. **Anales de Arqueología y Etnología**, vol. 50/51, 1995/1996.

_____. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007.

_____. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Vitruvius** – Arquitextos 005, Texto Especial 013 – outubro 2000. ISSN 1809-6298. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br>. Acesso em: 8 set. 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FUNARI Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés. Cultura Material Escolar: o Papel da Arquitetura, **Pro-Posições**, 16, 1, 2005, p.4, Campinas, Unicamp.

GALINIÈ, Henri; ROYO, Manuel. A Arqueologia à Conquista da Cidade. **Passados Recompostos**: Campos e Canteiros da História**,** BOUTIER, J. & JULIA, D. (org.). p.261-268. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/FGV, 1998.

GALLARDO, Manuela. As convenções da UNESCO no domínio do patrimônio cultural. In: **Direito ao Patrimônio Cultural**. p.95-110. Portugal: INA, 1996.

GALLO, Haroldo. Relato e reflexões sobre uma experiência de trabalho de restauro: intervenção no antigo Cine-Teatro Paramount em São Paulo. **Vitruvius** Arquitextos 022, Texto Especial 122 – março 2002. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br>. Acesso: 16/06/09.

GODOY, Renata. **Plano de Gestão para o patrimônio arqueológico da Cidade de Goiás/GO**. Dissertação de Mestrado. PGP IGPA/UCG, Goiânia: 2003.

GRUPO DE INVESTIGACIÓN EN ARQUEOLOGÍA DE LA ARQUITECTURA. Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea. Disponível em: <http://www.ehu.es/arqueologiadelaarquitectura/castellano/index.php>. Acesso em: 05 out. 2008.

INTERLEGIS – Comunidade Virtual do Poder Legislativo. Disponível em: <http://www.interlegis.gov.br>. Acesso em: 8 set. 2008.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 8 set. 2008.

IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), Ministério da Cultura. Site construído pela CGU (2008) e mantido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Arquivos**. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br>. Acesso em: 8 set. 2008.

JULIANI, Lúcia. **Gestão Arqueológica em Metrópoles: uma proposta para São Paulo**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo. 1996.

_____. Os recursos arqueológicos como suportes à memória das cidades. In: POSSAMAI, Zita; ORTIZ, Vitor (org.). **Seminário das Mercocidades**: Cidade e Memória na Globalização. p.57-76. Porto Alegre: Unidade Editorial da SMC/PMPA, 2002.

_____. Propostas para um Plano de Gestão Arqueológica do Município de São Paulo. Comunicação apresentada no **XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro, 2001.

LEPAARQ/UFPEL: Projeto de Salvamento Arqueológico na área urbana de Pelotas (RS), Praça Cel. Pedro Osório, Casa da Banha e Casas 2, 6 e 8 – Programa Monumenta. **Relatório** Março a agosto de 2003.

_____: Projeto de Salvamento Arqueológico na área urbana de Pelotas (RS), Praça Cel. Pedro Osório, Casa da Banha e Casas 2, 6 e 8 – Programa Monumenta. **Relatório** Setembro de 2003 a fevereiro de 2004.

_____: Projeto de Salvamento Arqueológico na área urbana de Pelotas (RS), Praça Cel. Pedro Osório, Casa da Banha e Casas 2, 6 e 8 – Programa Monumenta. **Relatório** Março a agosto de 2004.

_____: Projeto de Salvamento Arqueológico na área urbana de Pelotas (RS), Praça Cel. Pedro Osório, Casa da Banha e Casas 2, 6 e 8 – Programa Monumenta. **Relatório** Dezembro de 2005.

_____: Projeto de Salvamento Arqueológico na área urbana de Pelotas (RS), Praça Cel. Pedro Osório, Casa da Banha e Casas 2, 6 e 8 – Programa Monumenta. **Diário de Campo** da Casa 8. Pelotas, 2002. Documento interno do Laboratório, inédito.

_____: **Projeto Salvamento Arqueológico da 'Casa da Banha' Centro Histórico de Pelotas**. Agosto de 2006. Inédito.

LEPAARQ/UFPEL/IMP. Projeto Salvamento Arqueológico da 'Casa da Banha' Centro Histórico de Pelotas. **Relatório de Campo** Sítio PSGPe-7 Casa da Banha. Agosto de 2006. Inédito.

LIMA, Leilane. Recentes debates na arqueologia histórica. In: **Estudos de Arqueologia Histórica**. Pedro P. Funari e Everson P. Fogolari (org.). Erechim, RS: Ed. Habitus, 2005.

LIMA, Tânia Andrade. Apresentação: Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº33, p.5-21. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Tânia Andrade Lima (org.). Brasília, DF: IPHAN, 2007.

LUZ, Edegar. In: **Antiga Escola Militar de Rio Pardo**: história e arquitetura. Coordenação de Maturino da Luz. Porto Alegre: Defender, 2007.

MEIRA, Ana Lúcia. **O passado no futuro da cidade:** políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MinC - Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/>. Último acesso em: 08 set. 2009.

MORAIS, Daisy de. **Arqueologia da Arquitetura**: Estação ferroviária de PIRAJÚ: ensaio de arqueologia da arquitetura de Ramos de Azevedo. Erechim, RS: Habilis, 2007.

MUMFORD, Lewis. **Arte y Técnica**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1968.

NAJJAR Rosana**.** O Papel da Pesquisa Arqueológica nos Projetos de Restauração. **Revista do IPHAN**, nº33, Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Tânia Andrade Lima (org.). 2007 p.201-212.

NAJJAR, Rosana; DUARTE, Maria C. Coelho. **Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração**. IPHAN, 2002.

OLIVEIRA, Alberto T. D. de. **Diretrizes para uma Proposta de Legislação Municipal sobre o Patrimônio Arqueológico de Porto Alegre**. SMC/PMPA . Outubro de 2006.

_____. O Caso da Pinacoteca: Uma Investigação Arqueológica em Projeto de Restauração. In: **VI Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira** (SABsul). Outubro de 2008.

_____. **Um Estudo em Arqueologia Urbana:** A Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre*.* Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 2005.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória. **Cadernos Técnicos N.7**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008. 144p.

ORSER Jr, Charles E. **Introducción a la Arqueología Histórica**. Buenos Aires: Tridente, 2000.

PAEZ, Guillermo. Arqueología de la arquitectura; establecimiento de técnicas y métodos. **Instituto de Arte Americano Mario J. Buschiazzo**-UBA: Investigaciones. Disponível em: <http://www.fadu.uba.ar/sitios/iaa/cau/secc/cau/2003/06.htm>. Acesso: 21 mar. 2008.

PAEZ Guillermo R.; CARMINATI Mónica E. **Proyecto Arquitectura Colonial de la Ciudad de Buenos Aires:** Análisis Estratigráfico de un Muro ubicado en Venezuela N° 543/7 - Buenos Aires, 2005. Inédito.

PEIXOTO, Luciana. Catálogo de faiança fina da Residência Conselheiro Maciel. **Monografia de Especialização** em Memória, Identidade e Cultura Material. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2004.

PEIXOTO, Paulo. **O patrimônio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais Faculdade de Economia Univ. de Coimbra, 2001. Disponível em <http://www.ces.uc.pt> Acesso em: 26 nov. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.8, nº16, 1995, p.279-290.

_____. **Os pobres da cidade**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed.Universidade -UFRGS, 1998. 149 p.

_____. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano. 2ª ed.- Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 2002. 393 p.

_____. Memória, História e Cidade: Lugares no Tempo, Momentos no Espaço. In: **Art Cultura**. Uberlândia/MG, Vol 4, nº 4, p.23-35, Junho 2002.

Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Pelotas. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/>. Último acesso em: 8 set. 2009.

Plano Diretor de Restauração Integral da Catedral de Santa Maria de Vitoria-Gasteiz. Disponível em: <http://www.catedralvitoria.com>. Acesso em 5 out. 2008.

Programación Cultural Habitual de la Delegación en Bizkaia del Colegio Oficial de Arquitectos Vasco-Navarro. **Ciclo de Conferencias:** Hacia un nuevo enfoque en la restauración del patrimonio arquitectónico. Disponível em: <http://www.coavn.org/> . Acesso em: 8 set. 2009.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio. Arqueología de la Arquitectura en España. **Revista Arqueología de la Arquitectura** da Universidad del País Vasco, n.1, p.27-38**,** 2002.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Escavações Arqueológicas no Sobrado dos Azulejos, Rio Grande, RS, Brasil. **Biblos**, nº16 p.201-228, Rio Grande: 2004.

RICOEUR, Paul. **La memoire, l'histoire, l'oubli.** Paris: Seuil, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1970.

SANTOS, Nadja Ferreira. Da Roma Antiga à Globalização: Patrimônio Urbano para Quem? **Revista Ágora** da UNISC (Santa Cruz do Sul), v. 13, n. 2, p.159-179, jul./dez. 2007.

_____. **Gestão e Planejamento de Porto Alegre:** Necessidade de Legislação Adequada à Salvaguarda do Patrimônio Arqueológico. Monografia final. Curso de Especialização em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos. FAU/ UFRGS, Porto Alegre Dezembro de 2005.

_____. Por que arqueologia da cidade? À busca de outras cidades, revelando memórias do esquecido. In: **Educação patrimonial – Perspectivas Multidisciplinares**. F.V. Cerqueira, E. B. Gutierrez, D.M. dos Santos,

Alan Dutra (orgs.), Pelotas: IMP e Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPEL. Pelotas: Editora da UFPEL, 2008.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os desafios da proteção legal: Uma arqueologia da lei nº 3.924/61. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação, IPHAN. Tânia Andrade Lima (org). nº33 p.59-73, 2007.

SOUZA Filho, Carlos F. Marés de. **Bens Culturais e proteção jurídica**. 2a. ed. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1999, 179p.

STASKI, E. Advances in Urban Archaeology. **Advances in archaeological method and theory**. V.5 p.97-149. New York, London: Academic Press. 1982.

SCHÁVELZON, Daniel. El Plano de Potencial Arqueológico de Buenos Aires. Comunicação In: **XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro, 2001 (inédito).

_____. Un vínculo que crea identidad. Entrevista In: Diario **La Nación:** Buenos Aires. 28 março 2004 p.30.

SCHÁVELZON, Daniel; WEISSEL, Marcelo. **Guía del Patrimonio Cultural de Buenos Aires:** Arqueología Urbana. Buenos Aires: Secretaría de Cultura /Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

THIESEN, Beatriz. **As paisagens da Cidade:** Arqueologia da Área Central da Porto Alegre do século XIX. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1999.

_____. **Fábrica, Identidade e Paisagem Urbana:** Arqueologia da Bopp Irmãos (1906-1924)**.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 2005.

TIRELLO, Regina. A arqueologia da arquitetura: um modo de entender e conservar edifícios históricos. **Revista CPC**, São Paulo, n.3, p.145-165, nov. 2006/ abr. 2007.

_____. A arqueologia do construído: a constituição de método investigativo da estratigrafia histórica de edifícios antigos. **Anais** do I Simpósio Internacional de Arqueometria e Técnicas Avançadas em Conservação de Bens Culturais. Olinda/PE – Brasil: 2002.

_____. Análise de cronologias construtivas: Uma proposição de método de natureza arqueométrica. **ARC** - Revista Brasileira de Arqueometria Restauração Conservação. Edição Especial Nº 1. AERPA Editora: Março 2006.

TOCCHETTO, Fernanda. Um panorama dos projetos de restauração e arqueologia no RS a partir de um diagnóstico. Comunicação. **V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira** (SAB/Sul). Rio Grande/RS: 2006.

TOCCHETTO, Fernanda. SYMANSKI, Luis, SANTOS, Shirlei. Programa de Arqueologia Urbana do Município de Porto Alegre, RS. **Revista do CEPA**, v.23, n.30, p.75-101. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.

TOCCHETTO, Fernanda; THIESEN, Beatriz. A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Tânia Andrade Lima (org). nº33, p.175-199. Brasilia: IPHAN, 2007.

VOGEL, Arno; SILVA MELLO, Marco Antônio. Sistemas Construídos e Memória Social: Uma Arqueologia Urbana? In: **Revista Arqueologia**, 2(2): p.46-50. Belém: Jul./dez. 1984.

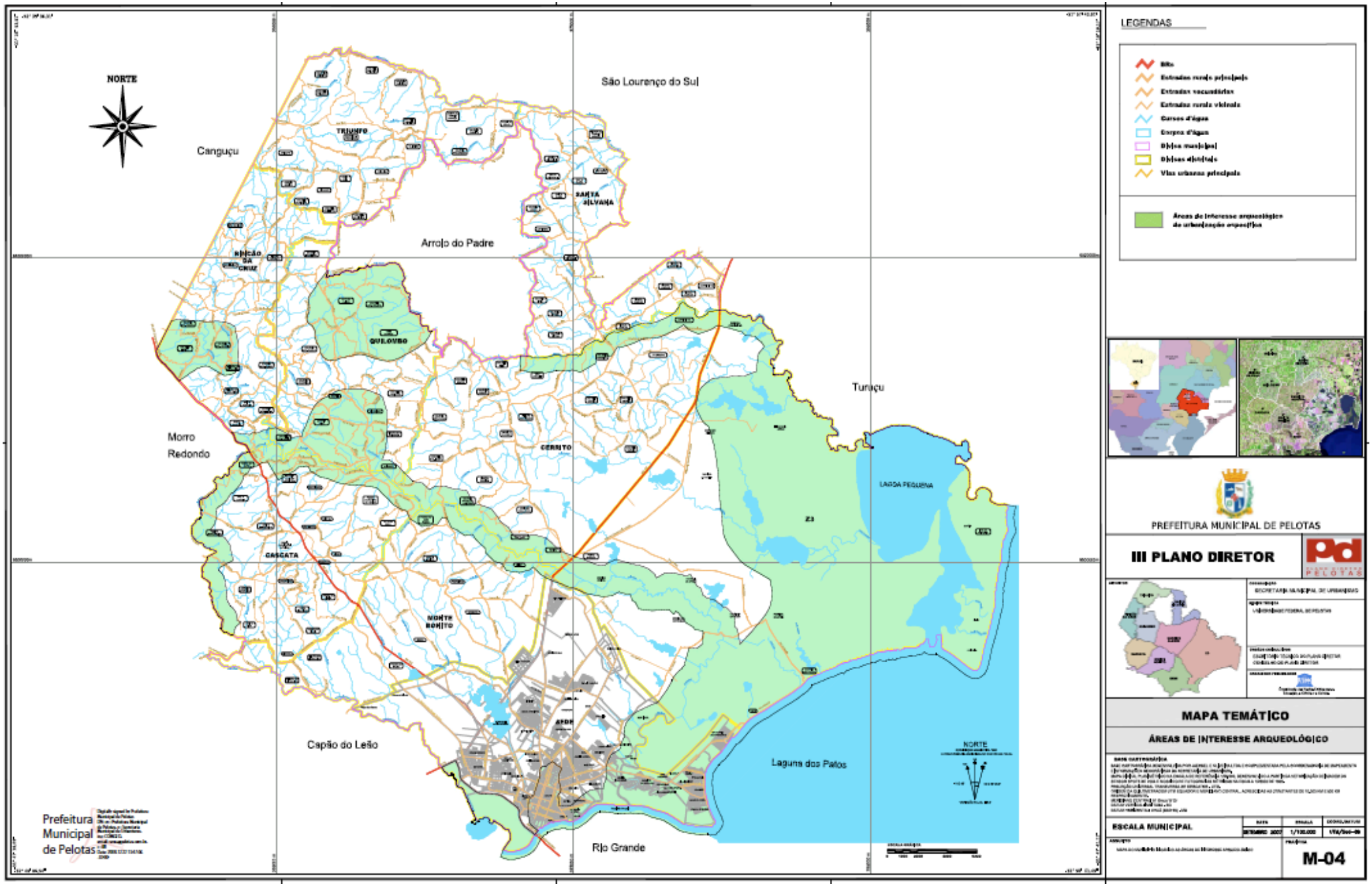
ZANIRATO, Silvia; RIBEIRO, Wagner C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v.26, n.51, p.251-262. São Paulo, 2006.

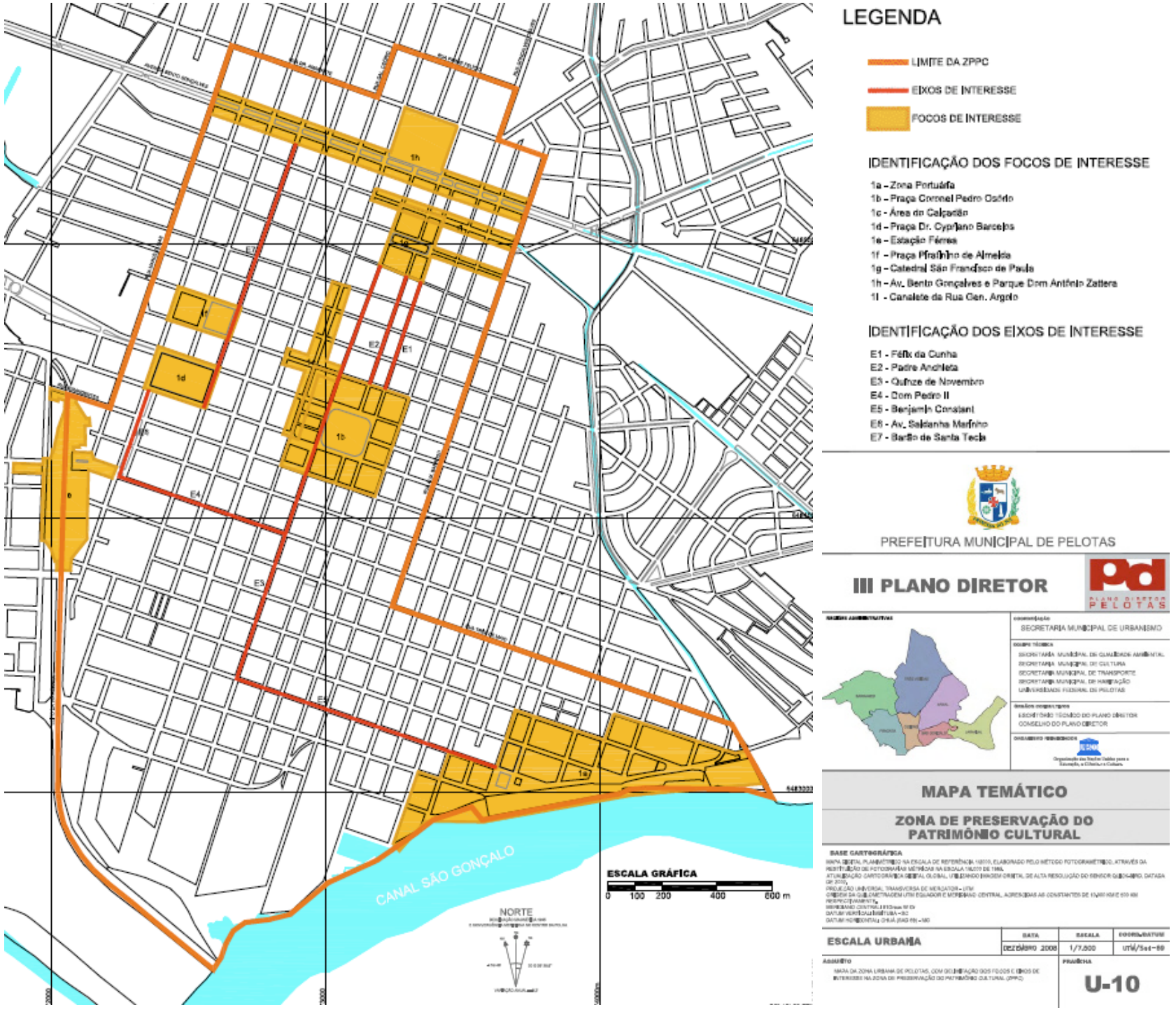
ZARANKIN, Andrés. Arqueología de la Argentina: another brick in the wall. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Suplemento 3 p.119-128, 1999.

_____. **Paredes que domesticam:** Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires. 2001. Tese (Doutorado)- IFCH/ UNICAMP, Campinas.

_____. **Paredes que domesticam**: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista. O caso de Buenos Aires. Centro de Historia da Arte e Arqueologia (IFCH-UNICAMP)/FAPESP, v. 1. Campinas: 2002. 182p.

Anexos


NORTE
Canguçu
São Lourenço do Sul
Arroio do Padre
Turuçu
Morro Redondo
Capão do Leão
Laguna dos Patos
Rio Grande
TRIUNFO
SANTA SILVANA
RINCÃO DA CRUZ
QUILOMBO
CERRITO
CASCATA
MONTE BONITO
LAGOA PEQUENA
LEGENDAS
Bits
Estradas rurais principais
Estradas secundárias
Estradas rurais vicinais
Cursos d'água
Corpos d'água
Divisa municipal
Divisas distritais
Vias urbanas principais
Áreas de interesse arqueológico de urbanização específica
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
III PLANO DIRETOR
MAPA TEMÁTICO
ÁREAS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
ESCALA MUNICIPAL
M-04
Prefeitura Municipal de Pelotas



Mapa U10: ZPPD III° PD de Pelotas: zona de Preservação do Patrimônio Cultural.

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas.